

PAULO SÉRGIO DE JESUS

**OSASCO: JOC, ACO E PO NO MOVIMENTO OPERÁRIO  
(1960-1970)**

Programa de Pós-graduação em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PAULO SÉRGIO DE JESUS**

**OSASCO: JOC, ACO E PO NO MOVIMENTO OPERÁRIO  
(1960-1970)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Professora Doutora Olga Brites.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2007

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é produto de momentos intensos de minha vida. Creio que tudo que sou é reflexo do processo de desenvolvimento intelectual começado ainda na adolescência. Meus pais, minha companheira e os vários amigos fizeram parte de minha formação acadêmica.

Aos meus pais, que batalharam contra todos os tipos de adversidades sociais, eu agradeço pelo apoio, reconhecimento e confiança que sempre me propiciaram. Sem vocês eu não conseguiria chegar a lugar algum. Obrigado. Aos meus irmãos e sobrinhos, pela confiança que sempre tiveram em mim e, quando necessário, estando ao meu lado nas frustrações.

À minha companheira, Adriana, pela dedicação, pelo apoio emocional, pelas idéias e pelo exaustivo trabalho de digitalização de muitos documentos usados neste trabalho. Esta mulher, sempre ao meu lado, foi companheira, abriu mão de muitas coisas só para ver um dos meus sonhos ser realizado. Sem você, e seu amor, meu trabalho certamente ficaria mais difícil. Obrigado.

À Prof<sup>a</sup> Maria Cecília Martinez, pela sua amizade, pela sua competência, ensinamentos valiosos e, principalmente, pelo referencial teórico e conhecimentos que orientaram a minha vida acadêmica e foram indispensáveis para a realização deste trabalho. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Yara Aun Khoury e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mirna Busse Pereira, que participaram do meu Exame de Qualificação e fizeram importantes sugestões que enriqueceram a pesquisa. Obrigado.

Aos meus amigos do CDHO, pela amizade surgida nos anos de graduação e de trabalho de pesquisa sobre a História de Osasco, o que resultou em meu amadurecimento intelectual. Aos funcionários do CEDIC, sempre prestativos, pelo apoio operacional.

Aos amigos da Escola Estadual Paulo de Abreu, pelo suporte técnico e tudo mais. À Miriam Cajado, que acompanhou cada instante deste complicado trajeto e mais do que ninguém conhece este trabalho.

À Olga Brites, minha orientadora e amiga. Qualquer coisa que eu disser jamais dará conta de sua valiosa presença em minha vida acadêmica. Sua competência e seriedade profissional são exemplos para todos e motivo de admiração. A paciência e a dedicação a mim foram além do meu merecimento. Sou para sempre grato.

À CAPES, pela bolsa que viabilizou esta pesquisa.

Enfim, a todos que foram citados aqui, agradeço por anos de amizade, companheirismo e muitas trocas, o que certamente propiciou que eu consolidasse este trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação visa à análise das relações entre militantes da Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO), Frente Nacional do Trabalho (FNT) e Pastoral Operária (PO) e a classe operária, na cidade de Osasco, nas décadas de 1960-1970.

Tendo como referência a constituição da JOC, ACO e PO nas igrejas Santo Antônio e Imaculada Conceição, procurei resgatar as propostas e tendências com relação ao regime militar e aos trabalhadores presentes. Notei, então, a pluralidade de posições existentes e o ambiente de disputas em que se constituíam os movimentos católicos operários, onde diferentes interpretações das relações de trabalho e da doutrina católica, por exemplo, debatiam-se e implementavam-se.

A análise das fontes permitiu demonstrar que é possível observar uma transformação nos movimentos ao longo deste período. Observa-se que na busca de alternativas de soluções às questões operárias, estes movimentos radicalizaram o seu discurso e apontaram para a construção de novas estratégias de luta e resistência operária.

Recusando uma visão acidental da História, a construção de um novo sindicalismo e de base não se deu por acaso, desde as greves de 1978, nem essencialmente partindo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Na reconstrução da história da classe operária de Osasco, é preciso considerar, ao lado de outras forças, a atuação dos militantes católicos no movimento operário e sindical e perceber sua influência nos rumos do sindicalismo autêntico, especialmente no ABC paulista.

## **ABSTRACT**

This essay aims the analysis of the relation between: militants of Juventude Operária Católica - "JOC" (Catholic Workers Youth), Ação Católica Operária - "ACO" (Catholic Workers Action), Frente Nacional de Trabalho - "FNT" (National Labor Pool), Pastoral Operária - "PO" (Pastoral of Workers) and the worker class in the city of Osasco, in the 1960's and 70's.

Based on the constitution of JOC, ACO and PO in Santo Antonio and Imaculada Conceição churches, I tried to bring out the proposals and tendencies according to the military regime and the present workers. So, I noticed the plurality of existing positions and the ambiance of disputes in which are constituted the catholic workers movements, where different interpretations of work relations and catholic doctrine, for example, were debated and improved.

The sources analysis showed that it is possible to observe a transformation in the movements throughout this period. We can notice the search for alternatives of solution for workers issues, those movements radicalize their speech and point to a construction of new strategies of fight and worker resistance.

Declining an accidental view of the History, the construction of a new syndicalism and base syndicalism did not happen by chance, since the strikes of 1978, neither essentially starting from the Steelworkers Union of SA Bernardo. In the history reconstruction of the work class in Osasco, it is necessary to consider, beside other forces, the acting of catholic militants in the worker and syndical movement and to realize its influence on the authentic syndicalism, mainly in ABC paulista region.

## SUMÁRIO

<a href="#">INTRODUÇÃO</a> .....	10
<u>CAPÍTULO I - O NASCIMENTO DE NOVAS PRÁTICAS DE LUTA NO MOVIMENTO OPERÁRIO DE OSASCO</u> .....	23
<u>CAPÍTULO II - O FIM DA GREVE DE 1968 E A POTENCIALIZAÇÃO DA LUTA OPERÁRIA EM OSASCO</u> .....	54
<u>CAPÍTULO III - NOVAS GREVES EM OSASCO</u> .....	80
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	108
<a href="#">BIBLIOGRAFIA</a> .....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	-	Região que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e outros
ACB	-	Ação Católica Brasileira
ACO	-	Ação Católica Operária
AI	-	Ato Institucional
AP	-	Ação Popular
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
BNM	-	Brasil: Nunca Mais
CDHO	-	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica de Osasco
CEBs	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEDIC	-	Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho”
CELAM	-	Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	-	Centro de Informações da Marinha
CIPA	-	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	-	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPV	-	Centro Pastoral Vergueiro
DCE	-	Diretório Central dos Estudantes
DEIC	-	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEOPS	-	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOI-CODI	-	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	-	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	-	Delegacia Regional do Trabalho
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	-	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FNT	-	Frente Nacional do Trabalho
INPS	-	Instituto Nacional de Previdência Social
JEC	-	Juventude Estudantil Católica
JIC	-	Juventude Independente Católica
JOC	-	Juventude Operária Católica
JOCF	-	Juventude Operária Católica Feminina
JUC	-	Juventude Universitária Católica
MCV	-	Movimento do Custo de Vida
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MIA	-	Movimento Intersindical Antiarrocho
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	-	Operação Bandeirantes
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	-	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PIB	-	Produto Interno Bruto
PO	-	Pastoral Operária
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
SEDOC	-	Serviço de Documentação (Instituto Teológico Franciscano)
SNI	-	Serviço Nacional de Informações
TRT	-	Tribunal Regional do Trabalho
UNIFIEO	-	Centro Universitário FIEO
USP	-	Universidade de São Paulo
VPR	-	Vanguarda Popular Revolucionária

## INTRODUÇÃO

Atualmente, ao falar sobre movimento operário e sindicalismo, aparecem como centros do debate o aumento do número de desempregados, o papel do sindicato em questões trabalhistas do presente e a força sindical que se processou no ABC e regiões – como na cidade de Osasco – no final da década de 1970 e percorreu quase todos os anos de 1980.

Atraído pelas questões que aparecem ao se aprofundar na análise histórica sobre o movimento operário e sindicalismo no Brasil, iniciei um trabalho voluntário no ano de 1996 no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica de Osasco (CDHO), órgão pertencente ao Centro Universitário UNIFIEO, cujo arquivo essencialmente está formado por documentos relacionados ao movimento operário de Osasco.

Como membro do CDHO, tive a oportunidade de realizar pesquisas do movimento operário de Osasco, conhecer trabalhadores que na década de 1960 participaram da organização operária, antigos operários de militância católica que trabalharam em fábricas do município e atuaram como membros da Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO), Frente Nacional do Trabalho (FNT) e Pastoral Operária (PO) e antigos estudantes e atores de teatro que apoiaram as manifestações dos trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970.

Reuniões, debates e palestras com outros membros do CDHO estavam sempre relacionadas ao movimento operário, sindical, a relação entre trabalho e capital, partidos políticos e eleições, temas definidos a partir de uma conjuntura e dos interesses do grupo, o que me possibilitava ir conhecendo a realidade dos movimentos que se organizavam nos bairros de Osasco. De 1996 a 2004, estive envolvido com o trabalho do CDHO, que me possibilitou apurar questões sobre o sentido, os dilemas e as transformações que envolviam o movimento operário e os trabalhadores ligados a JOC, ACO, FNT e PO de Osasco.

As questões que surgiam ao analisar o movimento operário e os trabalhadores ligados a JOC, ACO, FNT e PO propunham uma investigação particular no sentido de compreender melhor a relação entre eles e o seu significado na construção do “novo sindicalismo” que surgiu no final da década de 1960 em Osasco com a proposta de desenvolver um trabalho sindical que se iniciasse entre os trabalhadores e que contasse com a participação dos mesmos, metodologia diferente de certas práticas sindicais que valorizavam a ação política a partir da cúpula sindical.

Neste sentido, estudar a relação e as transformações que ocorreram entre os operários de Osasco, especificamente os metalúrgicos, ligados ou não a JOC, ACO, FNT e PO, das igrejas católicas localizadas nos bairros Santo Antônio, Km 18 e Vila Yolanda, no período que percorre a década de 1960 e 1970, tornou-se um desafio para mim, pois a postura sindical posta pela direção constituída em 1967, formada por estes sujeitos<sup>1</sup>, não ficou estagnada neste município, mas acabou sendo assumida por diretores de sindicatos no decorrer da década de 1970, como, por exemplo, no ABC.

A cidade de Osasco localiza-se a oeste do município de São Paulo, distando 18 quilômetros do centro da capital paulista e possuindo uma área de 66,9 km<sup>2</sup>. Como podemos ver nos mapas nas próximas páginas, seus limites territoriais atuais são com os municípios de São Paulo, Taboão da Serra, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e Cotia<sup>2</sup>. O seu centro industrial fica localizado nos bairros: Bonfim, Km 18, Presidente Altino e Centro, todos tipicamente formados por uma maioria de famílias operárias.

Juntamente com a industrialização, a urbanização em Osasco experimentou um impulso considerável já no início da década de 1960, sendo constituído por migrantes vindos de cidades do interior do Estado de São Paulo e dos demais estados brasileiros, como Bahia, Sergipe, Pernambuco e Minas Gerais<sup>3</sup>.

O crescimento industrial na região foi muito significativo, sendo formado por indústrias de grande porte com muitas máquinas, funcionários, produção em larga escala e grandes áreas e, também, por pequenas ou modestas fábricas e oficinas que possuíam pequenas áreas, poucos funcionários, poucas máquinas e baixa escala de produção. Percebe-se que as pequenas e modestas fábricas espalharam-se por todo aglomerado de Osasco, enquanto as indústrias de grande porte ficaram na região central da cidade onde o sistema viário que atravessa o centro pode ter ajudado, como meio de transporte, para as indústrias circularem as matérias-primas, as mercadorias produzidas e a chegada de parte do quadro de funcionários

---

<sup>1</sup> Ressalto que o termo “sujeito” ou “sujeitos” é utilizado porque concordo com o conceito de Eder Sader, que estabelece que embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro. Sobre esse assunto, ver SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 11.

<sup>2</sup> COELHO, Maria Inês Zampolim. **Osasco: geografia, violência e segurança pública**. São Paulo: FITO, 2001, p. 35.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*, p. 45.





Neste aspecto, segundo o autor Ari Marcelo Macedo Couto, em Osasco, a indústria Cobrasma se destacou desde a sua fundação, em 1944. Com uma área de 260.575 metros, a Cobrasma foi dividida em oficina de montagem de vagões, fundição de aço, fundição de ferro, fábrica de molas e oficina de reparação de locomotivas. Dessa forma, a Cobrasma destacou-se pela sua capacidade de produção para o mercado industrial, pelo tamanho e, também, pelo número de funcionários que possuía, o que possivelmente propiciou uma forte organização operária neste local.

A cidade é reconhecida como “cidade-industrial” e “cidade-dormitório”, visto que proporciona emprego aos trabalhadores do município e de cidades vizinhas, como, por exemplo, Carapicuíba, Barueri e Taboão da Serra, ao mesmo tempo em que muitos osasquenses retornam do trabalho em outras cidades somente à noite para descansar.

É interessante observar que a formação dessa região industrial possibilitou também a construção de alguns núcleos de operários, como, por exemplo, nos bairros: Km 18, Vila Yolanda, Metalúrgicos e bairro de Presidente Altino, que atraiu parte de seu operariado para a região devido à instalação de fábricas.

As construções destes bairros operários tornaram-se espaço de politização, onde trabalhadores católicos ou não e membros da JOC, ACO, FNT e PO, reunidos, discutiam estratégias de luta contra as péssimas condições de moradia e a política do país naquele momento que permitia o crescimento empresarial e o arrocho salarial ao trabalhador. As estratégias que surgiram nesses bairros, como a campanha do “Kilo” e o curso de artesanato, como veremos no primeiro capítulo desse trabalho, foram resultados das lutas dos operários que vislumbravam melhores condições de vida. É interessante notar, como veremos nos capítulos desta dissertação, que essas estratégias operárias aconteceram por meio das relações dos mais diferentes sujeitos sociais, que, com experiências de vida diferentes, articularam-se, planejaram estratégias na luta contra o patronato e o poder político instituído.

Entre os diferentes sujeitos que se aglutinaram ao movimento dos trabalhadores sob a possibilidade de um novo fazer-se classe<sup>4</sup> estavam sacerdotes e operários ligados a JOC, ACO e PO, com suas liturgias que buscavam criar a Igreja dos pobres no Brasil. Este comprometimento dos sacerdotes com os pobres decorria dos problemas relacionados à péssima condição de vida de moradores e operários que chegavam até eles e que os levavam a participar da luta por justiça social.

---

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 9-14.

É importante notar três pontos que permeavam a prática desses militantes cristãos junto aos trabalhadores: 1. quando cito a Igreja Católica, tenho claro que não se tratava de uma instituição monolítica, mas sim de uma instituição marcada por tensões e conflitos; 2. que as tensões e os conflitos eram o resultado de mudanças que aconteciam no interior da Igreja, propiciando o surgimento de diferentes concepções de missão, de vivência da fé e do evangelho, do papel da Igreja na sociedade; 3. que as mudanças que se processavam no interior da instituição estavam em sintonia com as transformações que ocorriam na sociedade brasileira, eram o fruto de um processo histórico e de conjunturas muito específicas, que, para mim, ganharam destaque no início da década de 1960.

Ações como tortura, censura e intervenção sindical, que o governo militar impôs a partir do golpe de 1964 para controlar os movimentos operários, contribuíram para que trabalhadores ligados ou não a JOC, ACO, PO e FNT desenvolvessem estratégias de luta objetivando melhores condições de vida, pois estavam conscientes de que tinham um papel a desempenhar na promoção social<sup>5</sup> dos trabalhadores.

Embora reconheça a importância do golpe militar em 1964 no contexto da relação que estava sendo construída entre trabalhadores e militantes da JOC, ACO, PO e FNT, que também são trabalhadores, o foco deste trabalho é analisar e refletir o relacionamento destes sujeitos, as suas transformações e o que contribuiu na construção de estratégias de luta operária por melhores condições de vida e trabalho. Cabe ainda deixar claro que, apesar da importância da luta interna do clero em relação às propostas do Concílio Vaticano II e, também, da história da JOC, ACO, PO e FNT, como é citada abaixo, este trabalho reflete como as características particulares dos operários cristãos e de outros operários estão sendo transformadas e as suas contribuições para o movimento operário de Osasco.

A JOC foi fundada em 1923 pelo padre belga Leon Joseph Cardyn, sendo ligada à Ação Católica Brasileira (ACB)<sup>6</sup>. A estrutura jocista, formada por jovens solteiros, estava fortemente ligada às paróquias, sendo as atividades destes católicos realizadas nas fábricas e nos bairros.

A criação da ACO ocorreu em 1962 por meio de ex-jocistas que se casavam e eram impedidos de continuar na JOC. A ACO definia-se como um movimento organizado, de Igreja, visando não só levar a doutrina católica para dentro da classe operária, mas representá-

---

<sup>5</sup> BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época da transição**. São Paulo: Loyola, 1974, p. 145.

<sup>6</sup> Em 1948, a ACB, fundada por Dom Leme e pelo episcopado brasileiro em 1935, sofreu uma alteração fundamental: abandonou o modelo tradicional italiano, de divisão entre ramos masculino e feminino e adotou o francês, de separação por classes e categorias. A ACB foi organizada para os leigos, mas esteve diretamente

la dentro da Igreja, exigindo do clero o cumprimento de sua missão para com a classe operária. Para a ACO, a atuação na família, no bairro, no sindicato, no trabalho e na política cabia aos cristãos engajados no que eles chamavam de “mundo do trabalho”.

A FNT, idealizada pelo advogado Mario Carvalho de Jesus, católico, juntamente com operários, padres e estudantes, foi fundada em Osasco em 1962. Na FNT o que chamava atenção era a inserção de seus membros no interior das fábricas e a possibilidade de realizar a ação política junto aos operários. Ainda em sua característica, a FNT buscava por meio do trabalho jurídico, junto aos operários, estabelecer diálogos com empresários visando negociar as reivindicações dos trabalhadores.

Em Osasco, percebe-se que a FNT iniciou seu trabalho entendendo que o movimento sindical deveria combater principalmente o arrocho salarial e conquistar melhores condições de trabalho dentro da fábrica.

O surgimento da PO em Osasco ocorreu no início dos anos de 1970. A PO definia-se como um movimento organizado de Igreja que visava não só levar o Evangelho para a classe operária, mas representá-la dentro da Igreja por meio dos operários cristãos e do clero. A atuação da PO nos bairros e nas fábricas cabia aos cristãos e aos seus sacerdotes.

Nota-se que, em Osasco, a JOC, ACO, PO e FNT desenvolveram um trabalho intenso, sintonizado com o movimento operário devido ao município ter sido tipicamente operário na década de 1960-1970, em que os baixos salários dos trabalhadores e os bairros operários sem infra-estrutura – falta de transporte coletivo, ruas sem asfalto, falta de rede de esgoto, falta de creches – motivaram operários e seus familiares a lutar por melhores condições de vida.

É importante ressaltar que essas atividades realizadas nas fábricas e nos bairros por membros da FNT, JOC, ACO e PO aconteciam em meio a fortes embates com grupos de operários que muitas vezes preferiam ações como, por exemplo, paralisações e quebra de máquinas, para forçar os empresários a negociar as suas reivindicações. Percebe-se que o confronto existente entre os dois grupos proporcionou uma transformação na forma de agir desses diferentes sujeitos. Diante do percebido, minha intenção é compreender a relação e a transformação desses sujeitos, analisando mais profundamente a experiência vivida em Osasco junto ao movimento operário entre os anos de 1960 a 1978, período em que se consolidou a estratégia de luta operária, valorizando o interior das fábricas, os bairros e os espaços físicos das igrejas católicas onde se encontravam muitos dos operários cristãos da FNT, JOC, ACO e PO.

O início da década de 1960 consolidou o nascimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Assim, precisamente em 1963, Osasco foi marcada pela realização da primeira eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e pela articulação de um grupo de trabalhadores – pertencentes ou não a FNT, JOC, ACO e Partido Comunista Brasileiro (PCB) – que se organizaram por meio de uma comissão de operários na Cobrasma com o objetivo de representar os trabalhadores nas reivindicações sobre melhores condições de trabalho e nas negociações salariais junto à direção da empresa. Essa comissão de operários ficou conhecida como Comissão de Fábrica.

Essa postura que assumo em analisar a relação dos operários de Osasco e os militantes da JOC, ACO, FNT e PO foi realizada através das análises das diversas fontes pesquisadas e na bibliografia estudada, as quais expressam diferentes posições dos sujeitos envolvidos nesta experiência.

José Comblin, em sua obra *O Espírito Santo e sua missão*, busca analisar as relações entre a Igreja Católica e os movimentos dentro da estrutura da Igreja. Em sua análise, o autor reflete sobre conceitos de libertação, cultura, experiência, privilegiando a visão da religião como forma de ação. Por meio de suas análises, o autor teoriza as práticas clericais na sociedade durante a década de 1970.

Márcio Moreira Alves – em *A Igreja e a política no Brasil* – faz uma reflexão das relações entre Igreja e governo militar pós-golpe de 1964. Como militante católico, o autor procura marcar os diferentes movimentos que existiam no espaço católico. O autor centraliza sua análise na hierarquia da Igreja Católica, sendo que para ele os leigos desempenhavam o papel de figurantes, obedientes à hierarquia da Igreja, como cita no início do capítulo 5, *Os figurantes*, posição da qual discordo, tendo em vista que a relação entre leigos e Igreja Católica não é uma via de mão única, há um diálogo permanente em que um interfere na ação do outro.

No capítulo 5, *Os figurantes*, o autor coloca que a Cúria Romana criou alguns “mecanismos” de consulta, como as comissões para a Justiça e a Paz do Apostolado dos Leigos, os quais eram meros órgãos de assessoria, cuja composição e deliberação era decidida pela hierarquia da Igreja por meio dos cardeais-presidentes e dos bispos-coordenadores. Segundo o autor, os leigos eram dóceis às ordens que lhes eram dadas e moviam-se “mecanicamente” conforme a vontade da hierarquia da Igreja.

Ainda em seu análise, o autor entende que as organizações operárias ligadas à Igreja Católica – ACO e JOC – tomaram o lugar da Juventude Universitária Católica (JUC) como porta-vozes que queriam transformar o papel político da Igreja Católica. Para o autor, esta

substituição aconteceu porque os conflitos das organizações operárias da Igreja com a hierarquia da Igreja não eram intensos como os que ocorriam com a JUC e, também, porque os bispos viam na JOC e ACO os “bons operários”, capazes de lhes servir de interlocutores com os operários “descristianizados” das fábricas.

Para Alves, no contexto geral da política brasileira, JOC e ACO eram demasiado fracas e as suas influências eram pequenas para que suas ações preocupassem a hierarquia da Igreja e as autoridades do governo instituído.

Esta postura de controle total da hierarquia e dependência dos leigos parece acentuar-se com o autor Thomás C. Bruneau em sua obra *O catolicismo no Brasil em época de transição*. Em sua obra, o autor chega a afirmar no capítulo 9, *Estratégias para a promoção da mudança na Igreja*, que a falta de um grupo significativo de leigos “conscientes e mobilizados” inviabilizava a mudança na maneira tradicional de funcionar da Igreja, portanto, as ações católicas permaneciam sob controle da hierarquia<sup>7</sup>.

Valmir Francisco Muraro, em sua obra *Juventude Operária Católica*, ao analisar a JOC, aponta para as mudanças e conflitos entre a hierarquia e os leigos que trabalhavam na JOC.

Este trabalho de mestrado ganha um sentido ainda maior ao observar a análise da autora Heloisa Helena T. de Souza Martins em sua obra *Igreja e movimento operário no ABC*. A autora analisa como se deu a relação do militante católico no movimento operário. Em sua análise, ela afirma a condição de operário católico e sindical. Com esse objetivo, a autora procura reconstruir o cotidiano do operário católico, as relações com os trabalhadores na fábrica e no bairro, e, também, com a hierarquia da Igreja Católica.

Neste sentido, identifiquei-me com de E. P. Thompson (*Formação da classe operária inglesa*) e especialmente com Eder Sader (*Quando novos personagens entraram em cena*), que parecem atender a preocupação de incorporar a visão dos sujeitos na perspectiva dos movimentos sociais populares emergidos na década de 1970. Isso levou à construção de uma problemática em torno da constituição desses sujeitos, que não se conformavam com as instituições clássicas (Igreja, Estado, partidos e sindicatos) e que apontavam para uma autonomia em relação àquelas instituições.

Embora reconheça o imenso valor dessas obras, discordo das análises dos autores que atribuem aos militantes da JOC, ACO e PO os papéis de submissão e de dependência à hierarquia católica. Analisadas as fontes, elas revelam uma postura dinâmica dos militantes da

---

<sup>7</sup> BRUNEAU, 1974, op. cit., p. 289.

JOC, ACO e PO que, sendo operários cristãos e também residentes dos bairros, participavam das organizações de trabalhadores e moradores, procurando contribuir na formulação de estratégias de luta visando a melhores condições de vida.

Em seus depoimentos, Albertino de Souza Oliva – ex-chefe do Departamento do Pessoal e advogado da FNT –, padre Alberto Abid – ex-membro da JOC e ACO – e Inácio Pereira Gurgel – ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e ex-militante da ACO –, como sujeitos envolvidos com a militância católica, falam da participação da JOC, ACO, FNT e PO no movimento operário. Os depoentes analisam estratégias como campanhas do “Kilo” e do desempregado, criação de cursos de corte e costura, artesanato, formação de comissão de fábrica, todas desenvolvidas com a participação de católicos que visavam lutar junto com os trabalhadores por melhores condições de vida.

Nesse sentido, fontes como *Relatórios dos encontros da PO, da JOC e ACO, FNT – cadernos de formação, Vida pastoral, manifestos da ACO, JOC, PO e FNT* e monografia de uma militante da JOCF reafirmam as análises dos depoentes citados ao determinarem as diretrizes de trabalhos que os seus integrantes deveriam assumir junto aos moradores e aos trabalhadores. Como documentos elaborados a partir das experiências que os militantes católicos viviam dentro das fábricas e nos bairros, estas fontes se tornaram importantes por revelarem que a relação entre os operários cristãos, os sacerdotes ligados a JOC, ACO e PO e movimento operário, embora buscasse lutar por melhores condições de vida e de trabalho, ainda assim, para esses católicos envolvidos, tinha o objetivo cristão de levar o Evangelho aos trabalhadores.

É interessante notar que os materiais produzidos pelo movimento operário, como: *Folha Bancária, Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Boletim dos operários da Cobrasma e Caderno de memória de Osasco: movimentos dos trabalhadores* revelam análises de trabalhadores que participaram do movimento operário na construção de estratégias de luta por melhores condições de vida. Tanto quanto os militantes católicos, essas fontes produzidas pelo movimento operário apresentam uma análise de militância sobre a construção das estratégias de luta. Enquanto fonte, estes documentos produzidos pelo movimento operário foram importantes por revelarem as criatividade nas formas de comunicação entre operários, nos mecanismos de participação e organização política das bases e nas mobilizações operárias.

As análises encontradas nas fontes produzidas pelos militantes da JOC, ACO, FNT e PO e pelo movimento operário, embora tragam uma reflexão sobre as estratégias de luta, ainda apresentam uma visão fragmentada das práticas de luta desenvolvidas por esses sujeitos.

As relações destes sujeitos, apesar de conflituosas, apresentavam, antes mesmo da militância, a condição de trabalhadores que, como outros, lutavam por melhores condições de vida, vislumbrando uma sociedade mais justa. Neste aspecto, eles se agruparam desenvolvendo estratégias de luta como: a formação de comissão de fábrica, movimento tartaruga, greve iniciada no interior da fábrica, comissão de saúde, comissão de creche, todas visando adquirir um poder de negociação com os empresários e melhores condições de vida.

Cabe ainda destacar um espaço estratégico que surgiu nessa luta entre trabalhadores e empresários, os jornais. Os jornais aparecem como veículos importantes onde circulavam interesses distintos dessa luta. Nessa análise, os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *A Região* e *Em Tempo* são destacados neste trabalho.

Analisando os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* percebe-se que eles passaram a ser estratégicos para o governo militar e para os empresários para divulgar a todos os setores da sociedade brasileira os sucessos alcançados pelo governo e industriais com a política econômica.

Embora o regime militar tenha imposto a censura em todos os meios de comunicação, ainda assim estes jornais estavam sob controle de empresários que se beneficiaram com a consolidação do golpe militar de 1964, o qual incentivou o crescimento empresarial visto que usava da propaganda positiva como estratégia para cooptar o apoio ao governo. Portanto, parece que a circulação de informações sobre as metas políticas alcançadas pelo governo e as denúncias de atos considerados subversivos pelo mesmo contou com uma posição favorável destes órgãos de imprensa, como observei nas notícias da greve de Osasco em 1968, e que pretendo analisar no primeiro capítulo.

Como órgãos estratégicos, os jornais *A Região*, imprensa do município de Osasco, e *Em Tempo*, imprensa ligada aos sindicatos da cidade de São Paulo e região, publicações diferentes daquelas da grande imprensa, representaram fontes importantes para divulgação das lutas dos trabalhadores contra os empresários que se beneficiavam com a política econômica enquanto aumentavam ainda mais as perdas salariais dos operários.

O jornal *A Região* representava a imprensa da cidade de Osasco e dos municípios vizinhos. O jornal nasceu no final da década de 1960 sob a direção de J. Macedo de Oliveira, se autodenominava como um espaço democrático a serviço dos municípios da Zona Oeste da capital paulista. Este jornal teve suas matérias centralizadas nos acontecimentos locais e regionais, principalmente nas questões que envolviam trabalhadores, empresários e prefeitura. Esta imprensa local ainda possuía um espaço onde era discutida a postura dos militantes católicos na sociedade.

Nota-se ainda que o jornal *A Região*, por ter sido facilmente encontrado nas bancas de jornal e revista dos bairros osasquenses, por ter estabelecido seu preço de divulgação de matérias e de compra inferior ao da grande imprensa e por ter assumido a função de informar os acontecimentos envolvendo o cotidiano de Osasco e das cidades vizinhas, foi fonte importante na discussão e compromisso com trabalhadores e moradores do bairro.

Embora perceba que o jornal *A Região* divulgava o cotidiano do operariado, percebe-se que membros da Arena<sup>8</sup>, diretores de empresas do município e militares usaram esse espaço para a divulgação de informações do governo. Nota-se que isso representava uma estratégia de empresários e sacerdotes que apoiavam o governo instituído no sentido de dividir o espaço de divulgação da ação dos trabalhadores com outras notícias cujo objetivo era tentar tirar a credibilidade das lutas dos operários e, também, dos militantes católicos envolvidos com atividades nos bairros e nas fábricas.

Com essas particularidades, o jornal *A Região* representa uma fonte significativa para este trabalho, visto que apesar de toda a censura e repressão aos opositores ao governo militar, esta imprensa foi a que mais me possibilitou refletir sobre várias questões que surgiram durante o desenvolvimento do trabalho e, também, a compreender melhor os acontecimentos que envolviam o cotidiano do trabalhador e seus familiares. Assim sendo, o jornal *A Região* foi muito utilizado na construção desta dissertação de mestrado.

O jornal *Em Tempo* fazia oposição aos militares que haviam transformado o país em um regime ditatorial. Esse jornal centralizou suas publicações na divulgação de manifestações realizadas por movimentos populares<sup>9</sup> contra o governo, tendo como destaque os acontecimentos que envolviam os trabalhadores e os sindicatos.

Como fonte de divulgação dos acontecimentos envolvendo os trabalhadores de Osasco, o jornal *Em Tempo* foi muito importante para este trabalho, visto que foi um dos poucos documentos localizados por mim que possibilitou responder as questões que foram aparecendo durante o desenvolvimento deste estudo, principalmente para o terceiro capítulo.

No caso dos operários de Osasco, o jornal *Em Tempo*, em todas as suas edições publicadas durante o ano de 1978, apresentou matérias referentes aos acontecimentos que

---

<sup>8</sup> A Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político que surgiu em 1965 com o Ato Institucional nº 2 que permitiu dar prosseguimento à eliminação dos partidos políticos que faziam oposição ao governo instituído. A Arena foi o partido de apoio ao governo militar (ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Vozes, 1987, p. 94-5).

<sup>9</sup> O autor entende como movimentos ou manifestações populares as ações nas quais os sujeitos sociais se entendem e se reconhecem mutuamente em suas condições sociais, sendo que suas relações são marcadas pela distância e pela proximidade com outras manifestações, nas quais são convidados a participar sob pena de exclusão e invalidação sociais ou de destituição cultural. Sobre o assunto, ver CHAUI, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

envolviam o movimento operário osasquense, como, por exemplo, as eleições sindicais e as greves metalúrgicas que ocorreram neste período. Percebe-se ainda que o jornal, embora não revelasse explicitamente a participação do operário cristão na oposição sindical, dava indícios de que o mesmo estava envolvido nas estratégias e articulações operárias.

É importante destacar ainda dois arquivos importantes: o CEDIC-PUC e o CPV. O CEDIC-PUC guarda importante acervo no que diz respeito à ação de cristãos católicos e sua estratégia de luta, que pode ser observado por fontes produzidas pela Pastoral Operária. Já o CPV contém documentos que me possibilitaram ver outras experiências que estavam em luta contra o poder de Estado, sendo que por meio destas fontes avaliei a mobilização da luta pela cidadania e o direito de construir outras histórias.

As análises realizadas das fontes e da bibliografia confirmaram a participação de operários ligados a JOC, ACO, PO e FNT nas articulações e estratégias de luta operária. Dessa maneira, coube a este trabalho compreender melhor a relação e as transformações entre movimento operário e JOC, ACO, PO e FNT e o seu significado na construção do “novo sindicalismo” que surgiu durante o período de 1960 a 1978.

Este trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, *O nascimento de novas práticas de luta no movimento operário de Osasco*, a pesquisa procura rever em Osasco a relação e as transformações que se estabeleceram entre operários, sacerdotes e trabalhadores católicos ligados a JOC, ACO e FNT e sindicalistas até a deflagração da greve de 1968.

No segundo capítulo, *O fim da greve de 1968 e a potencialização da luta operária em Osasco*, tenho a intenção de analisar as estratégias de luta dos trabalhadores, sacerdotes e leigos da JOC, ACO, PO e FNT que estavam fortemente inseridos em movimentos de bairros na década de 1970 e que passaram a se mobilizar após a greve de julho de 1968 em um trabalho conjunto para recompor o movimento operário e a oposição sindical.

No impulso do movimento de trabalhadores e da retomada de ações mais efetivas do sindicato, com a participação do movimento operário e de sacerdotes e militantes católicos da JOC, ACO, PO e FNT, é que se construiu o terceiro capítulo. Com o título de *Novas greves em Osasco*, procura rever como estavam acontecendo as manifestações sociais a partir de 1977 e o que propiciou ao movimento dos trabalhadores, aos sacerdotes e leigos da JOC, ACO, PO e FNT e ao sindicato deflagrar uma nova onda de paralisações.

## CAPÍTULO I - O NASCIMENTO DE NOVAS PRÁTICAS DE LUTA NO MOVIMENTO OPERÁRIO DE OSASCO

O período inicial da década de 1960 foi marcado pelo declínio do Produto Interno Bruto (PIB), que de 5,3% em 1962 caiu para 1,5% em 1963 e em 1964 aumentou para 2,4%. Embora no último ano o Produto Interno Bruto tivesse crescido em relação ao ano de 1963, a inflação em 1964 alcançou índices superiores a 100%<sup>10</sup>.

Os altos índices inflacionários no início da década de 1960 fizeram com que as pressões dos operários crescessem pelo reajuste salarial, ao mesmo tempo em que empresários questionassem o fim das restrições de crédito e lutassem pela permanência de subsídios inflacionários.

Em Osasco, além de se sentir os altos índices inflacionários, pesava ainda o crescimento populacional, que de 41.326 habitantes em 1950 passava para 114.828 habitantes em 1960<sup>11</sup>, o que possivelmente proporcionava mais mão-de-obra do que proposta de emprego. Acompanhando o crescimento populacional, o parque industrial expandia-se rapidamente<sup>12</sup>, o que contribuía ainda mais para os agravos à saúde dos seus trabalhadores, visto que muitas empresas jogavam seus lixos químicos no solo, o que acabava contaminando muitos poços artesianos – fonte de água usada para abastecer muitas famílias de trabalhadores –, admissão de trabalhadores em setores metalúrgicos insalubres; falta de equipamento adequado para o operário executar o serviço, o que possivelmente provocava acidentes de trabalho e contribuía ainda mais para os baixos salários.

No município de Osasco, os confrontos de operários metalúrgicos por melhores condições de trabalho e vida vão construindo uma posição frente à realidade interna das fábricas e dos bairros, onde o ambiente insalubre e perigoso das empresas e a falta de infraestrutura nos locais de moradia somavam-se às perdas salariais que vinham acontecendo. Esta perda do poder aquisitivo do salário mínimo é comprovada ao se verificar que em 1959 o trabalhador precisava de 65 horas e 5 minutos para comprar a quantia necessária de alimentos

---

<sup>10</sup> COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Greve na Cobrasma**: uma história de luta e resistência. São Paulo: PUC, 2003, p. 68.

<sup>11</sup> A informação foi retirada do gráfico populacional do município de Osasco (1934-2000), sendo estes números fornecidos pela bibliografia **Osasco - história e identidade** (p. 105), que buscou os dados sobre 1934, 1940 e 1950 nas fontes de AZEVEDO, Antonio Rocha e PETRONE, Pasquale. **Os subúrbios paulistanos**. v. VI. São Paulo, 1958; e, também, no Centro Demográfico, São Paulo, 1960, 1970 e 1980.

<sup>12</sup> COELHO, 2001, op. cit., p. 43.

e já em 1963 o tempo gasto pelo trabalhador passava a ser 98 horas e 20 minutos para adquirir a mesma quantidade de alimentos<sup>13</sup>.

Ligado às lutas operárias, os bairros: Km 18, Santo Antônio e Vila Yolanda, todos de Osasco, aparecem como espaços estratégicos onde os operários se articulavam visando a melhores condições de vida. Cabe ressaltar que as lutas que ocorriam nos bairros por melhores condições de vida do trabalhador e de seus familiares expressavam também a afirmação de cidadania que deveria pleitear benefícios de infra-estrutura, como luz, escola, lazer, que seriam a garantia de uma vida digna.

Nota-se também que em 1961, antes mesmo da estagnação na economia brasileira em 1962, a luta dos trabalhadores de Osasco contava com a participação de sacerdotes e operários ligados a JOC, ACO e padres passionistas<sup>14</sup>. Embora observe-se a existência desses membros católicos, é preciso ressaltar dois fatores. O primeiro é que a Igreja Católica estava fazendo uma forte oposição ao comunismo, sendo muitas manifestações sociais atribuídas a comunistas pelo clero. O segundo fator é que esses militantes da JOC, ACO e passionistas não representavam uma postura hegemônica no seu interior e, ainda, não possuíam o apoio total de setores da Igreja Católica, visto que o Concílio Vaticano II<sup>15</sup>, liturgia que propunha também uma ação católica voltada às questões sociais, não motivava parte do clero conservador que estava mais ligado ao ato religioso tradicional e que sentia de forma negativa a inserção de comunistas nas atividades realizadas pelas pastorais católicas.

É importante destacar que os sacerdotes conservadores receberam essa denominação por defenderem tradições católicas, como, por exemplo, missa em latim, centralização de seus trabalhos na salvação espiritual dos fiéis e, também, por fazerem aliança ou acordo com a classe dominante e por legitimarem e apoiarem o governo instituído<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> ALVES, 1987, op. cit., p. 153.

<sup>14</sup> Passionista: sacerdote que pertence à ordem religiosa da Igreja Católica Congregação da Vossa Santíssima Cruz e Paixão, que teve sua origem em Paulo, com o nome de religiosos passionistas e monjas de clausura, sendo que em 1815, Maria Madalena Frescobaldi fundou as irmãs passionistas com ideal de viver e propagar a paixão de Jesus – ainda no início da década de 1960 (Coleção Família Passionista. **Paixão pela vida**. s/d, p. 41).

<sup>15</sup> Convocado pelo Papa João XXIII, o Concílio Ecumênico Vaticano II surgiu da necessidade de revisão da Igreja. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa que do latim, idioma oficial da Igreja, passou a adotar a língua de cada país, aproximando a Igreja dos fiéis de diferentes nacionalidades. O caminho de renovação profunda da Igreja aberto pelo Vaticano II começou com a constituição dogmática *Dei Verbum*. O primeiro documento aprovado pelos bispos proporcionou uma experiência revolucionária de todo o povo com a Palavra de Deus. As pessoas nas bases das sociedades puderam ter contato com palavras de Deus e até formar ciclos bíblicos. Esta constituição proporcionou que a Bíblia fosse colocada nas mãos das pessoas mais simples. A Palavra de Deus acessível a toda leitura e meditação pessoal individual e comunitária. E mais do que isso, uma leitura comprometida que levava as pessoas a querer atuar, colocar em prática aquilo que liam (**Série Concílio Vaticano II**, p. 1).

<sup>16</sup> SALEM, 1981, op. cit., p. 17.

Embora as divergências existentes no interior da Igreja Católica tenham sido marcantes, os sacerdotes e militantes da JOC, ACO e outras pastorais católicas não deixaram de realizar seus trabalhos, seja nos campos ou nas cidades.

Cabe ainda ressaltar que apesar dos sacerdotes e militantes da JOC e ACO estarem participando das reivindicações operárias, promovendo reuniões, debates sobre os problemas dos trabalhadores nas fábricas e nos bairros, ainda tiveram como objetivo inicial o de “evangelizar o meio operário”, mas uma evangelização feita a partir de uma vivência maior da realidade concreta da vida operária.

Nesse sentido, no ano de 1961, o vigário Rafael, da paróquia Imaculada Conceição, após visitar várias famílias do bairro Km 18, observava problemas de desemprego, falta de rede de esgoto, água encanada e linha de ônibus<sup>17</sup>. Embora o bairro apresentasse estes problemas, o que se pode notar é a existência de um grupo de moradores organizados que, por meio de doação de alimentos para famílias de desempregados ou para aquelas de baixa renda, procuravam combater as perdas do poder de compra causadas pela desvalorização do salário mínimo e, também, o problema do desemprego.

Os problemas observados pelo vigário possibilitaram a criação de um Centro Social na paróquia Imaculada Conceição em janeiro de 1962, onde foram desenvolvidas campanhas do “Kilo”, em que os grupos de moradores arrecadavam alimentos, enquanto o vigário e os leigos participavam com solicitações de alimentos a supermercados e, também, com as responsabilidades de controlar e distribuir as cestas de alimentação para as famílias de desempregados inscritas na campanha.

Esta campanha do “Kilo” foi acompanhada por outras atividades, como por exemplo, a criação de curso de costureira, de artesanato e de escola profissionalizante para os filhos de moradores. Estas ações que envolviam este grupo de moradores e o vigário e seus militantes católicos foram fontes de uma politização, visto que ao notar que a campanha do “Kilo” não estava dando conta de atender todas as famílias inscritas, e, também, reconhecendo o aumento da desvalorização do salário, este grupo buscou por meio da criação de cursos e da escola profissionalizante, a possibilidade de complementar a renda familiar.

É importante observar que, embora os trabalhos da JOC se limitassem a jovens solteiros e os da ACO, aos homens e mulheres casados e seus familiares, as ações de jocistas e de membros da ACO, nos bairros ou nas fábricas, misturavam-se independentemente de que o sujeito fosse casado ou não.

---

<sup>17</sup> Livro Tombo da Paróquia Católica Imaculada Conceição (1960-1980), p. 5.

Iniciando com o curso de corte e costura e artesanato, as mulheres que juntamente com senhoras e jovens ligadas a JOC e ACO participavam das aulas no salão paroquial da Imaculada Conceição passaram após a leitura de trechos da bíblia a discutir sobre problemas familiares vinculados ao orçamento e à criação de creches, posto de saúde e de uma escola profissionalizante. Podemos perceber que as discussões destas mulheres sobre a criação de uma escola profissionalizante nasceram da compreensão da lógica empresarial que atribui um valor maior ao conhecimento técnico-teórico do trabalhador em relação ao conhecimento real-prático, sendo em muitos casos garantido um salário melhor ao operário diplomado.

A criação da escola envolveu a construção de um imóvel, a admissão de professores, a aquisição de materiais técnicos e de construção civil, itens que, diante da falta de recursos particulares, possibilitaram que os participantes crescessem na consciência de seus direitos sociais. Isto fez com que estes sujeitos cobrassem da prefeitura de Osasco materiais de construção e didáticos, linha de ônibus, terreno para construção do imóvel e contratação de professores. Nestes atos, a participação do vigário e de moradores ligados a JOC e ACO ocorreu por meio da elaboração das petições endereçadas à prefeitura e na presença nas mesas de negociações com o prefeito, o que contribuiu para a construção e a inauguração da escola que recebeu o nome de Cristo Operário.

Pelo próprio nome que a escola recebeu, nota-se que os trabalhos realizados por famílias de trabalhadores, ligadas ou não a JOC, ACO e FNT, e o vigário Rafael estavam sintonizados com a luta operária por melhores condições de vida e trabalho que estava acontecendo no interior das fábricas.

Trabalho como este que estava sendo realizado pelo vigário Rafael e os moradores de do bairro Km 18 aconteceu em outros locais de Osasco e contou com a participação de sacerdotes ligados a JOC e ACO.

Na Vila Yolanda, bairro de Osasco, os padres operários<sup>18</sup>, que pertenciam à missão operária São Paulo e São Pedro<sup>19</sup>, assumiram os trabalhos religiosos, de bairro e operária

as lutas de trabalhadores não se concentravam na fábrica, mas se estendiam para um cotidiano de vida nos bairros.

Esta organização dos moradores da Vila Yolanda estava em sintonia com os trabalhadores que se articulavam no sentido de fazer do interior da fábrica um local de luta para suas reivindicações. Dessa forma, notamos que os dois espaços aparecem unidos como lugares estratégicos onde os trabalhadores inventam formas de luta visando a melhores condições de vida diante de um cenário econômico cada vez mais favorável à concentração de renda, favorecendo as desigualdades sociais e aprofundando a compressão salarial, como podemos observar na tabela do salário mínimo.

Tabela  
Evolução do salário mínimo (1959-1976)  
(em cruzeiros, 1976)

Ano	Salário mínimo real	Índice de salário real
Janeiro de 1959	1.735,29	100
Janeiro de 1960	1.204,03	69
Janeiro de 1961	1.475,00	85
Janeiro de 1962	1.406,38	81
Janeiro de 1963	1.304,35	75
Janeiro de 1964	724,14	42
Janeiro de 1965	840,00	48
Janeiro de 1966	849,42	49
Janeiro de 1967	744,02	43
Janeiro de 1968	737,88	43
Janeiro de 1969	732,62	42
Janeiro de 1970	724,91	42

Fonte: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Divulgação nº 1/76, 19 de abril de 1976, p.10.

Nas empresas, as estratégias operárias visando transformar o interior das fábricas de Osasco como espaço de luta era percebida antes do golpe de 1964. Na fábrica Braseixos, um grupo de operários tomou a iniciativa de formar um comitê de fábrica tendo como objetivo romper com a cúpula sindical e trazer a luta operária para dentro da empresa. Esta estratégia foi reprimida pela direção da empresa e, também, reprovada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que viu na ação desse grupo de trabalhadores um ato que dividia o poder e a representatividade da entidade<sup>20</sup>.

É importante ressaltar que se nos bairros os operários e seus familiares lutavam por infra-estrutura, visando a uma vida melhor, nas fábricas as lutas operárias por melhores condições de trabalho e por salários tinham o mesmo objetivo que nos locais de moradia, ou seja, garantir uma vida digna.

Apesar do primeiro fracasso da organização de um comitê de operários, nota-se que os trabalhadores de Osasco estavam buscando dar uma organização própria na sua forma de lutar

por suas reivindicações. Nesse sentido, trabalhadores ligados à subseção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo iniciavam o processo de emancipação sindical em relação a São Paulo. Como aponta Del Papa, primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em depoimento concedido a Rizek, havia a necessidade de lutar por um sindicato respeitado pelos trabalhadores osasquenses, em oposição aos sindicatos fantasmas “sustentados pela federação” que ficavam concentrados em trabalhos burocráticos distantes das bases operárias<sup>21</sup>.

A primeira diretoria do sindicato foi constituída por Conrado Del Papa como presidente – ex-suplente da diretoria do Sindicato de São Paulo –, simpatizantes do PCB<sup>22</sup> e pela FNT, que se fez representar por meio dos operários Roberto de Oliveira e João Cândido, que trabalhavam na Cobrasma<sup>23</sup>.

Se por um lado, a consolidação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco representava o fim de “um sindicato fantasma sustentado pelas federações”, como aponta Del Papa em seu depoimento, por outro lado, essa diretoria sindical teve sua representação operária dividida na Cobrasma, local em que os operários estavam construindo uma comissão de fábrica. A consolidação da comissão de fábrica da Cobrasma ocorreu por lutas que envolviam melhores condições de trabalho e, também, por discordarem das práticas sindicais que muitas vezes se limitavam em ficar à disposição do trabalhador na sede do sindicato.

A formação da primeira comissão de fábrica da Cobrasma ocorreu sob “fogo cruzado” entre os grupos de trabalhadores que participaram de sua construção. Podemos perceber que as divergências aconteciam na disputa do controle da comissão e, também, para desenvolverem estratégias visando à participação dos trabalhadores e formas de reivindicações junto à diretoria da empresa.

Como pontos de embates que aconteciam no interior do movimento de trabalhadores, operários ligados a JOC, ACO e FNT se conflitavam com trabalhadores dissidentes do PCB. Esses conflitos aconteciam na sua maioria porque os operários ligados a JOC, ACO e FNT eram acusados pelos dissidentes do PCB de atuar por meio do diálogo com os patrões, não

---

<sup>20</sup> IBRAHIM, José. **O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica**. Cadernos de educação política. Série trabalho e capital. São Paulo: Global, 1986, p. 51.

<sup>21</sup> RIZEK, Cibele Saliba. **Osasco: 1968: a experiência de um movimento**. São Paulo: PUC, 1988, p. 53.

<sup>22</sup> O PCB surgiu de uma divisão de políticos ligados ao Partido Comunista do Brasil. O PCB defendia um programa de transformações tendentes a desenvolver um capitalismo nacional, visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. Para tanto, seria necessário construir uma aliança entre operários, camponeses e a burguesia nacional, em contraposição ao chamado “imperialismo” e seus aliados latifundiários (ARNS, Dom Paulo Evaristo e organizadores. **Brasil: nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 91).

<sup>23</sup> Cadernos de memória de Osasco. **Movimentos de trabalhadores**: debate realizado em outubro de 1983. SP, 1984, p. 6.

radicalizando a prática política, o que representava pouca luta reivindicatória; por outro lado, os operários cristãos criticavam o grupo de dissidentes do PCB pela sua visão “revolucionária” de tomada de poder via movimento operário. Os trabalhadores católicos que os criticavam entendiam que a postura provocava uma vigilância maior da chefia de empresa sobre os operários e, também, o endurecimento dos patrões em relação às reivindicações dos empregados.

As divergências que aconteciam entre trabalhadores no interior das fábricas ocorriam também nas organizações de moradores do bairro, que, muitas vezes, possuíam muitos dos operários que se confrontavam nas fábricas. Percebe-se neste caso que, tanto quanto na fábrica, certas divergências dos moradores estavam ligadas aos confrontos entre os militantes católicos e os dissidentes do PCB, o que revela que as lutas operárias se estendiam para um cotidiano de vida nos bairros.

Apesar dos confrontos entre grupos de operários, os trabalhadores ligados a JOC, ACO e FNT, antes mesmo da formação da comissão de fábrica, já estavam realizando palestras sobre as leis trabalhistas e encontros para discutir a vida do trabalhador em relação aos problemas da fábrica e do bairro<sup>24</sup>. Estes operários, que se baseavam nos termos *Ver*, *Julgar* e *Agir*<sup>25</sup>, contribuíram para que os outros trabalhadores envolvidos aprimorassem ainda mais sua consciência de trabalhador e seus direitos garantidos por lei.

Percebe-se, por meio das palestras e reuniões dos trabalhadores ligados ou não a JOC, ACO e FNT, que o que estava em jogo para os participantes era a possibilidade de incorporar outros mecanismos, como, por exemplo, o trabalhador se apropriar de conhecimentos jurídicos que possibilitassem fortalecer ainda mais a luta operária por melhores condições de vida e de trabalho. Nota-se que com este objetivo os participantes dos encontros retomaram nas reuniões a idéia que os operários da Braseixos tiveram de formar um comitê e iniciaram com outros trabalhadores a formação da primeira comissão de fábrica na Cobrasma.

Embora estas palestras e reuniões tenham acontecido na sua maioria na subsede da FNT, na casa de João Cândido<sup>26</sup> e, algumas vezes, no salão paroquial da Imaculada Conceição

---

<sup>24</sup> Pasta Oposição Sindical. **Comissão de Fábrica - Cobrasma**: Relatório 1978, CPV, p. 1.

<sup>25</sup> Os termos *ver*, *julgar* e *agir* eram etapas que unidas constituíram a prática católica desde o Concílio Vaticano II. Neste sentido, o termo *ver* era o primeiro passo, ou seja, com a função de analisar os problemas sociais. O *julgar* utilizou as ciências sociais para auxiliar os teólogos a conhecerem os mecanismos e causas profundas da opressão e, por meio deles, criarem instrumentos para superá-los. O *agir* foi o momento da atuação contra a opressão imposta ao povo, de acordo com o plano de Deus (BOFF, Leonardo e organizadores. **A Teologia da Libertação**: balanço e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996, p. 9-53).

<sup>26</sup> João Cândido nasceu na cidade de Alfenas, sul de Minas Gerais. Cândido completou apenas o segundo ano do ginásio, tendo que trabalhar para ajudar na renda familiar. Em São Paulo, capital, Cândido chegou com 15 anos e foi morar com os tios. Começou a participar das reuniões na paróquia Nossa Senhora da Lapa, posteriormente

e da Igreja Santo Antônio, onde os encontros iniciavam com as leituras de trechos da Bíblia<sup>27</sup>, o que podemos perceber é que as discussões na maioria das vezes visavam à construção de estratégias buscando segurança no trabalho, contra ambiente insalubre – setor que representava perigo à vida do trabalhador –, reforma no refeitório da empresa, pagamento correto de horas-extras, problemas que estavam ligados ao dia-a-dia do trabalhador e que parecem ter estimulado a criação de um canal de diálogo e negociação com a diretoria da Cobrasma.

As lutas internas que se estabeleceram na empresa, a favor ou contra a formação de uma comissão, podem ter dado a base de toda a liderança da comissão de fábrica no meio operário.

A comissão de fábrica foi idealizada por alguns trabalhadores da Cobrasma, tendo João Cândido, operário de militância na JOC, ACO e membro da FNT, como interlocutor dos frentistas<sup>28</sup> dentro da empresa. Esta articulação dos trabalhadores teve apoio da FNT de Perus, que já havia passado pela experiência de organizar uma comissão de fábrica e, também, pela participação do Dr. Albertino Souza Oliva – que no momento era chefe do pessoal na Cobrasma<sup>29</sup>.

A mobilização dos frentistas e membros da JOC e da ACO para construção de uma comissão dos metalúrgicos da Cobrasma aconteceu por volta de 1962/63, sendo conhecida como Comissão dos Dez. Esta comissão atuou na clandestinidade até o ano de 1965 e não contou com o apoio de um grupo de operários, o qual se denominava grupo de Osasco<sup>30</sup>. Esta comissão, além de enfrentar a disputa em relação ao seu controle e as estratégias de luta assumidas pela organização operária na Cobrasma, ainda sofria as perseguições da empresa, que muitas vezes utilizou-se da demissão para intimidar os membros da comissão que chegou a ter cinco integrantes.

---

passou a participar da Juventude Operária Católica (JOC). Como líder jocista, participou de reuniões em Osasco com a comunidade católica e com operários. Ao sair da JOC, casou-se e foi trabalhar na Cobrasma.

<sup>27</sup> Depoimento do Padre Alberto Abib, ex-integrante da Juventude Operária Católica e Ação Católica Operária, concedido ao pesquisador da UNIFIEO por meio do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica de Osasco (CDHO), p.8.

<sup>28</sup> Frentista era um termo usado para definir o integrante da FNT.

<sup>29</sup> Albertino de Souza Oliva, chefe do pessoal, antes dos acontecimentos possuía a responsabilidade de desarticular qualquer foco de agitação, sendo que para isso usava a demissão dos trabalhadores mais combativos. Apesar dessa função, Albertino foi coordenador da campanha de reconstrução da Igreja Santo Antônio – Matriz de Osasco.

<sup>30</sup> O Grupo de Osasco “foi apenas uma forma criada para designar o conjunto de operários, operários-estudantes e estudantes que viviam em Osasco e atuavam nos movimentos locais (...). Ainda que com visões diferentes, todos os membros do grupo defendiam a criação de comissões de fábrica e a participação em todos os instrumentos legais de organização (como sindicato)”. Um grupo que, a partir de 1967, se aproximou das organizações de guerrilhas (ESPINOSA, Antônio Roberto. **Abraços que sufocam**. São Paulo: Viramundo, 2000, p. 236).

Esta movimentação dos trabalhadores no interior da fábrica para a consolidação da comissão estava sendo acompanhada por padres ligados a JOC, ACO e FNT que buscavam uma adesão maior ao movimento operário. Neste sentido, no município de Barueri – cidade próxima de Osasco –, aconteceu em fevereiro de 1964 uma reunião em que se estabeleceram as práticas que seriam assumidas pelos participantes em relação ao convívio dos mesmos com os operários e as contribuições a esses cristãos<sup>31</sup>.

Enquanto padres ligados a JOC e ACO se reuniam na cidade de Barueri para definir suas práticas junto aos operários, no bairro do Km 18, jovens, senhoras e senhores, reunidos com outros moradores ligados a JOC e ACO, realizavam reuniões para discutir sobre os problemas de desemprego, condições de trabalho e os baixos salários dos trabalhadores<sup>32</sup>.

É interessante perceber que esses acontecimentos envolvendo os trabalhadores, embora estivessem ocorrendo em locais diferentes, ou seja, nos bairros, fábricas e igrejas, aparecem ligados aos pontos estratégicos dos trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e trabalho tentando minimizar as perdas do seu poder de compra. Esta “unificação” dos diferentes espaços aparece como forma de resistência<sup>33</sup> operária que crescia a cada momento, assumindo outras estratégias de luta operária, como, por exemplo, a experiência da comissão de fábrica. Embora esses espaços e a criação de uma comissão representassem um ponto forte da organização dos trabalhadores, cabe ressaltar que estas articulações dos trabalhadores de Osasco foram fortemente atacadas pelos empresários que ainda eram os grandes beneficiados com a política econômica do país.

Estes confrontos de interesses entre operários e empresários tornaram-se mais expressivos com o golpe militar de 31 de março de 1964.

Com o golpe consolidado, o novo governo rapidamente tomou conta da situação. Forças policiais, como, por exemplo, DOPS, DEIC, CENIMAR, DEOPS, foram ligadas em junho de 1964 ao Serviço Nacional de Informações (SNI), prenderam líderes estudantis e sindicais, políticos que fizeram oposição ao golpe, membros da Igreja Católica ligados a JOC, ACO, JUC, AP, JEC e JIC, ou seja, toda pessoa ou organização que se colocasse contra o regime político instaurado.

Ao mesmo tempo em que o governo militar procurou desarticular a oposição política, ele ainda se fortaleceu com o primeiro Ato Institucional que ampliou os poderes do presidente

---

<sup>31</sup> Fundo JOC. Brasil. Região Sul. Masculino - Eventos (1953-1967). **Programa de Atividades: por uma pastoral para o mundo operário**. CEDIC, 1964, p. 3.

<sup>32</sup> JOC. **Minha experiência missionária**. CEDIC, 1965.

empossado Castelo Branco. Com plenos poderes, Castelo Branco suspendeu direitos políticos e usou de poderes que lhe davam a lei trabalhista para intervir nos sindicatos e afastar seus líderes. Associado a isto, o governo colocou em vigor o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>34</sup>.

Embora os primeiros atos do governo federal tenham atingido duplamente os trabalhadores de Osasco, onde ocorreu a intervenção do recém-criado Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e, também, pela política econômica que agravou ainda mais as perdas do salário, ainda assim esses acontecimentos não desestimularam os metalúrgicos osasquenses a fazerem suas reivindicações.

Na Cobrasma, no final do segundo semestre de 1964 e início de 1965, algumas paralisações setoriais foram organizadas por meio de um trabalho conjunto dos operários ligados a FNT, JOC, ACO e grupo de Osasco. Estes atos aparecem tendo como estratégia a unificação de duas representações operárias, cujo objetivo estava em ganhar um maior poder para negociar com a diretoria da empresa as reivindicações operárias.

Estas paralisações que aconteceram em forma de operação tartaruga e zelo<sup>35</sup> foram estratégias de recusa que subverteram o tempo da produção, tendo o trabalhador reapropriado-se deste tempo e convertido-o em campo de luta. Isto ocorreu com o trabalhador deixando de lado seu conhecimento real e passando a executar as atividades dentro das normas estabelecidas de acordo com técnicas científicas impostas pela produção; o resultado é que muitos dos produtos não puderam ser convertidos em mercadoria, pois tiveram defeitos de fabricação que os tornaram inaproveitáveis, o que obrigava a direção da empresa a verificar o que estava acontecendo e ouvir os operários.

Sintonizados com as estratégias operárias que estavam sendo desenvolvidas nas fábricas; nos bairros do Km 18, Vila Yolanda e Santo Antônio, padres passionistas, padres operários e moradores ligados ou não a JOC, ACO e FNT contribuía para o

---

<sup>33</sup> O uso do termo resistência atinge as conflituosas relações entre os grupos que formam a sociedade. A resistência como pressão à dominação, como ruptura com a hierarquia da fábrica, como construção da solidariedade entre os próprios trabalhadores (COUTO, 2003, op. cit., p. 13).

<sup>34</sup> O PAEG, sob responsabilidade dos Ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia Bulhões, tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. A compressão dos salários começou a ser feita pela fixação de fórmulas de reajustes inferiores à inflação. Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão-de-obra, de acordo com o interesse das empresas. A lei de greve aprovada em junho de 1964 pelo Congresso criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais (ALVES, 1987, op. cit., p. 74-6).

<sup>35</sup> De acordo com o conhecimento do autor, a operação tartaruga e zelo se caracteriza no momento em que o trabalhador diminui ou desliga a máquina sem necessidade no momento mais alto da produção para limpar ou fazer manutenção do equipamento, diminuindo assim a escala de produção e, muitas vezes, produzindo mercadorias com defeitos devido à desregulagem da máquina.

desenvolvimento de ações, como a campanha “Cristãos unidos pelos desempregados”, visando minimizar a queda do poder de compra dos trabalhadores.

Entre os dias 1º e 13 de junho de 1965, na festa do padroeiro Santo Antônio, aconteceu a campanha “Cristãos unidos pelos desempregados”. Nesta campanha, foi doado o dinheiro que seria usado para compra de fogos de artifícios para a festa do padroeiro; foi realizada arrecadação de dinheiro de indústrias e lojas e, também, conseguiu-se propostas de emprego para alguns trabalhadores que estavam desempregados e algumas vagas para cursos técnicos<sup>36</sup>.

Mais do que uma campanha assistencial, o ato que contou com a participação de sacerdotes ligados a JOC, ACO e passionistas, apareceu como uma estratégia operária para contestar as autoridades governamentais que estavam envolvidas com a política econômica que procurava por meio do discurso do crescimento nacional produzir uma ideologia de união do país, onde todas as pessoas estavam beneficiando-se da estabilidade econômica. Dessa forma, ao divulgar os desempregados e solicitar doações, o que se percebe é que a campanha mostrava tensões sociais intoleradas pelos empresários e pelas autoridades governamentais, os quais possuíam uma realidade da política brasileira muito favorável aos seus interesses.

É ainda importante notar que as doações de dinheiro para compra de cestas de alimentos para os desempregados e as propostas de emprego e cursos técnicos patrocinados principalmente pelos industriais eram uma estratégia para mascarar as tensões sociais e, também, uma tentativa de controlar e sufocar o “perigo” que as manifestações operárias representavam para o patronato e para o governo do presidente Castelo Branco.

Ainda no ano de 1965, após três anos de lutas clandestinas, os operários da Cobrasma, juntamente com o grupo operário Católico e o grupo de Osasco, iniciaram as negociações com a direção patronal, que reconheceu a comissão de fábrica. As negociações entre empresário e operários para a legalização da comissão de fábrica da Cobrasma tomou impulso após o acidente de trabalho no setor de fundição da empresa, cujo resultado foi a morte do funcionário que estava operando o forno.

O desastre ocorrido com a explosão do forno provocou a paralisação simbólica dos trabalhadores na hora do enterro, sendo a ação o resultado do trabalho conjunto do sindicato e do grupo operário da FNT e do grupo de Osasco<sup>37</sup>. Segundo José Ibrahim<sup>38</sup>, foi nesse momento de luta conjunta que a empresa decidiu negociar com os trabalhadores a questão da

---

<sup>36</sup> Livro Tombo da Igreja Católica Santo Antônio (1960-1980), p. 147.

<sup>37</sup> Pasta Opos/R7 9.96 Tfi17(ô)-6.3339(n)1..05734(s)3.220-0.295585(u)-0.295585(-)-210.271(i)(a)3.71(a)3.7gopicg

representação interna dos empregados. Percebe-se que os anos foram passando e os trabalhadores envolvidos na organização operária aparecem mais unidos em suas reivindicações, respeitando até certo ponto as diferenças internas para adquirir um poder maior de negociação com os diretores.

As negociações entre patrões, operários do grupo da FNT e do grupo de Osasco para a formalização da comissão de fábrica provocaram fortes discussões dos participantes. As discussões aconteceram pelo direito de eleições livres dentro da fábrica, em que todos poderiam votar e ser votados, menos os empregados com cargo de confiança, e pela exigência da estabilidade tanto para os membros efetivos como para os suplentes<sup>39</sup>.

Estas discussões representavam realidades diferentes dos participantes da reunião, pois enquanto os trabalhadores viviam sob ameaça do desemprego, perda salarial, aumento da carga de trabalho para complementar a renda familiar, os patrões viviam se beneficiando com a política econômica que propiciava uma forte produção e um faturamento maior para a empresa, sendo isto estruturado por meio da opressão dos empresários sobre os trabalhadores que, na tentativa de controlar as articulações operárias e limitar suas reivindicações, usavam da demissão e da pressão das chefias.

A primeira comissão de fábrica da Cobrasma reconhecida pela direção da empresa teve João Cândido como presidente, José Ibrahim como diretor e outros trabalhadores que militavam na FNT, JOC, ACO e dissidentes do PCB<sup>40</sup> que não tiveram seus nomes divulgados.

Se na Cobrasma o reconhecimento da comissão de fábrica pela diretoria da empresa representou uma vitória dos operários, no bairro do Km 18, ainda no ano de 1965, a conquista dos trabalhadores e seus familiares aconteceu por meio da criação da Escola Artesanal na paróquia da Imaculada Conceição. Essa escola abriu cursos em diversas atividades profissionais com o objetivo de propiciar aos filhos dos moradores uma profissão e encaminhamento para o mercado de trabalho<sup>41</sup>.

Como proposta de trabalho, a primeira comissão determinava uma reunião por mês com a direção da empresa para discutir a pauta dos problemas, previamente preparada a partir das reivindicações de cada setor; já os problemas urgentes eram tratados diretamente pela executiva da comissão juntamente com os representantes do setor afetado e a direção da empresa. No tocante à relação da comissão com o sindicato, ficava estabelecido que a mesma

---

<sup>39</sup> IBRAHIM, 1986, op. cit., p. 55.

<sup>40</sup> COUTO, 2003, op. cit., p. 36-7.

<sup>41</sup> **Livro Tombo da Paróquia Católica Imaculada Conceição** (1960-1980).p. 7.

não se atrelava à direção sindical e que este seria um órgão consultivo<sup>42</sup>, o que revelava uma autonomia em relação ao sindicato, criticado pelos procedimentos que defendia.

É interessante perceber que a proposta da comissão de trabalhar a partir da base operária já era um trabalho que estava sendo realizado pelos agentes da JOC, ACO e FNT, o que mostra uma aproximação e participação de operários cristãos na organização operária.

Em resposta às estratégias desenvolvidas por esta comissão, a direção da Cobrasma passou a usar recursos na tentativa de desarticular a comissão. Como manobras, a diretoria, nas reuniões com os membros da comissão, procurava solucionar apenas os problemas secundários, sendo adiado, reunião após reunião, o que tratava de buscar solução para os problemas considerados mais importantes, como, por exemplo, reajuste salarial, equiparações salariais por função de trabalho, insalubridade, incorporação do prêmio de produção ao salário. Paralelamente a estas estratégias, os patrões ofereciam promoção profissional para os membros da comissão numa clara manobra da empresa em desgastar e cooptar quadros da comissão.

Estas manobras da empresa motivaram o grupo de Osasco a acusar alguns membros da comissão, ligados a JOC, ACO e FNT, de aceitar e fazer o jogo de “leva-e-traz” para a direção da fábrica, ou seja, recolhiam as reivindicações dos operários, levavam-nas para os patrões e retornavam com as promessas dos mesmos sem solucionar os problemas dos trabalhadores. Embora não se tenha localizado fontes que evidenciem estas acusações feitas a alguns membros da comissão, o que se percebe é que este ato aproximou os trabalhadores do grupo de Osasco.

A disputa interna dos trabalhadores pela direção da comissão fez com que o controle dela pendesse de um lado para o outro de acordo com a eleição da mesma; dessa maneira, em toda a sua existência ela jamais foi formada só pelo grupo de Osasco ou pelo grupo considerado cristão, o que de certa forma possibilitava potencializar as suas ações com novas estratégias de luta.

Essa dinâmica posta pela comissão de fábrica fez com que os operários repensassem as suas propostas e atuações contra os Ministérios do Planejamento, da Fazenda e do Trabalho, que, apoiados no PAEG, estavam impondo mudanças nos direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, o surgimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)<sup>43</sup>, lei que liquidava com a estabilidade no emprego, possibilitando aos empregadores

---

<sup>42</sup> IBRAHIM, 1986, op. cit., p. 55.

<sup>43</sup> ALVES, op. cit., 1987, p. 97-8.

a rotatividade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que refletia na possibilidade de manter os salários baixos e as péssimas condições de trabalho.

O crescimento da comissão de fábrica da Cobrasma junto aos trabalhadores é percebido por meio de dois fatores. O primeiro foi dado pelos limites que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco encontrava em participar do dia-a-dia dos operários, visto que vivia sob a ameaça de uma nova intervenção imposta pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O segundo esteve vinculado às conquistas que esta organização estava conseguindo na Cobrasma, sendo que a luta pela readmissão de alguns operários e os pagamentos de todos os direitos trabalhistas para os demitidos foi um fator muito importante para expansão da força e experiências desta comissão junto aos operários de outras fábricas de Osasco.

Esta luta iniciou-se com uma reivindicação de reajuste salarial feita pelos trabalhadores da Cobrasma por meio da comissão. Além das promessas da direção da empresa de conceder uma correção salarial significativa aos operários não terem sido consolidadas com os reajustes salariais previstos no acordo, ainda houve demissão por justa causa dos soldados que foram reclamar do aumento salarial. O ato da direção da Cobrasma mobilizou a executiva da comissão de fábrica que, diante da postura do advogado do sindicato, que propôs aceitar a primeira proposta da empresa, assumiu juntamente com os trabalhadores as negociações com a empresa, tendo como estratégia um levante grevista caso não chegassem a um novo acordo.

Com a ameaça de uma paralisação operária, a Cobrasma fechou um acordo reincorporando parte dos trabalhadores demitidos e o pagamento de todos os direitos para os operários dispensados<sup>44</sup>.

A estratégia da empresa de oprimir a reivindicação operária por meio de demissões e tirar a credibilidade da comissão, não atendendo o que foi acordado, foi fortemente atingida por uma “contra-estratégia” que ocorreu por meio da união operária em torno da comissão que juntos assumiram o levante de uma greve caso as negociações não tomassem um rumo favorável aos trabalhadores. Além de inverter o controle da situação, a comissão apareceu para os trabalhadores das fábricas de Osasco como um mecanismo importante devido ao controle sindical imposto pelo governo, principalmente por meio da ameaça de intervenção e da repressão policial aos dirigentes sindicais.

Uma vez constituída a comissão de fábrica da Cobrasma como poder operário, os diretores comissionados e operários propuseram uma experiência que pretendia se estruturar

---

<sup>44</sup> IBRAHIM, 1986, op. cit., p. 57.

no chão da fábrica a partir de denúncias sobre as péssimas condições de trabalho e saúde do trabalhador, buscando, assim, alcançar melhores condições de trabalho. Foi com estas propostas que aconteceu a segunda eleição da comissão de fábrica da Cobrasma.

A comissão que se constituiu a partir de setembro de 1966 foi formada por sindicalistas ligados ao grupo de Osasco, com José Ibrahim na presidência e operários ligados a JOC, ACO e FNT, como João Cândido e Inácio Gurgel<sup>45</sup>, participando da diretoria e da suplência da organização. Foi na força desta comissão, formada por uma oposição sindical constituída, que se organizou uma chapa para concorrer nas eleições sindicais de 1967. A chapa denominada como Chapa Verde, encabeçada pelo presidente da comissão de fábrica da Cobrasma, José Ibrahim, ganhou as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Os recém-eleitos diretores do sindicato deixaram clara a proposta de formar um sindicalismo em que os operários participariam das discussões relativas à entidade e das estratégias de luta operária, no qual as comissões fossem privilegiadas como forma de luta, não só para enfrentar o poder patronal nas fábricas, mas também para contestar a política econômica e alterar as relações sociais e de produção vigentes no país. Estas propostas eram reflexos das experiências que esta nova diretoria sindical havia vivenciado na comissão de fábrica da Cobrasma, onde as participações de trabalhadores de diferentes orientações políticas e religiosas debateram e manifestaram as suas opiniões e estratégias, buscando uma maior unidade de força e luta por melhores condições de vida e trabalho.

Além do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco se apresentar como um espaço estratégico dos trabalhadores em luta contra os abusos dos patrões, os operários passaram a contar com o jornal *A Região*, imprensa local, para a divulgação da vida do trabalhador.

Embora não se possa afirmar que este jornal tenha sido criado especificamente para atender os trabalhadores, ele foi um espaço em que os trabalhadores divulgavam acontecimentos como a criação do FGTS e a mudança no contrato de trabalho, construção de refeitório em determinadas fábricas em Osasco, eliminação de setores insalubres, sugestões de novas linhas de ônibus, curso técnico gratuito e convocação do sindicato para discutir ou responder reivindicações de operários relativas às perdas salariais com a inflação ou segurança no trabalho.

O jornal *A Região* se tornou um espaço importante de divulgação e informação para os operários e moradores de Osasco pelo fato de ter assumido que seu trabalho estava a serviço

---

<sup>45</sup> Inácio Pereira Gurgel, pernambucano, veio para São Paulo com toda a família, indo trabalhar numa fazenda na cidade de Martinópolis. Seu primeiro emprego em uma metalúrgica foi na Sofunge. Na Cobrasma começou em 1961, e permaneceu durante 23 anos.

do município e da região, por ter sido distribuído e facilmente encontrado nas bancas de jornal e nos armazéns dos bairros do município, pelo seu preço ter sido inferior aos jornais da grande imprensa e pelas suas matérias que privilegiavam os assuntos que envolviam o cotidiano de Osasco e cidades vizinhas.

Este jornal, supostamente por entender que as questões religiosas faziam parte dos assuntos do cotidiano dos sujeitos sociais, foi também um espaço em que padres debateram a postura do católico nas questões sociais. Podemos perceber também que o jornal *A Região*, devido a sua circulação entre os moradores, acabou servindo de instrumento para os sacerdotes católicos conquistarem novos fiéis e darem orientação aos trabalhos realizados pelos leigos.

Nesse sentido, o padre João Brotto, membro da JOC e ACO, usou deste espaço para cobrar uma posição dos militantes da JOC, ACO, visto que em sua compreensão, muitos agentes carregavam o nome da JOC, ACO ou de alguma outra pastoral católica sem de fato participar ativamente do trabalho realizado nos bairros ou nas fábricas, como podemos observar em trechos da matéria do jornal:

(...) A Igreja é uma grande família, uma grande sociedade que se desenvolve no coração do mundo. Ressente-se, portanto, dos problemas que envolvem este mundo.  
 (...) A religião, a ordem moral e a própria sociedade humana exigem do cristão um mais aprofundado conhecimento dos desígnios de Deus sobre o mundo, para que seja mais profícua a ação do cristão em seu meio.  
 É em razão disto que o Concílio Vaticano II assim reza: “Este S. Sínodo exorta de coração todos os leigos, conforme a capacidade intelectual e a formação de cada qual, que segundo a mente da Igreja, assumem mais conscientemente as suas responsabilidades no APROFUNDAMENTO DOS PRINCÍPIOS CRISTÃOS, na sua defesa e na adequada aplicação dos mesmos aos problemas de nossa época”<sup>46</sup>.

Enquanto espaço estratégico, esta imprensa local teve a página da matéria citada acima dividida com uma nota de jornal feita pelo clero conservador da tradição católica que fazia oposição aos membros da JOC, ACO e demais pastorais que realizavam trabalhos junto aos moradores e trabalhadores. É interessante perceber que enquanto o padre João Brotto cobrava uma ação mais ativa dos cristãos nas questões sociais, estes sacerdotes conservadores enfatizavam a importância da salvação da alma e a necessidade de conhecer o ato cristão posto pelo verdadeiro pastor, mostrando, assim, uma disputa que estava ocorrendo internamente na Igreja Católica, como aponta o trecho da matéria do jornal:

(...) A liturgia da Missa é um hino à misericórdia de Deus (Intr.) que soergueu o mundo do pecado mediante as humilhações de seu Filho (Or.). Jesus Cristo é o bom Pastor e o guarda de nossas almas (Ep.) que conhece uma por uma, leva a ubertosas pastagens, procede no caminho, defende dos ladrões, nutre e santifica.

<sup>46</sup> Jornal *A Região*. **Apelo aos leitores católicos de “A Região”**, 9 abr. 1967, p. 4.

(...) Os fiéis têm o dever de conhecer seus pastores, tributar-lhes respeito e amor, ouvi-los com docilidade, freqüentar os Sacramentos, dar bom exemplo e ajudá-los no apostolado de salvação das almas<sup>47</sup>.

Neste período, a luta dos trabalhadores contra o arrocho salarial ganhava força no movimento sindical e, também, na JOC, ACO e FNT, por meio do padre João Brotto, que, em 1967, um dia antes do Dia do Trabalhador, escreveu uma nota no jornal *A Região, Dia do Trabalho: trabalhadores, apóstolos do desenvolvimento*<sup>48</sup>. Nessa nota, o padre, apoiado na *Populorum Progressio* – carta encíclica do Papa Paulo VI, que se apresentava como carta magna do desenvolvimento dos povos – e no Evangelho, procurava esclarecer que o trabalho deveria ser a benção de Deus pela capacidade que todo trabalhador tem de criar e não o castigo que condenava o operário a produzir nações mais ricas e trabalhadores mais pobres. Percebe-se que o apelo do padre à *Populorum Progressio* era uma forma de legitimar a ação dos sacerdotes envolvidos com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

A postura do padre João Brotto, além de condenar a forma em que estava se estabelecendo a política econômica e o controle da produção que se dava por meio da opressão do empresário aos trabalhadores para garantir o lucro, questionava a lógica do crescimento nacional que se fazia a partir do enriquecimento de uma minoria e o empobrecimento acentuado da maioria dos trabalhadores. Associado a isto, a postura do padre João Brotto fortalecia a postura contrária da JOC e ACO em relação à política instituída e aos empresários e, também, contribuía como um canal de divulgação e questionamento das dificuldades por que passavam os operários que eram reprimidos pelos patrões e pelas forças policiais por serem vistos como uma ameaça à “ordem nacional”, defendida pelo poder instituído.

Este apoio do padre João Brotto aos militantes da JOC e ACO acontecia no mesmo momento em que na Vila Yolanda estava sendo criada a Sociedade das Famílias da Vila Yolanda e Adjacências.

Esta organização dos moradores da Vila Yolanda nasceu depois de uma pesquisa em que foi levantada a situação das famílias deste bairro, tendo como objetivo agir com mais eficiência nos problemas dos moradores. A Sociedade das Famílias da Vila Yolanda e Adjacências tinha como objetivo atender as famílias de desempregados e de baixa renda, realizar as reivindicações dos moradores junto ao poder municipal e assumir um caráter

---

<sup>47</sup> Jornal *A Região*. **II Domingo depois da Páscoa**, 9 abr. 1968, p. 4.

<sup>48</sup> Jornal *A Região*. **Dia do Trabalho: trabalhadores, apóstolos do desenvolvimento**, 30 abr. 1967, p. 3.

educativo com conferências, cursos para senhoras, moças e moços, dando continuidade à alfabetização iniciada pelos padres operários com auxílio dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP)<sup>49</sup>.

A Sociedade das Famílias da Vila Yolanda e Adjacências revelava ser fonte de politização dos envolvidos nas lutas por melhores condições de moradia e trabalho que desenvolvia estratégia visando minimizar as perdas no poder aquisitivo dos salários e, também, na qualidade de vida do trabalhador e de sua família, sendo que o amadurecimento desta prática foi resultado de um trabalho conjunto dos moradores com os padres operários.

Esta linha de oposição e questionamento à lógica empresarial e à política econômica foi engrossada ainda em 1967 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, local em que operários de militância da JOC e ACO atuavam, como no caso de Inácio Gurgel, que exercia a função de diretor.

Ainda em 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco participou de vários congressos, o que resultou na construção do Movimento Inter Sindical Antiarrocho (MIA)<sup>50</sup>. Como estratégia, o MIA aglutinou entidades sindicais que procuraram concentrar as forças na luta contra o achatamento dos salários. Esta articulação foi atingida pelo golpe do governo que, por meio do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, desarticulou a organização no final de 1967, mantendo-se contra as reivindicações do MIA e ameaçando, sob pena de intervenção os sindicatos que participavam do movimento operário.

Ligado aos acontecimentos que envolviam o cotidiano do operário, no mês de janeiro de 1968, na Igreja Santo Antônio, foi instalada a Regional Episcopal Oeste II<sup>51</sup>, cujo objetivo, segundo o Livro Tombo desta igreja, era produzir melhores resultados nos trabalhos das pastorais católicas junto às famílias de trabalhadores. Esta Regional Episcopal Oeste II teve como representante e responsável o vigário Monsenhor Camilo Ferrarini, que pertencia à ordem dos passionistas.

Apesar da proposta da Arquidiocese de São Paulo em dividir sua região de controle episcopal em regionais episcopais para melhorar os trabalhos das pastorais católicas, o que se viu com o monsenhor Camilo Ferrarini foi a declaração de apoio ao governo brasileiro e, também, de maneira implícita, uma tentativa de controlar as disputas internas entre o clero.

---

<sup>49</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Cristo entre operários em Osasco**, 29 nov. 1967, p. 3.

<sup>50</sup> COUTO, 2003, op. cit., p. 71.

<sup>51</sup> A Regional Episcopal Oeste II de Osasco surgiu da divisão da Arquidiocese de São Paulo em seis regionais episcopais dentro das normas propostas pelo Concílio Vaticano II, tendo como objetivo produzir melhores resultados nos trabalhos das pastorais católicas junto às famílias cristãs. O território da nova Regional Episcopal Oeste II abrangeu todas as paróquias das cidades de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi (**Livro Tombo da Igreja Católica Santo Antônio** (1960-1980), p. 155-6).

Para isto, o vigário procurou colocar limites nas práticas católicas de sacerdotes e militantes da JOC e ACO, que, para ele, fugiam do compromisso católico e se aproximavam do comunismo, haja vista o envolvimento com o mesmo, conforme aponta parte da matéria do jornal *A Região*:

(...) Terei particular atenção para com as Forças Armadas sediadas em nossa Região. Sempre amei o Exército.  
 (...) Todos conhecem o número e a importância das indústrias da Região Oeste 2. Não podemos olhar só para os operários nem só para os patrões. Ambos têm os seus problemas, as suas lutas, as suas dificuldades.  
 Estarei sempre ao lado de uns e de outros, procurando a justiça social.  
 (...) Não terei cor política, mas procurarei viver sempre de acordo com a autoridade civil. “TODO O HOMEM ESTÁ SUJEITO AS AUTORIDADES SUPERIORES PORQUE NÃO HÁ AUTORIDADE QUE NÃO VENHA DE DEUS E AS QUE EXISTEM FORAM INSTITUÍDAS POR DEUS”<sup>52</sup>.

Embora a desarticulação do MIA e a posição do monsenhor Camilo Ferrarini representasse uma vitória do governo e dos empresários no confronto de estratégias, os trabalhadores, por meio do sindicalismo de Osasco e do padre João Brotto, mantiveram suas posições e usaram a comemoração do dia 1º de maio de 1968 para novamente contestar o “crescimento nacional”, defendido pelo poder instituído.

Dias antes da comemoração do Dia do Trabalhador em 1968, precisamente em 7 de abril, o padre João Brotto cobrou uma postura digna dos políticos do município em relação às injustiças impostas aos moradores de Osasco que na sua maioria, segundo o sacerdote, era de trabalhadores e estudantes. Em nota para o jornal *A Região*, o padre convocou os políticos para lutarem juntos contra as injustiças e a opressão sofrida pelos trabalhadores, conforme trechos da matéria:

(...) Para que isto aconteça a Igreja alerta os políticos a que “pela integridade e com prudência lutem contra a injustiça e a opressão, ou o absolutismo e a intolerância, seja dum homem ou dum partido político; DEDIQUEM-SE, porém, ao bem de todos com sinceridade e retidão BEM MAIS, com amor e coragem pela vida política”.  
 (...) Não podemos entender um cristão político que não tenha amor por todas as classes sociais, mas particularmente para as mais desfavorecidas. No caso de Osasco: a classe imensa dos operários e a dos estudantes. São esses que formam a quase totalidade da população municipal. São eles que devem ser contemplados com mais amor<sup>53</sup>.

A nota de jornal escrita pelo padre João Brotto não cobrava a queda do presidente militar ou do regime político, mas sim apelava aos políticos para realizarem mudanças no procedimento do poder instituído que limitava o direito dos trabalhadores de participar de

<sup>52</sup> Jornal *A Região*. **Mensagem do Vigário Episcopal da Região Oeste-2**; 9 jan. 1968, p. 3.

<sup>53</sup> Jornal *A Região*: **A Igreja para os políticos**, 7 abr. 1968, p. 3.

forma justa da divisão da riqueza que eles produziam e que ficava nas mãos dos empresários devido às leis econômicas.

Esta postura do padre João Brotto, visto a disputa do clero no interior da Igreja, seria novamente censurada pela hierarquia da Igreja Católica por meio de um comunicado feito pelo Cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, lido por monsenhor Camilo Ferrarini e publicado no jornal *A Região*, que visava divulgar uma série de normas, segundo o Cardeal, destinadas a orientar o público e autoridades sobre “a genuína posição da Igreja Católica, na Arquidiocese de São Paulo”, conforme aponta trecho do comunicado:

(...) Cumprimos nosso dever de alertar, mais uma vez, as exmas. Autoridades e os fiéis desta Arquidiocese de São Paulo a respeito de indivíduos em número sempre crescente, que usam o nome de “católico”, e, além disso, hábitos e títulos da Igreja Católica, porque assumem atitudes que geram confusão em nosso meio e acarretam desprestígio à causa católica.

(...) Estas normas não põem obstáculos à prática do ecumenismo e da liberdade religiosa, mas visam denunciar abusos e desfazer equívocos, muito freqüentes e sempre prejudiciais à fé e à unidade da Igreja<sup>54</sup>.

Com olhar oposto ao desejado pelos empresários para comemorar o Dia do Trabalhador e com apoio de sacerdotes e leigos ligados a JOC e ACO, em 1968, os sindicalistas de Osasco juntamente com sindicalistas de São Paulo e Guarulhos tomaram uma posição que faria do dia 1º de maio um momento de explicitar as bandeiras de luta contra o arrocho salarial, contra a lei antigreve e pelas liberdades sindicais, como aponta o ex-presidente do sindicato José Ibrahim.

(...) Naquele 1º de maio havia mais de 20 mil pessoas na Praça da Sé, das quais muita gente de Osasco que conseguimos levar. O ministro do trabalho mandou seu representante e o Abreu Sodré, que na época era governador biônico, imposto pelo governo militar, estava presente. *Eles quiseram falar, a organização não permitiu, eles foram expulsos do palanque e aí se fez um 1º de maio dos trabalhadores*<sup>55</sup>.

Os acontecimentos do Dia do Trabalhador revelaram o grau de amadurecimento do movimento operário de Osasco, que se articulou com organizações operárias de São Paulo e Guarulhos para fortalecer o manifesto operário que veio acontecer na praça da Sé, local que era utilizado para encontros entre trabalhadores de outras regiões e que expressava laço de união entre manifestantes que chegavam de diversos lugares para lutar por justiça social, sendo que mais tarde revelou ser o primeiro passo da greve de Osasco 1968.

<sup>54</sup> Jornal *A Região*. **Cardeal Dom Agnelo Rossi explica a posição da Igreja Católica**. 14 abr. 1968, p.2.

<sup>55</sup> Depoimento do Sr. José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato e ex-integrante da comissão de fábrica da Cobrasma. In: Cadernos de memória de Osasco. **Movimentos de trabalhadores**: debate realizado em outubro de 1983. SP, 1984, p. 12.

Além disto, os acontecimentos do Dia do Trabalhador mostraram o processo de organização que o movimento operário havia tomado como rumo na nova ordem sindical que se estabeleceu em 1967, estando envolvidos operários ligados a JOC, ACO e FNT por meio de cargos na direção sindical ou em ações externas como o manifesto do padre João Brotto.

A greve foi planejada para ser iniciada no interior da Cobrasma. Os operários formaram grupos que foram responsáveis pela ação na ocupação: a segurança em torno da fábrica, a ocupação dos portões, a comida, a tomada do PABX, o momento para se iniciar a manifestação, entre outras práticas<sup>56</sup>. Todavia, a organização da paralisação resultou em um debate aberto entre sindicalistas do grupo de Osasco e o grupo ligado a JOC, ACO e FNT. O debate entre os dois grupos aconteceu porque os sindicalistas ligados a JOC, ACO e FNT sentiam ameaçado o trabalho realizado com o movimento operário, pois uma intervenção no sindicato representava o fim da comissão de fábrica e uma maior opressão aos trabalhadores no interior da empresa, conforme aponta parte do depoimento de João Cândido: “A minha estratégia era não queimar o movimento, adquirir maior confiança dos trabalhadores e avançar na luta. Nesse dia me ameaçaram [diretores do sindicato] (...) e eu lavei as minhas mãos”<sup>57</sup>.

Embora membros da JOC, ACO e FNT se colocassem receosos quanto à greve, o grupo de Osasco acreditava que o momento era propício para deflagrar um movimento de contestação, pois a Cobrasma estava produzindo em larga escala e, também, havia concedido um reajuste por volta de 35% nos salários dos mestres, contramestres e chefes de departamento, deixando a maior parte dos operários sem aumento, o que fez intensificar a insatisfação operária, possibilitando o amadurecimento da paralisação, como podemos observar abaixo:

[A greve] Foi trabalhada, estava um clima em suspense. A fábrica sabia que a qualquer momento poderia estourar a greve. Dizer que estourou espontaneamente é conversa. Tentei refletir com os companheiros (...). O único que consegui era o padre operário, o Carlos Tozza, que trabalhava no meu setor. Estávamos refletindo sobre as conseqüências<sup>58</sup>.

A insatisfação dos trabalhadores da Cobrasma e de outras empresas causada pelas perdas do poder aquisitivo e abusos dos empresários proporcionava a possibilidade de realizar a greve e dava evidência da articulação para a paralisação pelo sindicato, como aponta trecho da entrevista do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim: “Em

<sup>56</sup> Pasta Oposição Sindical. Revista Unidade de luta. **Osasco**: as lições de uma greve, CPV, s/d.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por João Cândido para o autor Ari Marcelo Macedo Couto em 18 jul. 2000, p.92.

<sup>58</sup> Entrevista concedida por João Cândido para o autor Ari Marcelo Macedo Couto em 18 jul. 2000, p.93-4.



ex-militante da ala feminina da JOC, receberam em sua casa operários e familiares que se encontravam tensos e assustados com o que poderia acontecer com o início da greve<sup>61</sup>.

Esta confiança de trabalhadores nos operários cristãos, que militavam na JOC, ACO e FNT, torna-se mais compreensível com a consolidação da greve.

Sob a vigilância do SNI, a greve iniciou-se internamente na Cobrasma às 8 horas e 30 minutos, sendo seguida a partir das 14 horas pela Lonaflex, também em Osasco. Este movimento dos metalúrgicos de Osasco foi assumido pela fábrica Granada de Osasco, por uma indústria de madeira e uma química, todas elas de Osasco<sup>62</sup>.

Embora concorde com Couto que a greve para o grupo de Osasco era política por ser uma ação coletiva contra as regulamentações da lei de greve e a política instituída, o que se percebe é que para certos trabalhadores a paralisação buscava rever as perdas do poder aquisitivo dos salários e ser contra os abusos dos empresários que oprimiam os operários por meio de baixos salários, falta de segurança no trabalho e o uso da demissão sem justificativa para o trabalhador.

Esta ambigüidade de interesses dos participantes da greve não causou uma divisão no movimento, pelo contrário, o que se nota é a busca de uma união nas ações em torno dos objetivos primários dos trabalhadores e do grupo de Osasco que também procurou realizar uma greve com a participação de todos os trabalhadores, independente da categoria profissional, como pode ser observado nos dois comunicados de greve:

I - Companheiros: Estamos em greve a partir deste momento, por justas reivindicações. Só obteremos a vitória se permanecemos unidos, tomando as mesmas decisões. Da unidade de nosso pensamento e da nossa ação em conjunto é que depende a vitória.

As nossas reivindicações são: a) 35% (trinta e cinco por cento) de aumento sobre o salário; b) Aumento de salário de 3 em 3 meses, de acordo com o custo de vida; contrato coletivo de trabalho, legalizado na Justiça de Trabalho; d) Problemas específicos das secções; e) Segurança absoluta para os grevistas.

Vamos tomar as nossas decisões reunidos em assembléia permanente dentro da fábrica. A vitória tem de ser total. Chega de migalhas insignificantes. Nossa união mostrará que estamos dispostos a exigir nossos direitos. A fome está em nossas casas, nos nossos filhos. Precisamos vencer. Sabemos que lutar isolado é inútil. Junto venceremos.

A união faz a força, a força faz a vitória<sup>63</sup>.

II – Ao povo.

*A forma de repressão usada na Guanabara<sup>64</sup> mostra a fraqueza do governo que quer sustentar-se a todo custo através da violência.*

<sup>61</sup> Jornal *Primeira Hora*. **O dia em que a classe operária foi ao paraíso**, 16 jul. 1968, p.1-5.

<sup>62</sup> Cadernos de memória de Osasco. **Movimentos de trabalhadores**: debate realizado em outubro de 1983. SP, 1984, p. 14.

<sup>63</sup> Comunicado feito pelos trabalhadores em greve. **Hoje: greve**. CDHO, s/d.

*Sáímos às ruas para protestar contra esse governo que cala colegas matando-os para que não possam dar ao povo uma clareza maior.*

Enquanto matam colegas à bala temos respondido com manifestações e passeatas organizadas.

Não podemos ficar passivos enquanto o governo continua a matar não só estudantes como todo povo brasileiro. Sáímos às ruas prontos a enfrentar as balas, mas só o povo é que pode vencer pela luta, pela violência organizada, o exército que hoje está servindo a classe dos patrões mata e deixa toda a população jogada a fome<sup>65</sup>.

A deflagração da greve fez com que empresários e autoridades do governo colocassem estratégias como: força policial e matérias de jornais para sufocar a manifestação operária. Cabe ressaltar que os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, em relação aos acontecimentos da greve, procuraram reproduzir as falas dos empresários, do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, e das forças policiais, o que representa um apoio às autoridades do governo em relação às manobras assumidas para reprimir os trabalhadores, haja vista que estes jornais haviam festejado o golpe militar em 1964.

Determinadas notícias dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* vinculavam as necessidades do governo em se estabelecer uma visão hegemônica do contexto social, em que a maioria dos brasileiros estaria vivendo “tempos dourados” do “desenvolvimento” nacional, cabendo a grupos “subversivos” ações visando tirar o país do caminho do progresso. Percebe-se ainda que os trabalhadores aparecem neste caso como vítimas manipuladas por “subversivos”, termo que carregava uma conotação que justificava as repressões e violências a uma minoria que ameaçava a ordem instituída, como aponta a matéria do jornal *Folha de S. Paulo*:

(...) A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, tendo em vista:

1º - a ocorrência de movimento grevista ilegal no município de Osasco;

2º - a invasão de estabelecimentos industriais daquele município por grupos subversivos que aprisionaram trabalhadores, homens e mulheres, mantendo-os como reféns, e ameaçando-os de violência física;

3º - que, em ofício datado de hoje (16), sob o nº GD-247, assinado pelo delegado regional do Trabalho em São Paulo, os referidos movimentos são qualificados de “definitivamente ilegais com características que permitem estabelecer ligações com ação subversiva” determinou as autoridades policiais:

a) – a imediata libertação dos reféns; b) a desocupação dos estabelecimentos invadidos; c) – a detenção dos responsáveis pelos movimentos considerados ilegais, com a instalação dos inquéritos criminais necessários; d) – impedir a ação dos piquetes a fim de assegurar o direito ao trabalho e a normalidade da produção; e) – manter a ordem pública, pois as investigações demonstraram que se trata de movimento articulado por uma minoria, contrariando a vontade dos trabalhadores

<sup>64</sup> Em 28 de março de 1968, foi morto no Rio de Janeiro o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto sob disparos efetuados por policiais que reprimiam uma manifestação pacífica em defesa do restaurante universitário “Calabouço”, em vias de ser fechado (ARNS, 1985, op. cit., p. 133-4).

<sup>65</sup> Manifesto. **Ao povo**. CDHO, s/d.

paulistas, que desejam um clima de tranquilidade para o exercício legítimo de seus direitos.<sup>66</sup>

Esta compreensão apresentada pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo e pelos patrões nesta nota de jornal revela uma estratégia que visava convencer aos leitores, constituindo uma memória hegemônica em torno da idéia de “desenvolvimento e felicidade nacional”. Neste aspecto, a nota de jornal tinha como objetivo mudar o foco da greve, fazendo da ação dos operários uma manifestação desconectada com a realidade do trabalhador que se mostrava beneficiada com o programa econômico do país, sendo esta lógica empresarial e do governo observada por Marilena de Souza Chauí, conforme apontado no trecho:

(...) A crise é sempre convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando a ordem social e política. Caos. Perigo. “Contra a “irracionalidade”, a classe dominante apela para técnicas racionalizadas (a célebre “modernização”), as tecnologias parecendo dotadas de fantástico poder reordenador e racionalizador. Contra o “perigo”, representado sempre pela manifestação explícita das classes populares, os dominantes partem em busca dos agentes “responsáveis pela subversão”, isto é, iniciam a caça as bruxas que ameaçam a “paz nacional” e a “união da família brasileira”. Finalmente, contra o “caos”, a classe dominante invoca a necessidade da “salvação nacional” (isto é, um elemento do espaço privado definido como elemento central do espaço público) e a “salvação nacional” conduzem, via de regra, à “pacificação nacional”<sup>67</sup>.

Dentro desta visão empresarial e das autoridades do governo sobre ameaça de “contaminação” da sociedade pela “subversão”, a greve assumiu proporções maiores, e o aparelho repressivo impôs-se nas fábricas, nas ruas, enfim, em todo espaço possível para reprimir e desarticular a ação dos trabalhadores em greve. Para isto, mais de mil soldados, e mais de 50 agentes do DOPS, do SNI e do DEIC, armados de metralhadoras, revólveres, bombas e cassetetes, um batalhão da cavalaria, um brucutu e um tatu que esguicha um jato de água misturado com areia foram utilizados para a prisão de operários, desocupação das fábricas e retirada do movimento das ruas<sup>68</sup> na noite do mesmo dia em que se iniciou a greve, sendo presos estudantes que participavam da paralisação distribuindo panfletos sobre a greve<sup>69</sup>.

Esta ação repressiva das forças policiais contou com o apoio da Confederação Nacional do Comércio que se manifestou por meio do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde qualificou a greve como ato subversivo de uma minoria que precisava ser sufocada e

<sup>66</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Greve em Osasco pára seis industrias**: Lopes Meirelles explica a ação policial, 17 jul. 1968, p. 5.

<sup>67</sup> CHAUI, 1987, op. cit., p. 60-1.

<sup>68</sup> Jornal: *da Tarde*. **Ministro vem parar essa greve**, 17 jul. 1968, p. 16.

<sup>69</sup> Jornal *Folha da Tarde*. **Estudantes apóiam**, 17 jul. 1968, p. 9.

controlada pelo presidente da República, caso contrário colocaria em risco o “crescimento nacional”, conforme observamos no trecho abaixo:

“É tempo de pôr cobro à desordem, antes que resvale para a subversão irremediável” – adverte a Confederação Nacional do Comércio, em moção antontem aprovada no Rio, e dirigida ao presidente da República.

(...) Tais agitadores – diz o documento –, “passaram aos atentados à vida e à propriedade, e prosseguem na obra criminosa, subterrânea ou ostensiva, de corroer as instituições – família, sociedade, regime”<sup>70</sup>.

Os jornais, como instrumentos estratégicos dos empresários e das autoridades do governo, procuraram divulgar que a paralisação dos trabalhadores ocorrera sem o conhecimento da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco<sup>71</sup> e que as punições seriam dadas aos que eles chamavam de líderes subversivos, restando aos demais trabalhadores o direito de retornar ao trabalho e negociar algumas reivindicações com os patrões; caso contrário, seriam demitidos.

A estratégia dos patrões e das autoridades do governo que buscavam desqualificar a paralisação operária por meio da denúncia de que a ação grevista ocorria sem o conhecimento do sindicato foi desmascarada ao perceber-se que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), com o respaldo do Ministro do Trabalho – Jarbas Passarinho –, e patrões colocaram o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco sob intervenção, inclusive usando da Força Pública para reprimir mulheres e adolescentes que participavam da paralisação, conforme mostra a matéria do jornal:

O interventor nomeado para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sr. Neutar Pithan e Silva, tomou posse às 10 horas da manhã. A posse fora impedida na véspera por operários que ocupavam o prédio do Sindicato. Ontem, às 5 horas da manhã – 50 soldados da 4ª Companhia Independente da Força Pública, desalojaram e prenderam 120 trabalhadores, que se recusaram a sair do prédio. Dos detidos, 20 são mulheres e um é menor. Foram também presos durante essa operação dois padres dominicanos que estavam no sindicato, que ficou ocupado por 22 homens da 4ª CI<sup>72</sup>.

A determinação da DRT era uma tentativa dos patrões e das autoridades do governo de descentralizar a organização do movimento operário perante os trabalhadores e, também, colocar aos demais operários envolvidos, que não foram punidos, o exemplo de como eram tratados os inimigos declarados do governo, conforme aponta a nota de jornal:

<sup>70</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*. **CNC contra a desordem**, 20 jul. 1968, p. 14.

<sup>71</sup> Jornal *da Tarde*. **Metalúrgicos estão parando**, 16 jul. 1968, p. 11.

<sup>72</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Polícia garante posse do interventor**, 19 jul. 1968, p. 7.

Na oportunidade foram analisados os problemas decorrentes da greve ocorrida dia 16 de julho no município de Osasco.

Após análise dos problemas, sempre de um espírito de compreensão, chegou-se às conclusões abaixo enumeradas.

a) Quanto à intervenção no Sindicato, o Sr. Delegado Regional do Trabalho aguardará o relatório da comissão designada, o que se verificará até o dia 5 de agosto.

b) Quanto às dispensas ficou ressalvado que não haverá nenhuma de caráter punitivo, ou seja, demissão por justa causa. Entretanto, devido a incompatibilidades dentro das fábricas, resultantes do movimento poderá haver dispensas que não ultrapassarão um total de 40 operários em 6500 (seis mil e quinhentos), os quais serão todos indenizados de acordo com a lei.

c) Quanto ao pagamento do dia da greve ficou resolvido que, à exceção da Cobrasma e da Lonaflex em que houve a ocupação da fábrica com violência – na Cobrasma no turno da manhã e na Lonaflex no turno da tarde – não haverá o desconto. Quanto aos dias subsequentes, só serão descontadas as faltas devidamente comprovadas<sup>73</sup>.

d) Quanto às reuniões programadas pela Delegacia Regional do Trabalho entre empregadores de cada firma e representantes dos trabalhadores, ficam as mesmas adiadas, a fim de evitar que continue explorando politicamente uma greve já terminada no dia 17 de julho. Ressalta, entretanto, o Sr. Delegado Regional do Trabalho o seu propósito em realizá-las o mais breve possível.

Apesar do governo e empresários usarem força policial e matérias de jornais na tentativa de desarticular o movimento grevista e todas as pessoas que participavam do movimento, muitos trabalhadores em greve mantiveram sua posição de luta e, juntamente com esses operários, membros das JOC, ACO e FNT, realizavam suas ações denunciando as artimanhas das autoridades do governo e dos empresários para desestabilizar o movimento de greve.

As manobras das autoridades do governo e empresários no sentido de desqualificar a paralisação operária motivaram o manifesto da FNT, que, em seu documento, publicado pelo Serviço de Documentação (SEDOC) – órgão pertencente ao Instituto Teológico Franciscano, ligado às pastorais católicas e que iniciava um trabalho de divulgação dos abusos do governo – apoiou o movimento grevista, visto que a ação dos trabalhadores era justa por ser contra a fome provocada pelo egoísmo de empresários e pela política econômica do governo. A FNT, ainda em seu manifesto, criticou a intervenção do sindicato, pois para os frentistas, somente os operários, por meio do voto, ou do Poder Judiciário, após a produção da prova, podiam afastar o dirigente sindical de seu posto, conforme observamos abaixo:

Dir-se-á que a greve é ilegal e não é o caminho próprio para o entendimento de reivindicações, embora justas.

Respondemos:

1) Nem tudo que é legal é justo. A base da justiça é o direito natural, o respeito à pessoa humana. A História tem demonstrado isso.

<sup>73</sup> Comunicado da Delegacia Regional do Trabalho. **A propósito da greve de Osasco**. CDHO, 29 jul. 1968.

2) A Lei de greve foi elaborada num regime de exceção. A lei surgiu para suprimir o direito de greve. Assim, não há lei de greve no Brasil. Não encontramos um jurista que defenda a atual lei de greve.

3) Insistimos: a legalidade, mormente nascida em regime de exceção não esgota o princípio de justiça. Por isso, já no século passado, Leão XIII afirmava que salário insuficiente violenta a justiça.

4) Assim, para que o princípio de justiça não fique indefinido, mas atenda às exigências do bem comum para que não seja arma de dois gumes, é imperioso que se faça a lei de greve. Por que só a “lei de greve” se mantém estática quando os empregadores conseguem ver aprovados numerosos projetos seus?

5) Não há sindicalismo livre sem liberdade e em regime de exceção, não esgota o princípio da responsabilidade, amparada pela categoria profissional e pelo Poder Judiciário. Assim deve ser afastada a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos. Só os operários, através do voto, ou do Poder Judiciário, após a produção de prova, podem afastar o dirigente sindical do seu posto<sup>74</sup>.

A postura da FNT em relação aos empresários e à política econômica levou ainda a um manifesto intitulado *Subversão e Justiça*, no qual os frentistas indagavam os sujeitos em relação às tensões sociais impostas por uma minoria formada por empresários para a maioria dos trabalhadores que estava lutando por melhores condições de vida<sup>75</sup>.

Membros da JOC, ACO e FNT passaram a distribuir folhetos para a sociedade local e jornalistas, cujo objetivo estava em mostrar os acontecimentos e os motivos da greve, e, associado a isso, convocavam os cristãos para lutar contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores. A distribuição de folhetos resultou na prisão do padre Antônio de Almeida Soares, membro da JOC que participava do movimento grevista<sup>76</sup>.

A participação de padres ligados a JOC, ACO e FNT e suas paróquias representavam parte de uma garantia de fala para os trabalhadores em greve, apesar da perseguição que as autoridades do governo impuseram a estes grupos católicos.

A perseguição das autoridades do governo e patrões sobre padres e membros da JOC, ACO e FNT que participavam da paralisação possibilitou a prisão do padre operário Pierre Joseph Wauthier. Acusado de ser um dos líderes da greve pela direção da empresa, Wauthier foi preso juntamente com três amigos de trabalho<sup>77</sup>.

A prisão do padre Wauthier não foi o único ato repressivo em relação a um membro da Igreja Católica, visto que o padre Antônio de Almeida Soares já havia sido detido. Com o sindicato tomado por policiais, um padre missionista autorizou os trabalhadores em greve a usarem o salão paroquial da Igreja Santo Antônio, porém, um outro sacerdote da mesma

<sup>74</sup> SEDOC.Brasil. Frente Nacional do Trabalho. **A Greve de Osasco**. CDHO, dez. 1968, p. 816.

<sup>75</sup> SEDOC.Brasil. Frente Nacional do Trabalho. **Subversão e Justiça**. CDHO, dez. 1968, p. 817.

<sup>76</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Operários impedem posse de interventor**, 18 jul. 1968, p. 9.

<sup>77</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*. **DOPS libera detidos**, 19 jul. 1968, p. 13.

ordem católica denunciou o fato, o que propiciou a prisão dos operários e agentes da ACO e JOC que estavam próximos à matriz Santo Antônio<sup>78</sup>.

Estes dois acontecimentos revelam a imposição de uma força repressiva que buscou de qualquer forma desarticular o movimento grevista e seus pontos estratégicos de apoio que estavam localizados em bairros operários e em paróquias que possuíam organizações da JOC e ACO. A disputa do clero no interior da Igreja Católica se revelou como uma arma que possibilitou localizar os focos onde grupos de operários católicos, ligados a JOC e ACO, estavam atuando junto com os trabalhadores em greve. Nesse sentido, algumas paróquias católicas de Osasco, entre elas, Imaculada Conceição e da Vila Yolanda, passaram a ser vigiadas por policiais disfarçados de fiéis<sup>79</sup>, pois nestes locais os padres liam comunicados da JOC e ACO e, também, concediam os púlpitos para trabalhadores falarem sobre a greve, conforme comunicado da ACO e JOC:

Comunicado da ACO e JOC

Revdo. Sr. Pároco

Ação Católica Operária e a Juventude Operária Católica desta Arquidiocese, cumprimentando-o, pedem que seja lida e explicada na sua Igreja paroquial, no próximo domingo, este comunicado sobre os acontecimentos de Osasco nesta semana.

Desde já nossos agradecimentos.

Comunicado ao povo de Deus.

Os órgãos de informação noticiaram fartamente nesta semana os acontecimentos ocorridos em Osasco: greve nas principais indústrias locais; repressão policial com prisões indiscriminadas, inclusive de sacerdotes etc. Como, porém, as notícias dadas o foram de modo confuso e premeditadamente incompleta, queremos esclarecer nossos irmãos na fé o que realmente ocorreu e suas dimensões religiosas.<sup>80</sup>

Percebe-se também que não só este comunicado, mas todos os que foram realizados pelos sacerdotes e militantes católicos ligados a JOC e ACO estavam embasados na Doutrina Social da Igreja, ensinamento que pretendia oferecer um modelo cristão de organização da sociedade. Defendendo a criação de uma ordem social “mais justa”, segundo os ensinamentos cristãos, a Doutrina Social propunha a fraternidade e a solidariedade entre os homens como bases para instaurar a igualdade e a justiça social, procedimentos percebidos nos manifestos feitos pelos sacerdotes e militantes católicos que participaram da greve.

Embora seja percebido o uso de vários mecanismos pelos patrões e pelo governo contra a ação grevista dos metalúrgicos de Osasco que começava a perder forças, o movimento dos trabalhadores mostrou sua capacidade de organização e de luta, podendo

<sup>78</sup> SEDOC. Brasil. **Os acontecimentos**. CDHO, dez. 1968, p. 818.

<sup>79</sup> *Jornal Folha Bancária*. **As lições de uma greve**, ago. 1968, p. 3.

<sup>80</sup> SEDOC. Brasil. **Comunicado da ACO e JOC**. CDHO, dez. 1968, p. 826.

ainda contar com a participação de diferentes sujeitos da sociedade. Neste posicionamento de luta e organização dos trabalhadores que foi construído no decorrer da greve, padres, leigos e operários ligados a JOC, ACO e FNT estiveram envolvidos desde a eclosão do acontecimento, tornando-se parte das bases para as resistências do movimento operário de Osasco.

Este movimento operário, apesar das prisões de alguns trabalhadores considerados cabeças da greve, entre eles João Cândido, manteve sua organização e postura de luta, sendo isto analisado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II - O FIM DA GREVE DE 1968 E A POTENCIALIZAÇÃO DA LUTA OPERÁRIA EM OSASCO

A forte repressão empresarial e policial imposta aos grevistas nos momentos finais da paralisação fez com que padres ligados a JOC, ACO e FNT intensificassem suas manifestações contestatórias por meio de publicações que estavam sendo feitas pelo SEDOC contra a repressão imposta pelo governo instituído.

Como espaço estratégico de luta e resistência operária, o SEDOC divulgou os manifestos dos padres ligados a JOC, ACO e FNT contra a política econômica, a lei de greve e a repressão imposta aos trabalhadores e membros da Igreja. Associado às contestações em defesa dos trabalhadores, as manifestações ainda cobravam uma participação mais ativa do clero junto aos oprimidos, o que revelava a luta no interior da Igreja, conforme podemos observar no trecho do manifesto da ACO:

### MANIFESTO.

(...) Considerando tudo o que acima foi dito, temos o dever, como servos de Cristo, de nos colocar ao lado dos trabalhadores, dando apoio às suas reivindicações, que são de justiça e clamam aos céus e, nesta oportunidade, propor a necessidade das autoridades se voltarem para as exigências e aspirações dos trabalhadores.

Que não haja punição aos grevistas;

Que não haja intervenção em Sindicatos;

Que todos os presos sejam libertos;

Que não se façam intimidações, propondo punições.<sup>81</sup>

Estes padres e leigos ligados a JOC e ACO, conhecidos também como sacerdotes, padres ou católicos progressistas, além de estarem contestando a lei do arrocho salarial como uma das causas imediatas da situação do trabalhador que perdia o poder aquisitivo do salário, ainda mostravam uma forte crítica aos empresários e ao Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que agiam legitimando a opressão e a repressão policial.

Para os católicos progressistas que participavam da greve, a legitimação da consciência operária e cristã estava na luta dos trabalhadores contra as leis injustas que permitiam aos empresários explorar os trabalhadores. Nota-se ainda que para os sacerdotes progressistas, a luta operária não poderia se limitar mais ao diálogo, mas partir dele até uma pressão mais contundente, isto quando os direitos reivindicados não fossem atendidos, conforme declaravam em seu manifesto:

---

<sup>81</sup> SEDOC.Brasil. **Teologia da Pastoral Operária**. CDHO, dez. 1968, p. 825-6.

(...) Alguns se perguntam se podem ir inclusive até a defesa por próprias mãos dos seus direitos no momento em que ficar provado que a autoridade pública é incapaz de cumprir sua missão de defender os direitos da maioria do Povo ou desonestamente se negar a fazê-lo?

Na atual situação, só os operários são reprimidos pela polícia de maneira violenta, quando tentam exigir que haja justiça para eles. Os patrões todo dia violam leis trabalhistas, atrasando por meses salários, deixando dolosamente de registrar trabalhadores, não pagando horas-extras, taxas de insalubridades etc., e não se vê nenhuma ação repressiva do governo contra tais ilegalidades. Crimes que clamam ao céu e pedem vingança, conforme diz a escritura.<sup>82</sup>

Os manifestos da JOC e ACO trouxeram ainda uma reflexão sobre o compromisso que seus leigos e operários cristãos deveriam ter junto aos operários, visando contribuir para que os trabalhadores se tornassem cada vez mais libertos das injustiças sociais, independente se isto significasse para os católicos progressistas, segundo a JOC, a ameaça de suas liberdades e até a calúnia de serem identificados como “comunistas”, “subversivos”, “samaritanos” ou “endiabrados”<sup>83</sup>. De fato, durante toda década de 1960, as ações de grupos católicos progressistas eram marginalizadas e desqualificadas pelos setores mais tradicionais da Igreja Católica, sendo que essa situação não se alterou durante os anos posteriores.

Embora estes padres e leigos da JOC e ACO fossem perseguidos pelos setores conservadores da Igreja Católica, ainda assim seus manifestos como estratégia operária proporcionaram a exposição dos fatos à sociedade, tendo como objetivo dar uma resposta aos órgãos de informações – ligados à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, ao Ministério do Trabalho, à Delegacia Regional do Trabalho e a empresários – que noticiavam os acontecimentos da greve de acordo com o parecer dos empresários e das autoridades governamentais, haja vista que se tratava de uma ação patronal e de setores do governo, como, por exemplo, Ministério do Trabalho, DRT e Força Pública.

Enquanto estratégias de luta e resistência operária, os manifestos da JOC e ACO contaram com o apoio de Dom Jorge Marco, bispo de Santo André que estava na reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>84</sup>, no Rio de Janeiro e, também, do bispo Dom Romeu Alberti, que fez um relato no plenário da 9ª Assembléia Geral da CNBB apoiando a greve e condenando os empresários e as autoridades do governo<sup>85</sup>.

Sintonizados com os acontecimentos da greve, nos bairros, os moradores participaram da paralisação operária organizando fundo de greve que objetivava arrecadar dinheiro e

<sup>82</sup> Pasta da ACO. Relatório. Manifesto da ACO. **Iniciando portanto uma reflexão evangélica sobre o acontecimento de Osasco e de Belo Horizonte podemos resumidamente apontar as seguintes pistas.** CEDIC, 25 jul. 1968, p. 4.

<sup>83</sup> Pasta da ACO. Relatório. Manifesto da ACO. **Apelo às nossas consciências.** CEDIC, 25 jul. 1968, p. 4.

<sup>84</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*. **D. Jorge formula denúncia**, 20 jul. 1968, p. 13.

<sup>85</sup> Jornal *A Região*. **Operários marginalizados**, 4 ago. 1968, p. 4.

alimentos para as famílias dos trabalhadores em greve. Os alimentos e o dinheiro eram encaminhados para as igrejas que tinham seus padres envolvidos com a paralisação operária<sup>86</sup>. Cabe ressaltar que o fundo de greve continuou após o fim da paralisação em decorrência da dificuldade que muitos trabalhadores demitidos encontraram para conseguir um novo emprego.

Com o final da greve e o retorno dos trabalhadores às atividades, o encaminhamento da luta passou para a mesa de negociações entre empresários, trabalhadores e autoridades do governo, contando ainda com a participação de membros da FNT e do Cardeal Dom Agnelo Rossi e seu advogado Luis José Mesquita.

A presença do Cardeal Dom Agnelo Rossi visava garantir uma intermediação nas negociações relacionadas com o aumento de salário, a intervenção do sindicato, uma suposta lista de demissões, a prisão de trabalhadores e dos padres Wauthier e Soares, questões que Dom Agnelo Rossi havia ouvido dos patrões e dos membros da FNT que representavam os operários.

Embora Dom Agnelo Rossi tenha participado como mediador das negociações, o que se percebe é que as decisões dos empresários e autoridades do governo em punir os grevistas e tentar desarticular o movimento operário se efetivaram no final da reunião.

No dia 29 de julho de 1968, ocorreu a reunião entre empresários, delegado regional do trabalho, representantes dos trabalhadores e Dom Agnelo Rossi, na qual ficaram acertadas as seguintes medidas: a intervenção do sindicato seria mantida, as demissões não seriam punitivas ou por justa causa, com exceção da Cobrasma e da Lonaflex devido à ocupação das fábricas pelos operários; sobre as reivindicações, elas seriam elaboradas pelos trabalhadores e com a colaboração de membros da FNT, sendo específicas com cada empresa e entregues ao general Moacyr Gaya, delegado do Trabalho<sup>87</sup>.

Embora o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 30 de julho de 1968, noticiasse que Dom Agnelo Rossi havia evitado a demissão em massa, o que se nota é que a reunião representou uma vitória parcial dos empresários e das autoridades do governo que conseguiram manter o sindicato sob intervenção e as demissões, apesar de serem justificadas como não punitivas, funcionaram como uma “lista negra” dos operários considerados líderes da greve, como observou Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo:

---

<sup>86</sup> SEDOC.Brasil. Comunicado da ACO e JOC. **Nosso pedido**. CDHO, dez. 1968, p. 827.

<sup>87</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Mediação de D. Agnelo obtém resultado**: não haverá demissão em massa em Osasco, 30 jul. 1968, p. 22.

Cassação.

Examinando as decisões acima enumeradas, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, sr. Joaquim dos Santos Andrade, classificou a dispensa dos 40 operários uma “cassação direta”, pois “em função da dispensa pública os empregados perdem o vínculo empregatício, não mais conseguindo emprego em fábricas de sua jurisdição, com conseqüências graves para sua família”.

“Ademais – continuou – entre esses 40 estarão inevitavelmente os dirigentes sindicais. Disto resulta que mesmo que seja suspensa a intervenção no Sindicato de Osasco, seus dirigentes não mais poderão retornar as suas funções, pois perderam o vínculo empregatício”<sup>88</sup>.

Ainda como mediadores, Dom Agnelo Rossi e o padre Tiago Loew, coordenador dos padres operários de Osasco, estiveram lutando na Justiça contra o processo de expulsão do padre Wauthier. Apesar de Dom Agnelo e do padre Tiago terem se articulado visando à libertação do padre Wauthier, o Ministério da Justiça decretou a expulsão do sacerdote para a França, conforme aponta o decreto federal:

#### DECRETO DE EXPULSÃO DO PADRE WAUTHIER.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto lei nº 479 de 8 de junho de 1938, e atendendo ao que consta do Processo nº 23.367, de 1968, resolve:

Expulsar:

Do território nacional, com fundamento no art. 1º, parte final, do referido Decreto-lei nº 479 de 8 de junho de 1938, combinado com artigo 29, inciso I, parágrafo único, da Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964, o cidadão francês Pierre Joseph Wauthier, nascido em 25 de março de mil novecentos e trinta e quatro, natural de Fourmies, França, filho de Fernand Wauthier e Marie Delvaux.

Brasília, 27 de agosto de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

(Diário Oficial p. 7624)<sup>89</sup>.

O julgamento do processo do padre Wauthier e sua condenação representaram a

Ministro apela ao cardeal.

(...) Constitui uma inverdade e até falta de caridade acusar o governo de insensível aos pleitos ou infenso diálogo. Estou pronto a esclarecer este e outros pontos, se a Igreja me der tal oportunidade e também não nos julgar sem nos ouvir. A intervenção de vossa eminência será sempre bem-vinda. Cordiais saudações, Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho<sup>90</sup>.

Embora possa ter ocorrido uma tentativa do Cardeal Agnelo Rossi em amenizar os ataques dos sacerdotes progressistas, isto não ocorreu, haja vista a forma que se deu a expulsão do padre Wauthier e a resposta dada por meio de um manifesto.

A luta operária e a posição dos sacerdotes progressistas se confirmaram com a manifestação feita após a expulsão do padre operário Pierre Joseph Wauthier, que estava em prisão domiciliar na casa de Dom Agnelo Rossi. Na ação das autoridades policiais, o padre foi arrancado da casa e em seguida expulso do país, sendo que isto aconteceu no momento em que o Cardeal Dom Agnelo Rossi estava reunido com membros do clero em Medellín, onde surgiu a Teologia da Libertação.

O manifesto dos sacerdotes progressistas foi um ato de solidariedade ao padre deportado e uma forte crítica às autoridades do governo e à direção da fábrica, que usaram da perseguição e do poder político para punir o padre e os seus companheiros da Vila Yolanda com a expulsão arbitrária do mesmo, sendo inclusive negado a ele os seus direitos trabalhistas, conforme aponta o comunicado dos sacerdotes:

Manifesto de Solidariedade.

(...) Para que todos possam ajuizar por si mesmos da enormidade da injustiça cometida, eis os fatos:

1. Embora a greve tenha sido considerada ilegal, todos os operários despedidos em razão de sua participação no movimento foram indenizados – o que significa que a despedida deles foi reconhecida, pelos patrões, como injusta. Diferente, foi, porém, o tratamento dado ao Pe. Wauthier: a empresa negou-se a considerá-lo despedido enquanto esteve preso e agora se recusa a pagar a indenização alegando abandono de serviço.
2. A prisão do Pe. Wauthier foi feita fora da fábrica, por um diretor da mesma, Sr. Oswaldo Loureiro, acompanhado no seu carro particular por dois milicianos da Força Pública.
3. Tudo indica serem muito estreitas as ligações da direção da empresa – sobretudo o Sr. Oswaldo Loureiro, – com o Sr. Ministro da Justiça, pois a ordem de abertura de inquérito para a expulsão do Padre veio no mesmo dia da prisão, surpreendendo os próprios delegados do DOPS, conforme eles mesmos disseram ao advogado do padre.
4. Finalmente, o governo fez tudo para efetivar a expulsão do Pe. Wauthier em segredo, recusando-lhe até, de início, permissão para ir à Vila Yolanda, buscar seus pertences. Graças somente à intervenção de D. Lafayette, bispo auxiliar de São Paulo, é que lhe concederam ir até sua casa e despedir-se dos companheiros e amigos<sup>91</sup>.

<sup>89</sup> SEDOC.Brasil. **Decreto de expulsão do Padre Wauthier**. CDHO, dez. 1968, p. 828.

<sup>90</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo*. **Ministro apela ao cardeal**, 30 jul. 1968, p. 7.

<sup>91</sup> SEDOC. Brasil. **Manifesto de solidariedade**. CDHO, dez. 1968, p. 828-9.

Embora o manifesto mostre que a luta não havia sido superada pelos sacerdotes progressistas e trabalhadores, em 29 de agosto de 1968, o delegado do Trabalho, general Moacyr Gaya, encerrava definitivamente as negociações da greve. O general Moacyr Gaya convocou, apenas, uma junta interventora formada com os operários: Roberto Unger, Milton de Oliveira e Nelson Ângelo Gay. Depois de 90 dias, ocorreram as eleições sindicais, sob o amparo da DRT, com chapa única, em que Unger, operário da Cobrasma, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco<sup>92</sup>.

A vitória parcial dos empresários e do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, impôs ao movimento operário a necessidade de se organizar por meio de novas estratégias de luta para romper com a opressão empresarial e continuar reivindicando seus direitos.

A potencialização da luta declarada pelos sacerdotes progressistas e trabalhadores ocorreu depois de dois acontecimentos envolvendo o país. O primeiro foi a consolidação da postura da Igreja Católica, essencialmente para os militantes das pastorais, que após a

Se por um lado a Teologia da Libertação fortalecia as ações operárias, por outro lado o governo militar manteve suas articulações de controle da sociedade brasileira. Nesse sentido, o presidente general Arthur Costa e Silva, juntamente com as autoridades militares, sentindo as ameaças das oposições que havia ocorrido principalmente durante o ano 1968, tratou de decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Apesar da decretação do AI-5, da intervenção do sindicato, da perseguição aos líderes do movimento operário osasquense, do fim da comissão de fábrica da Cobrasma, da expulsão do padre operário, das demissões, da perseguição e repressão que se intensificaram, o certo é que os trabalhadores que formavam o movimento operário não se intimidaram diante desses acontecimentos.

A experiência das comissões de fábrica, das negociações diretas com empregadores e da democratização do sindicato não foi desarticulada pela truculência repressiva das autoridades. Os operários, juntamente com sindicalistas que estavam na clandestinidade e membros da JOC, ACO e FNT, agruparam-se para manter a organização do movimento operário.

Embora as práticas do movimento operário de Osasco não desfrutassem da mesma “liberdade” de antes da greve de 1968 e do AI-5, ainda assim os trabalhadores, contando com a participação de sacerdotes progressistas, continuaram desenvolvendo as suas estratégias de luta, como, por exemplo, o trabalho de “pé-de-orelha”. O trabalho de “pé-de-orelha” acontecia por meio de pequenos grupos de operários que no interior das fábricas trocavam informações sobre organização e reivindicações operárias sussurrando no ouvido do colega de trabalho<sup>95</sup>.

Sintonizados com as estratégias de luta operária que acontecia nas fábricas, nos bairros, os trabalhadores se articularam por meio de movimentos populares que, apesar de certas particularidades, ainda assim se caracterizavam como um espaço de luta e resistência operária contra a opressão empresarial e a repressão das forças policiais.

Cabe ressaltar aqui, e concordando com Telles<sup>96</sup>, que o bairro não era um simples lugar com a função de atender as necessidades impostas para a sobrevivência política de grupos militantes. O bairro era um espaço carregado de sentido político, portador de uma herança que trazia as marcas dos acontecimentos recentes da greve, como, por exemplo, apoio

---

<sup>95</sup> IBRAHIM, 1986, op. cit., p. 73.

<sup>96</sup> TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 233.

aos desempregados, aos presos e aos perseguidos pela repressão, realização de compras comunitárias.

Externo à fábrica, trabalhadores e padres progressistas, com o respaldo da Teologia da Libertação, continuaram trabalhando em atividades junto aos moradores dos bairros, como, por exemplo, em campanha contra o alto custo de vida, na tentativa da criação de uma cooperativa dos trabalhadores que estavam desempregados em função da falência da empresa Hervy, na luta para obter posto de saúde, asfalto, rede de esgoto, água encanada e creches para as crianças, questões que asseguravam uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e seus familiares.

Esta articulação operária foi fortalecida com a criação da Pastoral Operária (PO) em Osasco em 1970<sup>97</sup>. Desenvolvida pelo padre operário Domingos Barbé – que morava e trabalhava em Osasco desde 1968 – e por trabalhadores de militância católica, a teologia da Pastoral Operária mostrava, segundo seus organizadores, que não anunciava o Evangelho aos cristãos explorados sem a formação de grupo de bairro, círculo bíblico, centro de defesa dos direitos humanos, clube de mães, conselho de fábrica, sindicato, diferentes partidos políticos de oposição.

Como um instrumento, a Pastoral Operária na sua esfera de ação deveria agir juntamente com o homem, ou seja, o operário, considerando suas experiências e ajudando a pensar com mais justeza o seu lugar na sociedade<sup>98</sup>.

Essa proposta do padre Domingos Barbé foi ao encontro do planejamento da Pastoral Operária de São Paulo, que apontou dificuldades em estabelecer o trabalho nos bairros, visto que nestes locais os operários apresentavam uma organização fruto de suas experiências de vida; dessa forma, cabia a PO rever as suas falhas de militância e contribuir com estratégias para fortalecer a experiência operária.

A proposta da PO de Osasco não estava na criação de novas estratégias de luta, mas sim no sentido de potencializar ainda mais as lutas operárias existentes nos bairros antes mesmo da greve. Nota-se também que as propostas para o fortalecimento das estratégias de lutas por melhores condições de vida aconteceram no momento em que o bairro passou a ser o principal espaço de articulação e resistência operária.

Nesse sentido, no bairro do Km 18, moradores ligados a PO desenvolveram grupos de teatro para interpretar peças que estavam relacionadas às péssimas condições de moradia e trabalho, questionamento da direção sindical, problemáticas que faziam parte do cotidiano dos

---

<sup>97</sup> Livro Tombo da Igreja Católica Santo Antônio (1960-1980), p. 173.

<sup>98</sup> BARBÉ, Domingos. **Teologia da pastoral**: experiência de Osasco. São Paulo: Vozes, 1983, p. 13.

trabalhadores<sup>99</sup>. Enquanto estratégia de luta operária, as peças teatrais visavam proporcionar aos participantes uma reflexão e discussão sobre o cotidiano do operário e a partir delas desenvolver estratégias de luta buscando melhores condições de vida e trabalho.

O anúncio da Pastoral Operária não trouxe algo de novo, mas assumiu uma postura tomada por trabalhadores e familiares que faziam de seus bairros um espaço de luta por melhores condições de vida e organização do movimento operário que estava sendo perseguido intensamente pelo aparelho repressivo do Estado.

Com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco sob o controle de uma diretoria apoiada pela DRT e empresários, os trabalhadores, por meio do movimento operário, fortaleceram-se nos bairros com apoio de sacerdotes progressistas e leigos. Percebe-se que nos bairros, o movimento operário desenvolveu a estratégia de luta e resistência silenciosa contra o governo instituído e a opressão dos patrões no interior das fábricas.

A estratégia operária de luta e resistência silenciosa à opressão empresarial e à exploração pode ser percebida por meio das solicitações dos operários junto aos patrões para a realização de palestras e missas celebradas pelo monsenhor Camilo Ferrarini<sup>100</sup>. Enquanto para os empresários, as missas e as palestras realizadas pelo monsenhor Camilo serviam de instrumento para quebrar a rebeldia do trabalhador por meio do sermão religioso, para os operários, a sua participação significava a possibilidade de “matar” o horário de trabalho, quebrando a opressão da produção imposta pelos patrões por meio dos chefes de setores.

Ainda como estratégia operária de luta e resistência silenciosa, os trabalhadores assumiram a estratégia de não sindicalização, uma oposição ao sindicato que forçava a direção sindical a desenvolver trabalhos buscando uma aproximação com os trabalhadores.

Nessa trajetória, é interessante perceber que a oposição sindical começava a se recompor nos bairros, onde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estavam se consolidando, onde os grupos católicos operários estavam ampliando a esfera de atuação, com a criação da PO. Dessa forma, a oposição sindical nascia apoiada na PO, observação já apontada por Telles em seu trabalho *Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos*, conforme podemos notar:

---

<sup>99</sup> Pasta da PO Nacional. **Planejamento da Pastoral Operária**. CPV, 1972.

<sup>100</sup> **Livro Tombo da Igreja Católica Santo Antônio** (1960-1980), p. 169.

(...) Como lembra um militante da Oposição Sindical, de origem não católica, “na verdade, não existia Oposição Sindical separada da Pastoral Operária. Inclusive, em muitas reuniões da Oposição, participavam padres. Às vezes você nem sabia como chamar uma reunião, às vezes chamava de Oposição, às vezes chamava de Pastoral<sup>101</sup>”.

A tática operária de fazer oposição ao sindicato é percebida com a realização de uma campanha de sindicalização realizada no ano de 1972 pela direção do sindicato. Nesta campanha cada sócio que conseguisse trinta novos sócios receberia como prêmio uma viagem para Santos<sup>102</sup>.

A busca pelo apoio dos trabalhadores fez com que essa diretoria sindical desenvolvesse a estratégia de pequenas lutas jurídicas. Essas pequenas lutas jurídicas que vieram a ser realizadas no início dos anos de 1970 eram construídas a partir de processos trabalhistas referentes a setores insalubres, demissões por justa causa, cálculos errados de rescisão de contratos de trabalho, enfim, direitos jurídicos do trabalhador que o governo não havia suspenso. A batalha jurídica em que estava envolvido o sindicato pode ter contribuído para instalação de uma Junta de Trabalho que um ano após sua existência já possuía por volta de 2.017 processos correspondentes a Osasco e região<sup>103</sup>.

Embora a diretoria do sindicato buscasse a aproximação junto aos trabalhadores no início da década de 1970, o que se observa é que os operários resistiam. Esta resistência ocorreu porque os trabalhadores entendiam que as práticas do sindicato eram um “jogo de cartas marcadas” que determinava a formação de uma chapa única para as eleições sindicais e suas ações nas lutas por melhores condições de trabalho e nas negociações dos dissídios coletivos da categoria eram limitadas em decorrência das ameaças permanentes de intervenção do sindicato pela DRT.

Essa situação negativa do sindicato se agravava com novas ações patronais que se consolidavam por meio de algumas promoções dadas pelas fábricas de Osasco, como a participação de trabalhadores em equipes de futebol da empresa para disputar campeonatos, que eram financiados pelas fábricas; homenagens aos trabalhadores exemplares na folha de serviços e festas promovidas pelas indústrias, momentos de reconhecimento por parte dos patrões que muitos trabalhadores possivelmente entendiam como benefícios que não podiam ser trocados por uma participação sindical, visto que a instituição era considerada pelega.

---

<sup>101</sup> TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, 1994, op. cit., p. 234.

<sup>102</sup> Jornal *A Região*. **Sindicato dos metalúrgicos vai dar prêmio aos seus sócios**: uma viagem, 29 abr. 1972, p. 1.

<sup>103</sup> Jornal *A Região*. **Osasco – Junta do Trabalho comemorou 1º aniversário**, 20 set. 1972, p.1.

Essa resistência ao sindicato também pode ser observada pelo número de seus associados informado pelo jornal *A Região*, que no final do ano de 1977, era de 14 mil filiados espalhados em torno de Osasco, pelos municípios de Carapicuíba, Barueri, Itapevi, Jandira, Itapeçerica da Serra, Cotia, Embu, Taboão da Serra e Santana do Parnaíba<sup>104</sup>. Essa resistência operária ao sindicato era agravada com a política econômica no início da década de 1970.

Os anos que iniciaram a década de 1970 mostravam o ônus que políticas econômicas impunham à maioria dos trabalhadores. O governo castigava a maioria dos trabalhadores com pequenos reajustes no salário mínimo e elevadas taxas de correções nas tabelas de preço das mercadorias de primeira necessidade, obrigando as famílias de trabalhadores a articularem-se em organizações de bairros, onde destacavam-se a fraternidade e a solidariedade entre os

Cabe ressaltar que os sacrifícios impostos pelo governo instituído à maioria dos trabalhadores em benefício de um pequeno grupo de empresários se agravaram ainda mais com a recessão econômica dos anos de 1973-1974. O problema dos recursos energéticos (petróleo), o desequilíbrio da dívida externa e as dificuldades para criação de novos empregos transformaram o “milagre econômico”, nome dado pelas autoridades do governo, como, por exemplo, Delfim Neto, Ministro da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento, em crise econômica.

A crise econômica veio acompanhada pela nomeação de Ernesto Geisel para presidente do Brasil, pela criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>106</sup>, pelo fortalecimento dos movimentos populares e pelo crescimento da repressão.

A nomeação de Ernesto Geisel em 1974 e o começo do processo de distensão<sup>107</sup>

abusos dos empresários e comerciantes que utilizavam artimanhas para aumentar a sua margem de lucro, conforme aponta a matéria abaixo:

(...) Os industriais estão afirmando que só poderão formar novos estoques com a liberação dos preços, a qual, se concedida, implicará de imediato num aumento em torno de 58%. Mas algumas fontes continuam afirmando que os estoques de óleos comestíveis já existem e estariam sendo retidos pelos fabricantes.

Osasco

Em Osasco, a situação permanece inalterada. Os supermercados estão mostrando em suas portas as longas filas de donas de casa, esperando o momento de uma entrega dos fornecedores. Nem as latas de 18 e 9 litros, que a princípio eram encontradas, são vistas nas prateleiras dos supermercados. Alguns estabelecimentos estão chegando ao “cúmulo” de só vender uma lata de óleo, para quem adquirir mercadorias diversas no valor mínimo de cinquenta cruzeiros<sup>108</sup>.

A estratégia de usar o jornal *A Região* como espaço de luta contra os altos preços das mercadorias acontecia juntamente com o impulso do MCV. O fortalecimento do MCV foi dado em 1975 por meio de pesquisas realizadas pelas mulheres sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias de trabalhadores, sendo que este trabalho contou com o apoio de padres progressistas. As pesquisas realizadas tinham como finalidade mostrar às autoridades do governo qual era a situação dos lares operários e, também, reivindicar mudanças na política econômica.

A politização dessas mulheres ocorreu por meio dos embates com políticos e funcionários públicos ligados aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho, sendo que esses confrontos têm sua origem nos grupos de bairros, onde as mulheres se organizavam e se identificavam como famílias de trabalhadores que desejavam justiça, como aponta Sader:

(...) na afirmação de uma dignidade que é encontrada na luta por seus direitos, as participantes dos clubes de mães que também estavam envolvidas no Movimento do Custo de Vida se confrontavam com as autoridades públicas, e esse confronto foi fonte de politização<sup>109</sup>.

Os movimentos populares em Osasco, que surgiram na Vila Yolanda, Km 18 e Santo Antônio, como o MCV, expressavam uma politização muito forte contra a política econômica do país; ao mesmo tempo, eram espaços onde se localizavam trabalhadores e padres ligados a JOC, ACO, PO e FNT, que se articulavam e mantinham vivos o movimento operário e a oposição ao sindicato ligado ao governo. Essa estratégia operária é percebida por meio dos

<sup>108</sup> Jornal *A Região*. **Óleo comestível só aparecerá com a liberação dos novos preços**, 5 abr. 1974, p. 1.

<sup>109</sup> SADER, 1988, op. cit., p. 223.

manifestos reivindicatórios do MCV que pedia o congelamento de preços dos alimentos e reajustes salariais, como mostra trecho da pesquisa sobre o custo de vida (1975-1976):

Propostas.

(...) Preocupados com a alta do custo de vida, que tão duramente vem atingindo toda população da periferia, realizamos a pesquisa que foi há pouco relatada.

(...) Por isso, fizemos um levantamento das opiniões das milhares de pessoas que participaram da pesquisa, sobre quais seriam as saídas para a alta do custo de vida.

Salário Mínimo e alimentação mensal mínima:  
Tempo de trabalho necessário para a compra da  
ração alimentar (definida pelo decreto-lei 399 de  
abril de 1938) Média por ano.

Ano	Horas de trabalho necessárias	Índice
1959	65 horas e 05 minutos	100,00
1970	105 horas e 13 minutos	161,66
1971	111 horas e 47 minutos	171,75
1972	119 horas e 08 minutos	183,05
1973	147 horas e 04 minutos	225,97
1974	163 horas e 32 minutos	251,57
1975	149 horas e 40 minutos	229,96
1976	157 horas e 29 minutos	241,97
1977	141 horas e 49 minutos	217,90
1978	137 horas e 37 minutos	211,45

Fonte: DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Separata da Revista DIEESE, abril de 1979.

A tabela indica também que a política econômica, que tanto o governo instituído chamava de “milagre econômico” (1969-1973), não se traduzia em conquistas para o trabalhador, mas certamente em um programa econômico de exceções que havia causado uma desvalorização brutal dos salários, o que obrigava o operário a ficar mais tempo nas empresas para conseguir comprar a alimentação mensal mínima.

O documento de campanha salarial de 1975 procurou contestar com as autoridades do governo a política econômica e, também, convocar trabalhadores e dirigentes sindicais a fazerem uma reflexão sobre o sindicato e sua ligação com o governo que favorecia os empresários, conforme observamos abaixo:

(...) Segundo os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística), entre 24 categorias profissionais pesquisadas, todas elas, nos últimos dez anos, tiveram uma queda do poder aquisitivo entre 30% e 44%.

(...) O ministro Reis Veloso, na Câmara, reconheceu que o poder aquisitivo do salário mínimo diminuiu.

(...) Todos os trabalhadores das categorias que tem reajuste nesses meses somam a mais de meio milhão. É uma grande força que infelizmente ainda não é aproveitada.

(...) Nossos sindicatos, em lugar de ajudar a nossa classe a se organizar, estão preocupados unicamente com assistência médica, dentária, festinhas e colônias de férias.

Além disso, os nossos sindicatos estão ligados ao governo através do Ministro do Trabalho. Não somos livres para dirigir nossos sindicatos conforme os verdadeiros interesses dos trabalhadores<sup>113</sup>.

Os operários cristãos, ao convocarem todas as categorias de trabalhadores a reivindicarem seus direitos, propunham estratégias de luta operária que consistia em ações reivindicatórias unificadas, independente da categoria e, também, em fazer do sindicato uma

<sup>113</sup> Pasta Círculo Operário. **Campanha Salarial de 1975**. CEDIC, out.1975, p. 1-2.

entidade representativa, sendo que para isto o trabalhador deveria participar das assembléias sindicais com “espírito crítico”, ou seja, não aplaudir tudo o que fosse dito, saber distinguir o que era proposto com responsabilidade e o que era pura demagogia, dar sugestões e, ainda, afastar o sindicato do controle do governo.

A proposta elaborada pelos operários cristãos mostrava a compreensão que o movimento operário tinha sobre a função e a importância do sindicato na vida do trabalhador, sendo que essa posição firmava uma oposição sindical à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Os planejamentos dos membros da oposição sindical de Osasco estabeleciam a sua participação em manifesto de 1º de maio, contra o aumento do custo de vida, reivindicações de reajuste salarial, entre outros, sendo que os mesmos contavam com a participação de grupos católicos progressistas que expressavam uma força política frente ao poder do Estado, como aponta um trecho da obra *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*:

(...) em outro plano, aparecem sinais no interior da Igreja Católica de uma superação da tradição conservadora, que se revelam na presença atuante em defesa dos direitos humanos e dos valores morais do cristianismo. Especialmente entre os trabalhadores, jovens e em outros grupos sociais, onde a presença da pastoral católica propiciou não só novas modalidades de convívio, como também, uma das poucas possibilidades de expressão dos anseios de justiça<sup>114</sup>.

Em Osasco, os movimentos populares estavam vinculados às manifestações populares do Estado de São Paulo. A união destes movimentos tinha como objetivo unificar forças contra o governo e sua política econômica que agravava ainda mais a perda do poder de compra do salário mínimo.

Esta perda era confirmada nas pesquisas realizadas pelo MCV. Entre os anos de 1975 e 1976, uma pesquisa do MCV revelava uma grande diferença entre as correções dos preços das tarifas de luz, água, aluguel, ônibus, trem e dos gêneros alimentícios em relação aos aumentos salariais impostos pela política econômica. Essa pesquisa foi levada aos sujeitos sociais juntamente com um manifesto que criticava a política nacional e reivindicava mudanças na política econômica, como mostra trechos do manifesto *Custo de vida e os salários*:

(...) Hoje, em todo lugar, a conversa do povo é uma só. É esse custo de vida subindo que nem foguete e esse nosso salário, que não dá nem pro sustento da família.

---

<sup>114</sup> CAMARGO, Cândido Procópio et. alli. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1981, p. 150.

(...) E essa nossa situação vem se agravando há 11 anos desde a implantação da Política Salarial do Governo, que eliminou a livre negociação de salários, diretamente entre patrão e operários.

(...) A cada ano o País se desenvolve e aumenta a riqueza produzida pelos trabalhadores. Sendo nós, os responsáveis por todo este desenvolvimento, é justo que reivindicemos a nossa participação.

(...) Portanto, reivindicamos medidas concretas que ponham fim à alta do custo de vida e reponham, ao menos em parte, a perda do poder de compra dos salários que tivemos nestes últimos anos<sup>115</sup>.

Cabe observar que no ano de 1975, uma nova onda de violência e repressão atingiu a sociedade, tendo como resultado a prisão, tortura e morte de vários militantes, entre eles o jornalista Vladimir Herzog, que foi torturado e morto nas dependências do DOI-CODI.

Em resposta à repressão policial e à morte de Vladimir Herzog, a Arquidiocese de São Paulo, com estímulo do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, criou a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, cujo objetivo era a defesa dos perseguidos pela ditadura militar e mover ações civis contra as autoridades em casos comprovados de tortura<sup>116</sup>.

O fortalecimento de alguns movimentos populares e os apoios de grupos da Igreja Católica davam à organização operária de Osasco a possibilidade de consolidar-se enquanto oposição sindical que vivia na clandestinidade nas fábricas e no interior dos movimentos de bairros.

A força de certos movimentos populares contribuiu para que a diretoria sindical de Osasco assumisse uma postura mais democrática, aceitando lideranças da oposição sindical para a eleição de 1975.

Apesar de toda tentativa de reprimir a liberdade de expressão dos trabalhadores, o movimento operário se articulava nos bairros com clubes de mães, comissões de saúde, comissão de creche, entre outros movimentos populares que lutavam por justiça social, afirmando sua condição de cidadania que pleiteava uma vida digna.

Como ponto de ancoramento do movimento operário de Osasco, os bairros Santo Antônio, Km 18 e Vila Yolanda e, também, as igrejas católicas que se localizam neles aparecem como lugares onde os operários desenvolveram atividades das quais se dava a recuperação e interpretação da história recente do movimento operário: a crítica ao sindicalismo populista; o peleguismo dos sindicatos; a experiência da Cobrasma em 1968 e a percepção das comissões de fábrica eram questões que possibilitavam a construção de um sindicato livre em relação a um governo institucional. O medo, a desconfiança e o descrédito

<sup>115</sup> Pasta Economia Brasileira - Movimentos Populares. **Custo de vida e os salários**. CPV, 1976.

<sup>116</sup> ALVES, 1987, op. cit., p. 204.

de muitos trabalhadores davam lugar para a necessidade de inventar maneiras de aproximação entre eles para conquistar sua própria confiança e vencer sua paralisia.

A necessidade do operário de Osasco em conquistar sua própria confiança propiciou a participação da oposição sindical – formada por operário, operário ex-militante do PCB, e operário ligado a PO, ACO, FNT – na chapa única criada pelo Sindicato de Osasco para concorrer na eleição de 1975. A chapa teve como candidato à presidência Henos Amorina – presidente do sindicato naquele momento – e para o cargo de vice, o candidato José Pedro – morador do bairro operário Vila Yolanda de Osasco e membro da oposição sindical –, que trabalhava na Brown Boveri.

Percebe-se que a aliança entre a oposição sindical e a diretoria sindical estabelecida decorria de duas estratégias distintas.

A primeira estratégia visou conseguir apoio dos trabalhadores à diretoria do sindicato, pois os diretores estavam atuando desde a intervenção em 1968 sem o reconhecimento da categoria. Dessa forma, ao projetar-se em uma chapa constituída por situação e oposição sindical, a diretoria sentia a possibilidade de ter sua legalidade reconhecida pelos trabalhadores, conseguindo assim aproximar o sindicato dos operários.

Já a segunda estratégia, no caso da oposição sindical, a aliança surgia da necessidade de inserir-se na direção sindical e, a partir da sua participação, construir formas de trabalho visando atender os trabalhadores, solucionando problemas como: setores insalubres das fábricas, construção de refeitórios, equiparação salarial, formação de comissão de trabalhadores.

A diretoria do Sindicato de Osasco que se constituiu com a eleição em 1975 não chegou a realizar um trabalho unificado. As divergências entre os diretores foram fortes no interior do sindicato, visto que em um ano de mandato a oposição sindical rompia com a instituição.

Embora parecesse que a oposição sindical estava sendo favorecida com a promessa feita pelo presidente Ernesto Geisel, que acenava para uma abertura política lenta e gradual, com o MDB conquistando cargos políticos com as eleições de novembro de 1974 e com o fortalecimento dos movimentos populares, ainda assim sua realidade era de cautela, visto que ela continuava vivendo debaixo da opressão empresarial e repressão das forças policiais.

A ação repressiva do Estado não havia sido eliminada no país; em Osasco, como em outros lugares do Brasil, as denúncias das violências continuavam intensas.

As violências que aconteciam em Osasco eram denunciadas pelos operários que sofriam a tortura e por vereadores, como ocorreu no caso do operário Antônio Emydio da

Silva, de 21 anos. Nesse caso, o vereador Antônio Gomes de Souza, membro da Arena, fez o pedido de sindicância junto ao secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, para averiguar as verdadeiras causas da morte de Antônio Emydio, uma vez que o operário foi encontrado morto após ter sido procurado por policiais para prestar depoimento na delegacia<sup>117</sup>. Percebe-se que o pedido de sindicância feito pelo vereador da Arena, além de revelar o fortalecimento das manifestações contra o governo, ainda dava sinais dos desgastes do governo, inclusive com antigos aliados políticos que na sua maioria era de membros da Arena.

Em Osasco, as denúncias de repressão e de oposição aos governos federal, estadual e municipal foram engrossadas em um comunicado elaborado pelos padres progressistas das igrejas de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi, São Roque, Mairinque, Cotia e Ibiúna, com assinatura do bispo de Osasco, Dom Francisco Manuel Vieira, vigário-geral da Região Episcopal Oeste II, como aponta trechos da matéria do jornal *A Região*:

(...) A Igreja tem o direito e o dever de informar a consciência de seus membros, também em se tratando de assuntos políticos. Muitas pessoas desejam que a Igreja fique dentro dos templos e das sacristias, como se a palavra de Deus pudesse ser limitada por simples parcela.

(...) a liberdade é importante exercitá-la e um dos meios de exercitar é votar. Votar não é trocar. Infelizmente há pessoas que trocam o seu voto por dinheiro, roupa, remédio e até por promessa de emprego.

(...) Mais adiante, lembra dos que aparecem só em tempo de eleições, advertindo para os que procuram amedrontar os outros com ameaças e perseguições, os que difamam os outros<sup>118</sup>.

É interessante notar que o comunicado, além de alertar a população sobre o valor do voto no momento de eleger um candidato que poderia tentar manter a mesma política de violência, ainda revela as lutas internas da Igreja e, também, a oposição de sujeitos sociais e de autoridades do governo em relação à postura assumida pelo clero progressista. Esta postura de apoio e trabalho do clero progressista junto aos trabalhadores e aos movimentos populares foi reafirmada no encontro regional da ACO que ocorreu em agosto de 1977 e que recebeu o título de *Industrialização e Igreja*.

O encontro realizado pelos membros da ACO teve como objetivo revelar como estava ocorrendo o engajamento dos trabalhadores nos movimentos populares e reavaliar os trabalhos que estavam sendo realizados por seus militantes. Segundo o relato de militantes da ACO, em Osasco, os movimentos de inserção dos trabalhadores estavam acontecendo no

<sup>117</sup> Jornal. *A Região*. **Pedida sindicância para apurar morte do operário**, 1 abr. 1976, p. 12.

<sup>118</sup> Jornal *A Região*. **Igrejas de Osasco manifestam-se sobre eleições municipais**, 28 set. 1976, p. 1.

sindicato, em cooperativa, na FNT, na ACO, na PO, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos e nos movimentos de bairros<sup>119</sup>.

As organizações de bairros e o apoio de padres progressistas continuaram em sintonia com o movimento operário que, por meio delas, manifestavam-se em passeatas contestando a repressão policial e o poder político instituído, sendo estas estratégias operárias usadas pelo Sindicato de Osasco para realizar uma campanha salarial em 1977.

Essa campanha de solicitação de reajustes dos salários surgiu após a declaração do governo, que reconhecia o “erro” nos cálculos da inflação de 1973-1974, prejudicando assim os índices de reajuste salarial em 18,7% no ano de 1973<sup>120</sup>.

Com a declaração do governo, o sindicato convocou os trabalhadores para a formação de um comitê, que foi chamado de Comissão de Salários, que, juntamente com a diretoria sindical, buscou discutir junto à classe patronal os pedidos de reajustes salariais e a reposição dos 18,7% do ano de 1973. A Comissão de Salários foi composta por 11 metalúrgicos escolhidos por trabalhadores que participaram da convocação feita pela diretoria sindical<sup>121</sup>.

O pedido de reposição salarial de 25% foi rejeitado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o julgamento foi marcado pela agitação dos trabalhadores e suas representações jurídicas decorrente da postura dos 17 juizes que debateram se o Tribunal tinha ou não competência para julgar a matéria<sup>122</sup>.

Apesar da derrota jurídica, o pedido de reposição salarial possibilitou aos trabalhadores, aos membros do sindicato e aos representantes dos trabalhadores, que formaram a Comissão de Salários, a quebra da sensação de paralisia que era causada muitas vezes pelo fato dos índices de reajustes serem fixados pela Justiça do Trabalho de acordo com o decreto do Presidente da República.

A compreensão dos membros do sindicato, dos trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores vinha ao encontro do parecer dos sacerdotes e dos operários cristãos ligados a PO, que procuravam incentivar o trabalhador a tomar consciência de sua realidade e promover ações em defesa de seus direitos.

Os acontecimentos que envolveram o pedido de reposição salarial, enquanto estratégias sindicais, possibilitaram ainda uma maior visibilidade para os diretores da

---

<sup>119</sup> Pasta da ACO. **Encontro regional de São Paulo: industrialização e Igreja**. CPV, 1977.

<sup>120</sup> Jornal. *A Região*. **Metalúrgicos reúnem-se em assembléia geral**, 15 set. 1977, p. 1.

<sup>121</sup> Jornal. *A Região*. **Comissão de salários reúne-se para discutir reajuste dos metalúrgicos**, 21 set. 1977, p. 1.

<sup>122</sup> Jornal. *A Região*. **Metalúrgicos de Osasco não conseguem no TRT a reposição salarial perdida**, 10 nov. 1977, p. 10.

instituição sindical, que eram cobrados pela oposição sindical e por sujeitos sociais, como podemos ver na matéria do jornal *A Região*:

(...) A verdadeira função dos sindicatos de trabalhadores deve ser a de trabalhar em favor da respectiva classe e atuar, na empresa, pela realização de seus interesses. E quais são esses interesses? Elevar a qualificação profissional, participar na determinação salarial e defender condições justas nas empresas quanto a fatores que atingem diretamente os trabalhadores, ou seja, ritmo de trabalho, admissão e dispensa do operário, condições de segurança e higiene e relações internas.  
(...) aos Sindicatos dos trabalhadores, orientando-os quanto à sua verdadeira função, estes poderão deixar de ser meras entidades pseudo-assistenciais e realizar o papel que lhes cabe no complexo mecanismo em que se inserem<sup>123</sup>.

Em Osasco, debaixo da repressão da força policial, da opressão empresarial que ocorria por meio de demissões e perseguições de chefias e, diante do apoio dado por trabalhadores e padres progressistas, a oposição sindical, após ter participado da diretoria do sindicato de 1975, lançou em 1977 uma chapa de oposição para concorrer às eleições sindicais em Osasco no ano de 1978, tendo nela a participação de trabalhadores ligados a PO, ACO e FNT.

Para o movimento operário de Osasco, a disputa e a vitória eleitoral de uma chapa de oposição consolidava a sua força e legitimava a representação de uma categoria.

Essa legitimidade operária que acenava para o movimento por meio da formação de uma chapa para disputar as eleições mostrava-se perigosa, visto que a repressão continuava sendo imposta aos trabalhadores do município de Osasco e das demais regiões do Brasil.

As eleições sindicais de Osasco em 1978 foram palco de uma luta entre duas correntes sindicais que disputaram a presidência e as diretorias do sindicato. Em Osasco, após onze anos da última eleição com a participação de duas chapas sindicais, os trabalhadores, por meio do voto, voltavam a definir qual seria a diretoria e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, tendo como candidato à presidência pela situação Henos Amorina e, do outro lado, representando a oposição, José Pedro, vice-presidente do sindicato eleito em 1975.

A disputa política entre José Pedro e Henos Amorina foi marcada pelas divergências que se agravaram após a aliança sindical de 1975, quando oposição e situação sindical não conseguiam consolidar um plano que beneficiasse tanto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco quanto aos trabalhadores.

Com sua tese de oposição sindical, José Pedro analisava que mesmo ganhando o poder sindical, teria que conquistar a confiança dos associados, pois a instituição não se limitava a

---

<sup>123</sup> Jornal *A Região*. Os trabalhadores e seus sindicatos, 15 out. 1977, p. 2.

um prédio, a uma diretoria, ou seja, com o controle sindical, o seu papel e de seus diretores deveria restringir-se apenas ao de coordenadores dos esforços da base, indo para as portas das fábricas para fazer os trabalhadores conhecerem os mecanismos de reivindicações trabalhistas, mostrando as dificuldades da atual estrutura sindical<sup>124</sup>.

Esta compreensão de José Pedro revela a crítica que a oposição sindical fazia à diretoria do sindicato. Para os membros da oposição sindical, os dirigentes sindicais se limitavam aos serviços burocráticos e assistências na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, evitando assim participar da luta operária por melhores condições de vida e de trabalho.

A disputa eleitoral mostrou-se acirrada já no momento de registrar as chapas na Delegacia Regional do Trabalho. Os candidatos da oposição foram os primeiros a registrar a sua chapa, que foi denominada como chapa 1, enquanto a diretoria sindical teve seu registro como chapa 2; definindo seus registros, a disputa pelos votos tomou proporções imensas, envolvendo acusações dos dois lados.

Como espaço estratégico da oposição sindical, o jornal semanário *Em Tempo* foi usado na disputa eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Este jornal fazia oposição ao regime militar e sua política, o que propiciava a ele centralizar suas publicações na divulgação de manifestações populares contra o poder instituído e nos acontecimentos que envolviam os trabalhadores da oposição. Com essas características, o jornal, além de fazer uma propaganda favorável à chapa 1, ainda atacava fortemente a chapa 2 com denúncias feitas pela oposição, conforme podemos observar:

(...) Nos seus folhetos, a situação está empregando uma arma secreta: a calúnia política e a denúncia policialesca. Tem afirmado que os operários da oposição teriam ligações escusas e que até seriam subversivos. Não é, certamente, aos operários de Osasco que tem dirigido suas acusações. Além de procurar intimidar a oposição para que arrefeça suas críticas, a situação, provavelmente, está apelando para sua aliada mais sólida, a DRT<sup>125</sup>.

As denúncias das artimanhas políticas e a crítica a propostas de trabalho da chapa 2, feita pela oposição sindical, eram estratégias que visavam conseguir um apoio maior junto aos operários para ter uma vitória nas urnas contra a chapa 2.

Além dessas estratégias, a oposição elaborou sua proposta de trabalho. A divulgação das propostas da oposição foi feita em pequenos folhetos e em dois jornais, um publicado em janeiro de 1978 e o último em fevereiro do mesmo ano; os membros da oposição ainda

---

<sup>124</sup> Jornal. *A Região*. **Metalúrgicos de Osasco estão em campanha para a eleição sindical**, 14 dez. 1977, p. 10.

<sup>125</sup> Jornal *Em Tempo*. **Osasco: pode dar oposição**, 20 fev. 1978 a 6 mar. 1978, p. 7.

divulgaram seu programa nas portas das fábricas, pontos de ônibus e vilas operárias<sup>126</sup>, redutos do movimento operário onde nascera a chapa da oposição sindical.

As propostas da oposição sindical estavam centradas em quatro pontos essenciais que também serviam de crítica ao que se entendia como os maiores problemas da diretoria atual.

O primeiro ponto da proposta da oposição era a autonomia sindical. A oposição propunha uma independência em relação ao Ministério do Trabalho, o recolhimento do imposto sindical diretamente aos cofres sindicais, estatutos feitos pelos trabalhadores, negociação direta com patrões e realização de congresso e conferência na própria base.

O segundo item estava na política sindical. A proposta visava à democratização do sindicato, com mobilização e participação de toda a base nas decisões importantes para a categoria. Ainda estabelecia a aproximação e solidariedade com os outros sindicatos e associações profissionais, lutas contínuas por melhores condições de trabalho e emprego, contra o arrocho salarial, pelo salário mínimo de acordo com os cálculos do DIEESE, pelo direito de greve, por delegados sindicais com imunidade e pela formação de comissões de fábrica, realização de assembleias periódicas por fábrica, criação de subsedes sindicais em Taboão, Cotia e Jandira, jornal a serviço dos trabalhadores.

O terceiro item era a luta por contratos coletivos de trabalho. A proposta estabelecia os seguintes pontos: reajustes trimestrais de acordo com o aumento do custo de vida, salário igual para o trabalho igual, inclusive para mulheres e adolescentes, salário igual para os funcionários que substituíssem outros na mesma função, incorporação das horas-extras nas férias, 13º salário e descanso semanal remunerado, pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade enquanto não se eliminassem suas causas, estabilidade no emprego com FGTS, pagamento do salário até o dia da homologação do contrato do trabalhador despedido, reajuste integral para os que estivessem no INPS ou aposentados, complementação pela firma do que era pago pelo INPS em caso de afastamento, ampliação da estabilidade para gestante e ampla fiscalização da legislação, obrigatoriedade de creches, estabilidade para o homem alistado no serviço militar, estabilidade para os cipeiros, não podendo ser despedidos até seis meses após o fim do mandato, e fiscalização da eleição da CIPA pelo sindicato, emprego para o trabalhador com mais de 40 anos de idade.

Por último, a oposição trouxe em sua proposta a questão da assistência *social e administração*. Nesse ponto, a oposição propunha uma luta por melhores condições de atendimento pelo INPS, melhoria da assistência médica e dentária, ampliação da assistência

---

<sup>126</sup> Jornal *Em Tempo*. **Osasco**: *pode dar oposição*, 20 fev. 1978 a 6 mar. 1978, p. 7.

jurídica, criação de cursos profissionais e supletivos para atender também os operários que trabalhavam em revezamento, dinamizar o departamento de cultura do sindicato, ampliação da biblioteca, inclusive com livros técnicos, propunha também facilitar o uso de colônia de férias para o associado e dinamizar o departamento recreativo que já existia, mas que não funcionava<sup>127</sup>.

As propostas da oposição sindical exprimiram os planos dos trabalhadores que estavam sendo desenvolvidos nos bairros e nas igrejas ligadas a JOC, ACO, PO e FNT, onde criaram estratégias de luta buscando melhores condições de vida, de trabalho e contra o imobilismo da diretoria do sindicato.

Com uma postura diferente, os candidatos da chapa 2 realizaram sua campanha eleitoral na própria sede do sindicato junto aos operários que procuravam seus serviços e na Colônia de Férias, em Caraguatatuba. Mesmo não tendo organizado campanhas para recolhimento de fundos, os candidatos da chapa 2 usaram panfletos e um jornal para divulgar sua proposta de trabalho. Em sua propaganda falaram da construção da Colônia de Férias e dos serviços de atendimento médico, dentário e jurídico; em resposta às críticas da oposição, a situação incorporou algumas bandeiras de luta, como reajuste trimestral de salários, mas ignorou as propostas de se desvincular do Ministério do Trabalho e do Contrato Coletivo de Trabalho<sup>128</sup>.

A disputa pela direção sindical estendeu-se por todos os meses que antecederam a eleição e durante a votação que aconteceu entre os dias 20 e 24 de fevereiro de 1978.

Sob o fogo da disputa eleitoral, as duas chapas sindicais mantiveram as estratégias de acusações e denúncias, sendo associada a essas táticas a disputa para assumir o papel de oposição sindical entre os trabalhadores. Essa manobra pode ter causado para alguns operários, no momento da votação, uma diferenciação somente de nomes de candidatos nas chapas, visto que o slogan dos situacionistas era “chapa 2 também é oposição”<sup>129</sup>.

A construção do slogan “chapa 2 também é oposição” pode ter se fortalecido por meio da postura do sindicato na campanha salarial realizada em 1977, que convocou os trabalhadores e associados do sindicato para reunião, visando a discussão e elaboração das reivindicações salariais do ano e a reposição da perda de 18,7% dos reajustes de 1973.

---

<sup>127</sup> Jornal. *Em Tempo*. **Programa de luta da chapa 1 – A chapa da oposição**, 22 dez. 1977 a 12 jan. 1978, p. 11.

<sup>128</sup> Jornal *Em Tempo*. **Osasco: pode dar oposição**, 20 fev. 1978 a 6 mar. 1978, p. 7.

<sup>129</sup> Jornal. *Em Tempo*. **As limitações**, 6 mar. 1978 a 20 mar. 1978, p. 4.

Nesse ambiente de disputa eleitoral é que aconteceram as eleições sindicais em Osasco entre os dias 20 e 24 de fevereiro de 1978, tendo a chapa 2 recebido 4.522 votos contra 3.377 votos da chapa 1.

A corrida pelo poder sindical apresentou falha de organização jurídica no que diz respeito aos direitos de voto, legitimidade das cédulas e controle de funcionários votantes. A falha na organização jurídica, como, por exemplo, 814 votos em uma urna de apenas 804 votantes, e a pressão de chefes forçando o operário a votar nos candidatos situacionistas, segundo a chapa 1, e a denúncia feita pelo jornal semanário *Em Tempo*, foram estratégias da chapa 2 no sentido de manipular a votação a seu favor<sup>130</sup>.

Embora a derrota da oposição sindical fosse motivo de denúncias de corrupção na eleição e a vitória da chapa 2 pudesse significar para os empresários e as autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho a manutenção do sindicalismo pelego, ainda assim a corrida eleitoral contribuiu para que os candidatos e seus aliados adquirissem mais uma experiência na luta por melhores condições de vida e de trabalho do operariado e, também, revelou a necessidade de uma reavaliação dos planejamentos estratégicos desenvolvidos pelo movimento operário, visto que na maioria das fábricas de Osasco, onde os operários estavam mais familiarizados com a vida sindical, a oposição ganhou, enquanto nas fábricas que estavam em outros municípios, a chapa 2 alcançou a maioria dos votos<sup>131</sup>.

Conforme entrevista dada após o resultado das eleições ao jornal *Em Tempo*, a oposição sindical de Osasco fez uma reflexão de sua derrota eleitoral para a situação sindical.

Em sua análise, a oposição sindical destacava, além das artimanhas atribuídas à chapa 2, a ausência de um maior enraizamento da chapa 1 na categoria devido ao seu reduzido tempo de existência e às dificuldades de se desenvolver um sindicalismo combativo de acordo com a própria história do Sindicato de Osasco, que teve toda uma geração destruída pelas prisões e perseguições que se seguiram à greve de 1968.

Em sua autocrítica ao jornal *Em Tempo*, a chapa de oposição não deixou de refletir a falta de experiência e de formação política incipiente de seus militantes, embora tendo enorme disposição para a luta.

Ainda analisando os resultados das eleições, os candidatos da chapa 1 que militavam na ACO, PO e FNT entendiam que a disputa mostrava um crescimento significativo da

---

<sup>130</sup> Jornal *Em Tempo*. **As denúncias**, 6 mar. 1978 a 20 mar. 1978, p. 4.

<sup>131</sup> Jornal. *Em Tempo*. **As limitações**, 6 mar. 1978 a 20mar. 1978, p. 4.

oposição sindical, a qual ficou definitivamente conhecida nas bases operárias, o que permitia o surgimento de novas lideranças e a revisão dos programas para as próximas eleições<sup>132</sup>.

A derrota eleitoral da oposição sindical não esfriou o ânimo do movimento de oposição, que, logo após a divulgação dos resultados, fazia sua reunião com cerca de 80 pessoas para discutir a continuidade de suas lutas junto com os operários no interior das fábricas e fora delas nos movimentos populares.

A disputa eleitoral pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco trouxe uma postura mais atuante dos diretores sindicais que enfrentaram a “batalha” pelo controle da organização sindical. Essa nova forma de agir da diretoria sindical, que surgiu no decorrer das eleições para o sindicato, proporcionou uma dinâmica na vida sindical e no meio operário, sendo que os resultados apareceram no início de 1978, momento em que recomeçaram os movimentos de greve.

---

<sup>132</sup> Pasta da PO. Comissão Pastoral Operária. **Seminário Fé e Política**. CEDIC, 15 e 16 dez. 1979.

### CAPÍTULO III - NOVAS GREVES EM OSASCO

O ano de 1977 chegava ao fim sob pressões dos movimentos populares contra o governo do presidente Geisel que continuava se impondo por meio de ações repressivas e manobras políticas, como o “Pacote de Abril”<sup>133</sup>.

As estratégias do governo do presidente Geisel de tentar desarticular os opositores representaram um efeito contrário, visto que se pode notar a elevação das tensões entre a Força Policial e setores da sociedade civil durante o ano de 1977.

Dois dos vários acontecimentos que serviram para evidenciar a crise foram a visita do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ao general Golbery e o manifesto da FNT.

O Cardeal Arns, à frente de uma comissão de familiares de “desaparecidos políticos”, reuniu-se com o general Golbery, que se comprometeu a dar resposta sobre o paradeiro das pessoas procuradas, todavia, dias depois, omitiu-se frente à questão, enquanto que o ministro da Justiça, Armando Falcão, informava pela imprensa que aqueles “desaparecidos” “jamais tinham sido detidos”<sup>134</sup>.

Se por um lado, o encontro de Dom Paulo Evaristo Arns revelava para toda a sociedade civil que as tensões sociais estavam sendo sufocadas com ações repressivas que proporcionavam uma lista de desaparecidos, por outro lado, a FNT, por meio de pesquisa sobre o custo de vida, procurou mostrar em novembro de 1977 as causas das tensões sociais que se manifestavam em movimentos populares.

Com o título de *Custo de Vida*, o caderno de formação da FNT trazia uma crítica aos economistas do governo Geisel que realizavam seus cálculos sobre a inflação omitindo a realidade dos trabalhadores. Baseados pelas pesquisas, os frentistas buscaram mostrar que o custo da alimentação essencial no mês para o trabalhador havia aumentado o tempo de trabalho de 102 horas em dezembro de 1970 para 150 horas em dezembro de 1976, sendo isso decorrente dos reajustes dos preços dos alimentos, conforme mostra a tabela feita pela FNT:

---

<sup>133</sup> O “pacote de abril” foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. O presidente Geisel, em resposta, colocou o Congresso em recesso e, a partir daí, emendou à Constituição vários decretos-leis. Entre as medidas, estava a criação da figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônicos foram eleitos, ou melhor, “fabricados”, por eleição indireta de um colégio eleitoral, organizado de forma a tornar muito difícil a vitória da oposição. Além disso, estendeu restrições da Lei Falcão às eleições para os legislativos federal e municipal. O mandato do presidente da República passou de cinco para seis anos (ALVES, 1987, op. cit., p. 192-6).

A inflação, segundo donas de casa de São Paulo  
Os preços de alguns gêneros alimentícios

Gêneros (em questões)	Agosto de 1975 (em Cr\$)	Mai de 1976 (em Cr\$)	Setembro de 1977 (em Cr\$)	Aumento entre 1975 e 1977
Café	22,00	43,00	59,40	+ 124 %
Leite	3,20	3,35	7,50	+ 134 %
Açúcar	2,00	3,20	4,80	+ 140 %
Pão	3,00	4,40	6,05	+ 101 %
Margarina	4,00	4,30	7,00	+ 75 %
Arroz	5,50	5,50	7,50	+ 36 %
Feijão	7,50	13,30	16,00	+ 113 %
Carne de boi	16,00	19,70	34,00	+ 112 %
Ovos (dúzia)	5,30	-----	10,00	+ 88 %
Óleo	7,80	-----	13,00	+ 66 %
Batata	3,40	6,50	6,50	+ 91 %
Tomate	3,80	7,30	15,00	+ 294 %
Banana (dúzia)	3,00	5,00	7,00	+ 133 %
Laranja (dúzia)	3,00	-----	12,00	+ 300 %

Com sua pesquisa, a FNT questionava as autoridades do governo que, com um discurso de desenvolvimento nacional, favorecia os donos do capital com uma política econômica que se mostrava flexível à correção dos preços das mercadorias enquanto revelava-se inflexível aos reajustes dos salários.

Como estratégia de luta e resistência operária, percebe-se que a pesquisa da FNT instrumentalizava os movimentos populares contra o alto custo de vida e a campanha operária pela reposição salarial decorrente dos erros nos reajustes salariais de 1973-1974, haja vista que os frentistas acabaram mostrando em seu estudo que as condições de vida do trabalhador havia se agravado com a política salarial imposta a partir de 1964.

A postura da FNT expressada no manifesto engrossava o quadro de opositores ao governo. Entre os opositores, setores da Igreja Católica ligados aos sacerdotes progressistas haviam se transformado em uma proeminente força de oposição ao domínio militar, mesmo tendo a Força Policial do governo Geisel encorajado grupos católicos conservadores a denunciar padres e bispos como comunistas.

O envolvimento de sacerdotes progressistas em campanhas pelos direitos humanos revelava uma outra estratégia de luta e resistência dos movimentos populares que muitas vezes tinham seus membros reprimidos, torturados e até mortos.

Como estratégia de luta e resistência operária, a participação de sacerdotes progressistas nas campanhas pelos direitos humanos possibilitava a divulgação das atrocidades cometidas pela repressão policial para entidades internacionais, como a Anistia

<sup>134</sup> ARNS, 1985, op. cit., p. 66.

Internacional, as quais intensificavam as pressões no sentido de forçar as autoridades policiais do governo Geisel a revelarem os desaparecidos.

Nesse sentido, setores progressistas da Igreja nos anos de 1970 se tornaram um grande “guarda-chuva” que acolhia e dava resistência aos oprimidos e perseguidos pelo regime. Como aponta Frederico, a presença da Igreja, desde 1970, no meio operário, servia como um elemento aglutinador para os grupos de oposição ao governo. Sem a existência dela, com sua complexa rede de agências e com seus instrumentos de ação, PO, ACO, JOC, FNT, CEBs, os movimentos populares possivelmente teriam suas ações ainda mais dificultadas em decorrência das condições da época<sup>135</sup>.

Em Osasco, o padre operário Domingos Barbé foi um dos responsáveis pelo grupo dos Direitos Humanos e pelas denúncias das violências feitas por policiais.

Partilhando da atividade conjunta com os movimentos populares e, também, assumindo a postura dos sacerdotes progressistas de denunciar as torturas, em janeiro de 1978, o padre Agostinho de Oliveira, diretor da Casa do Albergado – local que recebia moradores de rua para dormir – e membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da diocese de Osasco – Igreja Matriz –, apontou que a violência policial de Osasco vinha de longa data<sup>136</sup>. O padre Agostinho de Oliveira denunciou a violência policial usada para tirar ou forjar informações e depoimentos de detidos, sendo eles levados para as matas que circundavam Osasco, onde eram torturados com choques elétricos vindos de fios ligados à bateria das viaturas da Polícia Militar.

Para o padre Agostinho, a realidade mostrava-se insustentável e a Igreja não podia aceitar essa situação de desumanidade, de enganar a opinião pública, em que a mentira institucionalizou-se e ninguém tinha coragem de confessar as prisões e por isso a Igreja levantava-se, como aponta o trecho da matéria do jornal *A Região*:

Dizendo que a Igreja tem a obrigação de lutar contra a violência que “está sendo cometida com o povo”, e que agora, “tomamos a opção consciente e crítica”, padre Agostinho explica que “saímos em defesa do pobre, do oprimido, do marginal, e o padre e a freira que não atenderem a esse chamamento estarão traindo a uma instituição sagrada que é a Igreja no seu todo”<sup>137</sup>.

A postura do padre de denunciar os abusos, torturas e violências impostos pelas autoridades policiais do governo expressava a envergadura dos sacerdotes progressistas nos

<sup>135</sup> FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário 1964-1984**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 149.

<sup>136</sup> Jornal *A Região*. **Osasco, Padre denuncia abusos, torturas e violências das polícias**, 24 jan. 1978. p. 10.

<sup>137</sup> Jornal *A Região*. **Osasco, Padre denuncia abusos, torturas e violências das polícias**, 24 jan. 1978, p. 10.

movimentos populares, sendo ela novamente manifestada dias depois no lançamento oficial do abaixo-assinado contra o custo de vida.

O manifesto foi realizado no dia 12 de março de 1978, no pátio arquidiocesano na Vila Mariana e contou com a participação de moradores da Grande São Paulo, do clube de mães, da FNT, dos DCEs da PUC e da USP, da PO de João Pessoa e de Campinas, de oposições sindicais, dos deputados emedebistas Alberto Goldman e Airton Soares, Antônio Resk, secretário da Fazenda de Osasco, Associação dos Médicos Sanitaristas de São Paulo e região. O documento reivindicava o congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade, aumento salarial acima do custo de vida, abono imediato. Ainda na reunião, ficava marcada uma nova assembléia popular para o mês de agosto de 1978, cujo objetivo era avaliar os resultados da campanha e eleger uma comissão que se encarregasse de levar o documento a Brasília<sup>138</sup>.

Enquanto extensão da luta operária, percebe-se que o manifesto estava articulado com uma assembléia dos trabalhadores que ocorreu também no dia 12 de março de 1978 em São Bernardo. Em assembléia, os operários aprovaram por unanimidade a proposta da diretoria sindical em denunciar “a farsa” do dissídio coletivo dos trabalhadores, não apresentar qualquer índice de reajuste salarial e, também, solicitar a abertura de negociações diretas com os patrões<sup>139</sup>.

É interessante notar que os trabalhadores, ao não apresentarem qualquer proposta de reajuste salarial, expressaram sua resistência, denunciando o que chamavam de “a farsa” do dissídio coletivo imposto pela política econômica.

Em Osasco, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Henos Amorina, e a direção, dispostos a denunciar as “falsas promessas” do governo Geisel e do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, lançaram um manifesto no jornal *A Região* conclamando os trabalhadores filiados à entidade para uma grande assembléia no Dia do Trabalhador, como podemos observar em trechos do boletim:

Liberdade sindical e direito de greve.

A cada dia que passa, o operário é mais explorado pelo sistema, e tem que trabalhar mais e mais, fazendo horas extras à noite e nos fins de semana, para dar uma alimentação mínima para sua família. Por isso, não podemos pensar em festas, porque elas só desviam o pensamento e não permitem que possamos analisar friamente a negra realidade. Não queremos ouvir discursos demagógicos, de quem nunca vestiu um uniforme de trabalho e nunca soube o que é marcar cartão de ponto.

<sup>138</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **5 mil lançam documento contra o custo de vida**: o abaixo-assinado será entregue com um milhão de adesões, 13 mar. 1978, p. 10.

<sup>139</sup> ABRAMO, 1986, op. cit., p. 202-3.

(...) Queremos é ver os sindicatos livres deste cerceamento imposto há tantos anos. Queremos é ver nossas reivindicações sendo postas em prática. Queremos é ver o operário ganhando o suficiente para sua alimentação, vestuário, saúde e transporte. Queremos liberdade sindical.  
(...) Está na hora de enfrentarmos os patrões nas negociações coletivas<sup>140</sup>.

A convocação do presidente e dos dirigentes sindicais de Osasco para uma marcha contra as “falsas promessas” foi engrossada por uma manifestação que estava marcada para ocorrer no Dia do Trabalhador. Percebe-se ainda que a convocação representava uma mudança na postura dos dirigentes sindicais no sentido de assumirem ações mais contundentes, visando melhorar a imagem sindical, haja vista que as eleições sindicais de 1978 haviam revelado uma expressiva oposição sindical.

Programado para ocorrer no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, sacerdotes e leigos progressistas ligados a PO, JOC, ACO e FNT, articulados com a oposição sindical de várias categorias profissionais, lançaram um documento convidando os trabalhadores e moradores de Osasco e região para participarem da manifestação que aconteceria na Igreja do Bonfim, próximo ao largo de Osasco e da estação de trem.

Com uma postura reivindicatória, o manifesto feito na Igreja do Bonfim objetivava uma luta por um aumento geral de 20% no salário, não compensável nos reajustes salariais dos dissídios coletivos, para todos os trabalhadores e por um salário mínimo que recuperasse o poder aquisitivo perdido com os constantes aumentos do custo de vida, contra o arrocho salarial, anistia ampla a todos os presos e perseguidos políticos, pela liberdade sindical, pelo direito de greve e pela liberdade de organização e manifestação para todos os trabalhadores<sup>141</sup>.

A manifestação representava a luta dos trabalhadores contra a pesada jornada de trabalho que para muitos ultrapassava as 12 horas, a desvalorização dos salários causada pelo arrocho salarial, o aumento da exploração dos patrões e a piora nas condições de trabalho.

Apesar das convocações feitas pelos representantes do Sindicato de Osasco e pelos organizadores da passeata “Por um 1º de maio unitário!”, iniciada na Igreja do Bonfim, revelarem uma disputa entre oposição e sindicato pela legitimidade da representação dos trabalhadores, ainda assim, é interessante perceber que os manifestos contra o custo de vida e a eclosão da primeira campanha salarial de 1978 davam indícios de que os operários, oposição sindical e sindicatos estavam dispostos a reivindicar seus direitos por meio de paralisações.

Nota-se ainda que a passeata “Por um 1º de maio unitário!” foi iniciada na Igreja do Bonfim porque existia um trabalho da PO no local e por estar próximo ao centro de Osasco e

---

<sup>140</sup> Jornal *A Região*. **Metalúrgicos não vão festejar o 1º de maio**, 28 abr. 1978, p.1.

<sup>141</sup> Pasta da PO. Manifesto: **Por um 1º de maio unitário!**: maio de 1978. CEDIC, 1978, p. 1-2.

a estação de trem, o que facilitava a chegada e a saída dos manifestantes e supostamente poderia proporcionar um número maior de participantes.

Em Osasco, ainda no mês de maio de 1978, as lutas e resistências operárias continuaram por meio de denúncias referentes às péssimas condições de trabalho e à exploração do operário, sendo essas acusações feitas por trabalhadores e pela oposição sindical.

Os diretores do sindicato, embora fossem acusados de “pelegos”, receberam as denúncias feitas pelos operários da Meridional S/A e pela oposição sindical. Assumindo a função de representante da categoria, a direção do sindicato denunciou e lutou contra a empresa que obrigava seus empregados a trabalharem em recintos insalubres – como o setor de polimento de metais, que usava produtos químicos – , não atendendo às normas de segurança no trabalho. Diante da falta de segurança do operário e dos acidentes de trabalho na empresa, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco pediu a interdição das instalações da Meridional S/A<sup>142</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco não parou na luta contra a falta de segurança de trabalho na empresa Meridional S/A; ainda no mês de maio, a diretoria sindical lutou contra a Ford de Osasco, denunciando os acidentes de trabalho nos setores insalubres e as demissões de empregados que estavam acontecendo.

É importante observar dois pontos nas lutas e resistências dos trabalhadores de Osasco no mês de maio de 1978. O primeiro é que as lutas e resistências operárias que denunciaram a opressão empresarial aconteceram no momento que sacerdotes progressistas de Osasco, pertencentes as ACO, JOC e PO, estavam envolvidos em campanhas contra o aumento do custo de vida, em denúncias de violências policiais, participando das oposições sindicais e movimentos de bairros. Nesse sentido, percebe-se que os sacerdotes, leigos e operários ligados a ACO, PO e JOC estiveram intimamente envolvidos nas lutas e resistências operárias e inseridos na oposição sindical, visto que muitas vezes era quase impossível serem analisados separadamente, como ficou observado nos casos das empresas Meridional S/A e Ford.

O segundo ponto é que a postura da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco de denunciar as irregularidades das empresas e partir para uma luta jurídica com o objetivo de garantir o direito dos trabalhadores e assegurar sua representatividade junto à categoria, ocorreu por meio de um trabalho articulado com membros da oposição sindical, que, a partir

---

<sup>142</sup> Jornal *A Região*. **Metalúrgicos de Osasco denunciam indústria**, 13 mai. 1978, p. 1.

dos acontecimentos no interior das fábricas que envolviam o bem-estar do trabalhador, levaram ao conhecimento da entidade para que tomasse providências no sentido de solucionar os problemas dos operários. Essa relação entre sindicato e oposição sindical, apesar de conflituosa, serviu como mais um ato que veio acrescentar-se ao projeto de uma ação grevista que estava em andamento entre os operários.

Essas lutas em defesa dos trabalhadores adotadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco aconteceram no momento em que os trabalhadores, ligados ou não a JOC, ACO, PO e FNT, com a participação da oposição sindical e sacerdotes progressistas, começavam a explicitar o desejo por uma ação mais agressiva contra os patrões e a política econômica, como podemos observar na matéria feita pelo jornal *A Região*:

(...) A possibilidade de uma greve é o assunto mais discutido entre os trabalhadores de Osasco, vivendo nesses dias momento de tensão.

(...) A existência de uma atitude intransigente dos patrões, como a que se verificou durante as últimas greves do ABC, é vista com certa indiferença por Amorina. Para ele, não há qualquer ilusão com relação à atitude dos empresários: “para os trabalhadores, a única saída é a de se manterem firmes, paralisados, sem voltar atrás em suas reivindicações”.

(...) De qualquer forma, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos afirmou que só estabelecerá contatos com as empresas – na hipótese de uma paralisação – caso os trabalhadores concordem com a medida, uma vez que esse é um movimento “que nasce de dentro das fábricas”, exprimindo os genuínos anseios da classe<sup>143</sup>.

Nota-se na matéria do jornal *A Região* que o planejamento da greve estava em andamento, inclusive tendo como estratégia a deflagração do movimento grevista no interior das fábricas, o que deixa a sensação de que a construção da paralisação estava nas mãos da oposição sindical e dos trabalhadores.

Ainda na matéria do jornal, o momento revelava a inexistência de qualquer ilusão com relação à atitude dos empresários, sendo que a construção da greve possibilitava a direção sindical desenvolver a estratégia de negociar com os empresários a partir da solicitação dos trabalhadores.

O projeto de uma ação grevista, que possivelmente veio sendo construído durante toda a década de 1970 em meio a todas as manifestações populares, tendo sua intensificação mais visível, como aponta Sader, na campanha pela reposição salarial em 1977<sup>144</sup>, deixou de ser um desejo e se tornou uma realidade no início do mês de junho de 1978 em Osasco.

Expandindo-se a partir de São Bernardo, o movimento grevista alcançou outras cidades de São Paulo, dentre elas Osasco, Guarulhos e Santo André, onde trabalhadores

<sup>143</sup> Jornal *A Região*. **Trabalhadores podem paralisar suas atividades em Osasco, breve**, 1 jun. 1978, p. 8.

<sup>144</sup> SADER, 1988, op. cit., p. 297.

articulados com membros da oposição sindical, da direção sindical e sacerdotes progressistas iniciaram sua greve no dia 1º de junho de 1978.

Os primeiros trabalhadores a entrar em greve em Osasco foram da fábrica Brown Boveri, que acompanhavam os acontecimentos de São Bernardo pelos jornais da grande imprensa, como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, que circulavam de mão em mão nos banheiros da fábrica, na fila do restaurante e em grupos de operários que estavam descansando após o almoço na empresa<sup>145</sup>.

As conversas entre muitos trabalhadores caminhavam no sentido da ação grevista; a paralisação ocorreu com a articulação de operários e membros da oposição sindical. O momento “X” da parada foi determinado para a hora do café, quando sentaria todo mundo de uma turma na beira de uma parede, e outra turma na beira de outra parede, então, no apito das 3 horas e 10 minutos da tarde, um grupo que estava na parede de um lado olhava para o outro grupo que se sentia apoiado no outro<sup>146</sup>.

É interessante notar que a estratégia elaborada pelos organizadores da greve apropriava-se da confiança e incentivo do companheiro de serviço ao olhar um para o outro e perceber que estavam juntos na ação e, também, das próprias técnicas de comando do capital, nesse caso, a sirene. Este mecanismo que indicava o início da produção, para a entrada na fábrica, para o café, que produzia automaticamente comportamentos desejados pelos patrões, foi utilizado pelos trabalhadores para dar início à paralisação. Segundo Maroni, o sistema preciso de comando do capital, eficaz porque era interiorizado pelos operários, foi apropriado pelos grevistas para produzir o silêncio das máquinas<sup>147</sup>.

Com a explosão da greve, uma comissão de quase 100 operários iniciou os primeiros contatos com a direção da empresa, sendo que no decorrer das negociações os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco assumiram a responsabilidade pelas negociações<sup>148</sup>, tendo em mãos as reivindicações dos trabalhadores. Os trabalhadores articulados com a oposição sindical reivindicavam 20% de aumento salarial sem compensação no dissídio de novembro; equiparação de funções e cargos para várias categorias; readmissão de operários demitidos, por pertencerem à oposição sindical em Osasco; ônibus para transporte dos operários horistas, pois a empresa disponibilizava somente para os empregados mensalistas,

---

<sup>145</sup> Jornal *Em Tempo*. **As greves chegam a Osasco**, 12 jun. 1978 a 18 jun. 1978, p. 5.

<sup>146</sup> Jornal *Em Tempo*. **As greves chegam a Osasco**, 12 jun. 1978 a 18 jun. 1978, p. 5.

<sup>147</sup> MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio 1978. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 53-4.

<sup>148</sup> Jornal *A Região*. **Osasco: Três mil operários metalúrgicos estão em greve**, 3 jun. 1978, p. 1.

que geralmente eram os chefes e gerentes; e a não punição para os operários em greve, inclusive mantendo os salários em dia<sup>149</sup>.

Depois de várias mesas de negociações entre sindicato e empresa, sob intervenção do DRT, a diretoria da Brown Boveri, procurando solucionar o problema da greve, apresentou no quinto dia de paralisação a proposta de 15% de aumento a partir de junho para todos os operários horistas e mensalistas que recebessem até dez salários mínimos, e um aumento de 10% para aqueles trabalhadores horistas e mensalistas que ganhassem acima de dez salários mínimos. A empresa ainda se comprometeu a conceder uma antecipação salarial de 10% a partir de setembro; não punir os empregados; pagar normalmente os dias de paralisação, estender o direito de utilização dos ônibus especiais de transporte dos operários também aos horistas; e implantar dentro de 90 dias um completo programa de equiparação de cargos e funções; não atendendo a reivindicação de readmissão de cinco líderes da oposição sindical<sup>150</sup>, sendo a proposta aceita pelos trabalhadores em assembleia geral.

Para os membros da oposição que militavam na JOC, ACO e FNT, a greve foi uma resposta aos patrões que usavam estratégias como: mão-de-obra feminina para rebaixar o salário, demissão em larga escala e mudanças no quadro de funcionários visando admitir novos empregados com salário inferior ao operário demitido, tudo para achatar o salário e aumentar o lucro da empresa.

Para os sacerdotes e militantes da ACO, a luta não foi um fim em si mesma, mas um meio para uma luta maior com conteúdo político e cristão, tendo eles assumido ações no movimento grevista de lideranças, como a de participar da comissão de negociação com os patrões<sup>151</sup>.

Com a paralisação, os trabalhadores sentiam recuperar a sua dignidade ferida e violentada pelas condições de vida e trabalho dentro e fora da fábrica durante quase toda década de 1970, no decorrer do período chamado de “milagre econômico” pelo Ministro da Fazenda, Delfim Neto, e daqueles tantos anos impostos pela opressão dos empresários e pela repressão desencadeada por autoridades do governo após o golpe militar de 1964. Nota-se também que a organização do movimento operário em Osasco contava com a participação significativa de sacerdotes progressistas, visto que esse município, segundo o documento da ACO, possuía aproximadamente quinze padres ligados a JOC, ACO e PO, 200 leigos e um

---

<sup>149</sup> Jornal *Em Tempo*. **As greves chegam a Osasco**, 12 jun. 1978 a 18 jun. 1978, p. 5.

<sup>150</sup> Jornal *A Região*. **Osasco: empresa cede e a greve é encerrada**, 6 jun. 1978, p.1.

<sup>151</sup> Coleção ACO. Relatório da 1ª reunião do Conselho nacional da ACO. **Experiências significativas de participação dos militantes nas lutas e iniciativas do movimento operário**. CEDIC, 1979.

bispo auxiliar, os quais atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base nos bairros e entre os trabalhadores<sup>152</sup>.

A greve que se configurou na Brown Boveri, além de revelar a resistência que subverteu a exploração e a opressão empresarial em “ferramenta” para uma luta unificada, ainda favoreceu uma agitação maior entre os trabalhadores das outras empresas de Osasco, o que levou operários de outras indústrias a iniciarem a paralisação.

Nesse clima de forte agitação operária, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco passavam também a representar os trabalhadores da Ford de Osasco nas negociações com a empresa. As negociações com a Ford, segundo Henos Amorina, presidente do sindicato, centralizavam-se no pedido de reajuste salarial feito pelos empregados que articulados com a oposição sindical ameaçavam entrar em greve<sup>153</sup>, sendo que nesse local as ações dos membros da oposição sindical e dos militantes católicos da FNT, ACO, JOC e PO seguiram a mesma linha de atuação que a da Brown Boveri, ou seja, participaram das mesas de negociações com os patrões.

As paralisações em Osasco contaram ainda com a participação de quase seis mil trabalhadores, membros da oposição sindical e sacerdotes progressistas, sendo distribuídos entre as fábricas Cobrasma, Forjaço e Braseixos Rockwell. A ação grevista dos trabalhadores buscava reajuste salarial de 25% a partir de junho e, também, 18 itens específicos relacionados com as condições de trabalho nas fábricas pertencentes ao grupo Cobrasma.

A negociação da Cobrasma, segundo Henos Amorina, tinha uma importância muito grande porque o diretor da empresa, Luis Eulálio Bueno Vidigal, era a pessoa que estava negociando com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo as reivindicações salariais dos operários daquela região<sup>154</sup>, o que possivelmente obrigava o representante do grupo Cobrasma a manter uma certa coerência nas propostas elaboradas para todos os trabalhadores, podendo, caso contrário, agravar ainda mais as greves que estavam em andamento.

Os dirigentes da empresa Cobrasma, negociando diretamente com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, concordaram em conceder um aumento salarial de 15% para todos os funcionários que ganhassem até oito salários mínimos, mais uma antecipação de 10% para entrar em vigor a partir de outubro. Para os operários com salários superiores a oito salários mínimos, ficou definida uma antecipação, tendo a empresa concordado em estudar um

---

<sup>152</sup> Coleção ACO. Relatório da 1ª reunião do Conselho nacional da ACO. **Experiências significativas de participação dos militantes nas lutas e iniciativas do movimento operário**. CEDIC, 1979.

<sup>153</sup> Jornal *A Região*. **Osasco: Três mil operários metalúrgicos estão em greve**, 3 jun. 1978, p. 1.

percentual de reajuste nos seus salários o mais rápido possível. Os empresários ainda atenderam à maior parte das reivindicações feitas pelos trabalhadores que visavam melhorias nas condições de trabalho<sup>155</sup>.

É importante perceber que a Cobrasma era uma empresa onde a oposição sindical apresentava um histórico de ações junto aos trabalhadores desde o final da década de 1960, tendo nessa organização militantes da FNT, JOC e ACO.

Nota-se que o primeiro semestre de 1978 pode ter simbolizado aos trabalhadores como momentos de lutas e vitórias, sendo, pela primeira vez, conquistados reajustes salariais acima dos oficiais depois de muitos anos, tendo os patrões sentado à mesa de negociações, o que afirmou a existência do movimento operário perante si mesmo, os empresários, o governo instituído e outros sujeitos sociais, recuperando a própria confiança, tendo a oposição sindical e os representantes da ACO, PO e FNT contribuído para a organização e luta dos operários. Como aponta Abramo, “a greve representou a possibilidade, para os trabalhadores, de ‘sentir-se novamente gente’. A greve foi o que permitiu, em meio à força e à potência, a (re)descoberta da ação coletiva”<sup>156</sup>.

A postura firme dos trabalhadores, da oposição sindical, do sindicato e de sacerdotes progressistas nas paralisações e negociações com empresários fez com que as autoridades do governo ligadas ao Ministério do Trabalho se articulassem visando construir estratégias de luta para tentar sufocar as manifestações operárias que viessem a acontecer nos meses seguintes, sendo esta manobra percebida por meio da intervenção do delegado da DRT na luta entre o sindicato e a empresa Lucas do Brasil, de Cotia, conforme mostra trecho da matéria do jornal *A Região*:

O boletim foi considerado “muito pesado” pelo delegado regional do Trabalho em São Paulo, Vinícius Ferraz Torres, que convocou o Sindicato e a empresa para uma mesa-redonda hoje na capital para discutir a situação. Ferraz Torres estaria também “desgostoso com a movimentação grevista na área de Osasco”<sup>157</sup>.

A onda de greve em que estiveram envolvidos os trabalhadores de Osasco e sindicatos durante junho e julho de 1978 passou, entretanto, as manifestações contra a carestia e a política econômica permaneciam ativas, o que possivelmente revitalizava e articulava a todo instante os movimentos dos trabalhadores de Osasco, São Paulo e Guarulhos, resultando em uma segunda explosão de greves.

<sup>154</sup> Jornal *A Região*. **Operários da Cobrasma também estão em greve**, 7 jun. 1978, p. 1.

<sup>155</sup> Jornal *A Região*. **Fim da greve na Cobrasma**, 8 jun. 1978, p. 1.

<sup>156</sup> ABRAMO, 1986, op.cit., p. 269.

<sup>157</sup> Jornal *A Região*. **Sindicato dos Metalúrgicos denuncia indústria de Cotia**, 13 jul. 1978, p. 1.

O MCV continuou ganhando força em São Paulo. No mês de agosto, de acordo com o que havia sido estabelecido pelo MCV no encontro de março de 1978, o abaixo-assinado já contava com mais de 500 mil assinaturas, o que de certa forma indicava que o objetivo proposto – um milhão de assinaturas – poderia ser alcançado até o dia de 27 de agosto, data em que todas as assinaturas seriam anexadas ao documento de reivindicação e enviadas ao presidente Geisel<sup>158</sup>.

O abaixo-assinado elaborado pelo MCV não era o único documento previsto para ser entregue às autoridades do governo no mês de agosto de 1978.

A FNT do Estado de São Paulo elaborou um documento que foi encaminhado no início do mês de agosto ao Congresso Nacional. Em seu apelo, a FNT afirmava que desde 1964 tudo tinha sido feito para impedir a organização dos trabalhadores em defesa dos seus legítimos interesses, sendo isto por meio do poder do governo instituído que mantinha sob controle a organização sindical, criava a lei do arrocho salarial, a lei anti-greve, o FGTS que acabava com a estabilidade do trabalhador e aumentava a rotatividade da mão-de-obra<sup>159</sup>.

A FNT acrescentava em seu documento uma crítica ao início do debate no Congresso Nacional para uma mudança na Constituição sem a participação popular, o que a tornava ilegítima. Ainda em sua crítica, os frentistas destacavam que, apesar do governo expor que o projeto de reforma visava concretizar a abertura política, o artigo 155 mais o parágrafo segundo do 156 provavam que se tratavam de mudanças que concederiam ao presidente da República poderes absolutos para, a seu critério, decretar situações de emergência e intervir em qualquer entidade sob alegação de que poderia haver uma “calamidade” ou “grave perturbação”. Esse projeto de reformas, segundo os frentistas, colocava dentro da Constituição tudo aquilo que até aquele momento era feito por meio dos atos de exceção, o que contrariava os desejos dos membros da FNT, como foi reportado pelo jornal *A Região*:

(...) Estes dois artigos especificam as medidas de salvaguardas às quais o presidente da República pode recorrer quando achar conveniente, e que se resumem na decretação do “estado de emergência”, com conseqüentes medidas coercitivas da liberdade. Entre estas medidas, por exemplo, estão previstas a suspensão da liberdade de reunião e associação, a busca e apreensão em domicílios, a intervenção em entidades profissionais, ou entre outras coisas, a censura de correspondência e da imprensa.

(...) Nas suas conclusões, os autores do documento afirmam que “para nós, trabalhadores, abertura significa lutar e conquistar liberdade e autonomia para os sindicatos, direito de greve, garantia de emprego, negociação direta de salários com os patrões, contrato coletivo de trabalho, nova política econômica e salarial, reforma agrária que dê condições de vida, trabalho e permanência ao homem do campo,

---

<sup>158</sup> Jornal *A Região*. **Custo de Vida**, 1 ago. 1978, p. 1.

<sup>159</sup> Jornal *A Região*. **FNT apela ao Congresso pedindo redemocratização**, 3 ago. 1978, p.1.

direito de livre associação e organização, direito de habeas-corpus, nova política de ensino, anistia ampla e irrestrita, garantia de atuação rápida, eficiente e independente para o Poder Judiciário”<sup>160</sup>.

Essa postura assumida pelos frentistas e publicada pelo jornal *A Região*, além de revelar o grau de envergadura em que a FNT de Osasco e a da região de São Paulo estavam envolvidas com os movimentos populares, expressou e, ainda, denunciou o momento em que vivia o governo militar e a estratégia para tentar controlar e desarticular as manifestações contra a política nacional por meio dos artigos 155-158<sup>161</sup>. O presidente Geisel, pressionado pelas manifestações populares que cresciam, possibilitando uma nova onda de greves e, também, diante das pressões de empresários que desejavam que os movimentos fossem sufocados, tentava aprovar no Congresso Nacional mudanças na Constituição que garantissem a permanência de seu poder ilimitado para reprimir os movimentos populares, visto que o AI-5 estava prestes a ser revogado.

Os indícios de novas manifestações populares vieram a se confirmar no dia 27 de agosto de 1978; como havia sido programado pelo MCV, aconteceu a segunda assembléia do movimento. A segunda Assembléia do MCV foi realizada na Catedral da Sé e contou com a participação de mais de 20 mil pessoas, entre elas moradores e sacerdotes e leigos ligados a ACO e PO de Osasco. No encontro foi apresentado o abaixo-assinado com mais de 1 milhão e 245 mil assinaturas contra a alta do custo de vida.

A manifestação do MCV fez com que o governo antecipasse medidas políticas na tentativa de esvaziar a reunião. Como estratégia para reprimir o movimento, as autoridades do governo proibiram o uso da Praça da Sé – local de encontro para reivindicações que fortalecia e simbolizava os laços de união entre os diferentes grupos de manifestantes – , e, também, ameaçaram rescindir os contratos com as empresas de transporte urbano que fretassem ônibus para levar as pessoas, tudo isso buscando dificultar a chegada dos participantes<sup>162</sup>.

Se por um lado, as autoridades do governo usaram da intimidação como estratégia para o esvaziamento do manifesto, por outro lado, percebe-se que o convite ao presidente da República Ernesto Geisel para receber em mãos o abaixo-assinado e as reivindicações feitas pelo MCV expressava uma estratégia dos organizadores que visava mostrar a todos os setores

<sup>160</sup> Jornal *A Região*. **FNT apela ao Congresso pedindo redemocratização**, 3 ago. 1978, p.1.

<sup>161</sup> Os artigos 155-158 da emenda davam novos e vastos poderes ao Executivo para decretar “medidas de emergência”, “estado de sítio” ou “estado de emergência”, medidas que podiam ser renovadas por pelo menos 120 dias sem aprovação legislativa. Com esses novos poderes, o governo podia fazer o que quisesse, desde a suspensão das garantias legais, nomeação de governadores, à censura. A Ordem dos Advogados e a oposição atacaram esses novos dispositivos como uma ressurreição disfarçada do AI-5 (SKIDMORE, 1994, op. cit., p. 396).

<sup>162</sup> Jornal *Movimento*. Suplemento de artigos. **1 milhão e 300 mil contra a carestia**, set. 1978, p. 3.

da sociedade que o governo, além de tentar sufocar os movimentos populares que expressavam as insatisfações, ainda negava a possibilidade do debate político, mostrando-se antidemocrático.

Com o não comparecimento de Geisel, o MCV formou uma delegação visando entregar o documento ao presidente em Brasília. A delegação do MCV, ao chegar em Brasília, foi barrada na frente do Palácio por agentes de segurança que impediram a comissão de atravessar a calçada do prédio. Como não aconteceu o acordo entre a segurança e a comissão do movimento, os cinco membros do MCV entraram rapidamente para oficialmente entregarem o abaixo-assinado ao presidente da Câmara, o deputado Marco Maciel<sup>163</sup>.

Esse confronto que se estabeleceu entre representantes do MCV e segurança do Palácio do Planalto agravou-se ainda mais com a declaração do coronel Rubem Ludwig, assessor de Imprensa da Presidência da República, que afirmava que muitas das assinaturas contidas no abaixo-assinado eram falsas, o que acaba afirmando que para as autoridades do governo tanto o movimento quanto o documento eram ilegais.

Em Osasco, a declaração feita pelo coronel Rubem Ludwig serviu de motivo para as críticas do vereador Samuel Mendes Sanches, da Arena, conforme mostra trecho da matéria do jornal *A Região*:

(...) O vereador lembrou ainda que “a resposta do Palácio do Planalto atingiu duramente o povo brasileiro, ainda mais quando sabemos que a coleta de assinaturas contra o alto custo de vida foi feita com todo o rigor. O descaso dos que manipulam a economia está agora facilmente constatado com o comportamento político dos que receberam o abaixo-assinado contra o custo de vida. Ao invés de o coronel Rubem Ludwig e demais assessores palacianos se preocuparem com o conteúdo do documento encaminhado pela população brasileira, que pede acima de tudo medidas justas e sociais, eles acharam mais importante se dedicar a análises gráficas, em busca de assinaturas apontadas como sendo de autenticidade duvidosa”<sup>164</sup>.

Embora o manifesto feito pelo vereador Sanches, da Arena de Osasco, possa ter sido uma manobra política no sentido de cooptar apoio político do MCV, ainda assim percebe-se que o manifesto revelava o desgaste do governo militar com membros da Arena, antiga aliada do regime militar.

Reconhecendo a importância do momento em que viviam os trabalhadores, a oposição sindical, os militantes da ACO, PO e FNT e os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos lançaram a campanha salarial do segundo semestre de 1978.

<sup>163</sup> Jornal *Movimento*. Suplemento de artigos. **1 milhão e 300 mil contra a carestia**, set. 1978, p. 7.

<sup>164</sup> Jornal *A Região*. **Movimento do Custo de Vida foi defendido ontem em Osasco**, 4 out. 1978, p. 1.

A campanha salarial foi lançada sob o estímulo de experiências positivas das greves de maio e junho que ainda estavam bastante frescas na memória dos trabalhadores e, também, dos militantes católicos que estavam envolvidos nos movimentos de fábricas e de bairros. Com uma disposição de recusar o dissídio coletivo estabelecido pela legislação trabalhista para resolver os impasses entre empregados e patrões, os trabalhadores, oposições sindicais e diretores de sindicatos passaram a exigir a negociação direta com os empresários.

A determinação dos trabalhadores de paralisar suas atividades foi engrossada pelos operários que militavam na ACO, PO e FNT e que estavam envolvidos com o movimento operário e, também, pelos padres progressistas das paróquias que possuíam trabalhos pastorais que vão posicionar-se abertamente em defesa dos trabalhadores depois das primeiras articulações empresariais e das autoridades do governo que buscaram desarticular o movimento que se organizou para a campanha salarial.

As preparações dos trabalhadores nas fábricas desde o início da campanha salarial revelavam um clima e uma organização operária favoráveis à realização de novas greves, caso os donos das empresas se mostrassem intransigentes na concessão de aumentos salariais significativos. Percebe-se que isso está ligado a uma mudança do comportamento dos dirigentes dos Sindicatos de São Paulo e Osasco, que, juntamente com as oposições sindicais e militantes da ACO, PO e FNT, articulavam-se entre os operários<sup>165</sup>. Esse trabalho realizado por diferentes sujeitos sociais é reportado por *Em Tempo*:

(...) Em entrevista a este semanário, Amorina admitiu, com cautela, que o sindicato pretende trabalhar para que as paralisações venham a ocorrer, caso sejam necessárias: “a greve é o único instrumento de pressão que o trabalhador tem para enfrentar esses baixos salários e conseguir um padrão de vida digno. Se estas negociações com os patrões não resultarem em nada, e se esgotarem todas as possibilidades de um acordo, acho que o trabalhador pára. E o Sindicato estará junto com os trabalhadores desde que eles deliberem em assembléia que se deflagre a greve. O Sindicato está preparando o trabalhador para todos os fins, desde que estes se identifiquem com os interesses da classe operária”<sup>166</sup>.

Nota-se na reportagem do jornal *Em Tempo* que o sindicato que estava ligado às forças conservadoras mudava sua estratégia de ação. Esta necessidade de incorporar as lutas dos trabalhadores era uma estratégia para não perder espaço entre os trabalhadores que estavam cada vez mais se aproximando da oposição sindical.

Sentindo a disposição dos trabalhadores e da direção dos sindicatos, muitos dos empresários paulistas, antes mesmo dos resultados das assembléias salariais que haviam sido

---

<sup>165</sup> Jornal *Em Tempo*. São Paulo, Osasco e Guarulhos: campanha salarial, com cheiro de greve, 9 out. 1978 a 15 out. 1978, p. 5.

realizadas na primeira semana de outubro de 1978, manifestaram suas disposições de negociar diretamente com os operários que, em linhas gerais, reivindicavam um aumento salarial de 70%, piso de 4.680,00 cruzeiros, reajustes trimestrais de salários e a legislação e, também, a estabilidade no emprego para os delegados sindicais<sup>167</sup>.

É importante notar que a movimentação dos trabalhadores era tão intensa neste momento que a chamada grande imprensa, como, por exemplo, a revista *Veja*, não pôde ignorar as práticas operárias e suas articulações para uma possível deflagração da greve.

Além da reivindicação de aumento salarial, os sindicatos buscaram atrelar a formação de comissões de fábricas, sendo que nesse caso os critérios para a organização difere entre os Sindicatos de Osasco e de São Paulo. A proposta do Sindicato de Osasco definia que somente poderia concorrer aos cargos de membros das comissões os associados do sindicato que contassem com mais de um ano de trabalho na empresa e tivessem conduta profissional regular. Quanto ao sindicato de São Paulo, estabelecia que qualquer trabalhador poderia participar da comissão, desde que o mesmo tivesse sido eleito livremente<sup>168</sup>.

No caso de Osasco, o sindicato impunha a necessidade de vínculo do trabalhador com a entidade para formação da comissão de fábrica. O critério imposto pelo sindicato revela que seus diretores não queriam correr o risco de ter uma comissão livre que pudesse fazer oposição a sua representação junto à categoria, como ocorreu nos anos de 1960.

Enquanto trabalhadores, ligados ou não a ACO e PO, oposição sindical e a direção sindical articulavam-se nas fábricas visando reivindicar aumento salarial e a formação de comissão de fábrica, nos bairros, outro espaço de luta operária, moradores, juntamente com sacerdotes progressistas e agentes católicos pertencentes às CEBs, lutavam por creches, pavimentação de ruas, criação de posto de saúde e iluminação, mantendo assim os movimentos populares em sintonia com o movimento operário.

Em Osasco, as disputas entre Amorina e oposição sindical foram esquecidas momentaneamente devido a campanha salarial.

É importante notar que para Henos Amorina, Joaquim dos Santos Andrade e Edmilson Felipe Néri, presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Osasco, São Paulo e Guarulhos, a única saída que os empresários tinham para evitar a greve era atender as reivindicações dos operários.

---

<sup>166</sup> Jornal *Em Tempo*. **Amorina diz que prepara a greve**, 9 out. 1978 a 15 out. 1978, p. 5.

<sup>167</sup> Revista *Veja*. **Metalúrgicos em negociação**: empresários se antecipam às ameaças de greve, 11 out. 1978, p. 134.

<sup>168</sup> Jornal *Em Tempo*. **Os metalúrgicos de dedo em riste**, 30 out. 1978 a 5 nov. 1978, p. 3.

Sentindo a possibilidade de qualquer momento ocorrer a explosão da greve, os padres progressistas ligados a ACO, PO e FNT e às Comunidades Eclesiais de Base começaram a articular-se visando elaborar uma campanha de fundo de greve, com arrecadação de dinheiro e alimentos, tendo como objetivo contribuir com os trabalhadores parados caso o movimento se prolongasse por vários dias.

Essa suposta disposição de Henos Amorina em articular e organizar a greve era reforçada por um dos líderes da oposição sindical de Osasco, José Pedro, que entendia que a paralisação operária não sairia por acaso, portanto, se a luta não fosse organizada, ela não aconteceria.

A expectativa, a inquietação e a articulação política espalharam-se entre os trabalhadores das fábricas, por meio de conversas nos ônibus, nos restaurantes, nos banheiros, nos bares próximos às indústrias e nas missas. Com um clima propício para a deflagração da greve, a demissão de um dos líderes da oposição sindical, José Pedro, veio acrescentar para a explosão da paralisação dos trabalhadores.

Percebe-se que a demissão de José Pedro tinha um caráter estratégico dos empresários. Parece que para os patrões a demissão representava uma manobra cujo objetivo estava em tentar minar a manifestação operária afastando da campanha salarial um dos líderes do movimento operário e da oposição sindical, pois, além do desligamento da empresa Brown Boveri, o operário ficou detido por algumas horas por estar próximo da fábrica, conforme é indicado pelo jornal *A Região*:

(...) O momento de tensão aconteceu por volta de 10 e 30 da manhã, quando José Pedro da Silva, que estava defronte a uma banca de jornais próxima do portão da fábrica, foi detido pelos soldados da viatura 7575, da Polícia Militar e, segundo testemunhas, algemado. Dali, o líder operário foi levado para o quartel do 14º Batalhão de Polícia Militar de Osasco, onde permaneceu por duas horas aproximadamente, conversando diretamente com o Comandante daquela unidade militar, o tenente coronel Roberto Salgado<sup>169</sup>.

A demissão de José Pedro provocou uma manifestação imediata entre os trabalhadores na empresa Brown Boveri, nos sacerdotes progressistas e nos membros da FNT, que encaminhou o advogado Albertino Souza Oliva para cuidar do caso. Na fábrica ocorreu uma onda de protestos dos operários vinda de todos os setores, chegando mesmo a esboçar uma greve, visando a readmissão do operário. Todavia, desde as primeiras horas do dia 16 de outubro, era intensa a atividade de viaturas da Polícia Militar junto à indústria e, por isso, o movimento de paralisação acabou não acontecendo.

---

<sup>169</sup> Jornal *A Região*. **Indústria não explica punição de empregado**, 17 out. 1978, p. 1.

O manifesto elaborado pelos sacerdotes e agentes da ACO e PO primeiro revelava todo o andamento dado na execução da dispensa do líder da oposição sindical para, em seguida, questionar os procedimentos tomados pelos patrões, que, sem piedade, segundo o documento, pensavam ser proprietários dos trabalhadores, o que os fazia violar as leis e explorar os operários sem nenhuma oposição das autoridades.

O manifesto da ACO e PO ainda expressou uma crítica à política econômica que permitia o envio de dinheiro para os países onde se localizavam as metrópoles das multinacionais, o que supostamente contribuía, segundo a ACO e PO, para que os trabalhadores continuassem com baixos salários e o Brasil atrasado em relação aos países de primeiro mundo, conforme ficou registrado no manifesto:

Quarta-feira, 11 de outubro de 1978, José Pedro da Silva, caldeireiro, empregado da Brown Boveri Osasco, líder da oposição metalúrgica, recebeu um comunicado da direção da empresa que deveria no dia 12.10.78, às 9:00 horas, viajar para Pernambuco para prestar seus serviços para um cliente da empresa no prazo de 45 a 60 dias.

José Pedro da Silva alegou não ter condições de ir, uma vez que tem problemas de família e, de acordo com a lei, ele não era obrigado a ir.

No dia 13.10.78, ao chegar na empresa para trabalhar, recebeu um novo comunicado de seu encarregado para procurar o advogado da empresa que lhe disse que os patrões (direção da empresa) haviam considerado falta a sua recusa, ele estava por esse motivo dispensado sem seus direitos, por justa causa. Seus companheiros, revoltados e insatisfeitos, decidiram ir ao Sindicato, realizando uma assembléia e decidindo entrar em greve, na segunda-feira às 15:00 hs, para exigir da empresa a volta de José Pedro da Silva que, de acordo com a lei da CLT, não poderia ser dispensado até 31.03.79, por estar protegido pela imunidade sindical.

PERGUNTAMOS:

Que país é este onde patrões pensam ser proprietários também dos empregados, violando a lei, explorando os operários e remetendo grande soma de dinheiro aos países estrangeiros, fruto de suado trabalho de nosso povo?

- Até quando nossas autoridades permitirão abusos como esse?

Protestamos contra essa medida arbitrária da empresa e damos nossa solidariedade a Zé Pedro e demais operários injustiçados. Por que todos nós trabalhadores somos ameaçados por medidas.

Por isso exigimos

- Cumprimento e respeito às leis por limitadas que sejam.

- A estabilidade no emprego.

- A volta imediata do companheiro Zé Pedro.

*ACO – Osasco*

*Pastoral Operária*<sup>170</sup>.

Se por um lado, a demissão e prisão de um dos líderes do movimento operário e a circulação de viaturas da Polícia Militar davam indícios de como os empresários estavam se articulando e construindo suas estratégias de luta contra operários dispostos a parar as atividades nas empresas, por outro lado, o movimento operário mostrava-se firme na sua

decisão de paralisação, sendo que o ato contava com a participação de sacerdotes e leigos ligados a ACO, PO e FNT.

É interessante perceber que antes mesmo de acontecer a mesa de negociações, sacerdotes ligados a ACO e PO colocavam-se ao lado dos trabalhadores, visto que entendiam que uma ação mais forte dos operários, como, por exemplo, a paralisação, representava uma luta contra as injustiças vividas pelo trabalhador, cabendo aos membros da Igreja defender esses cristãos contra a opressão dos empresários que colocavam o produto de seu trabalho como o mais importante.

Em meio aos confrontos que começavam a surgir entre trabalhadores e empresários, como no caso da demissão de José Pedro, foi que ocorreu a primeira mesa de negociação. A mesa de negociação foi formada por empresários e advogados representando os 22 sindicatos ligados às indústrias metalúrgicas e os dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, igualmente acompanhados de seus assessores<sup>171</sup>.

O encontro entre patrões e dirigentes dos sindicatos realizado no salão da FIESP teve uma curta duração. Sob um clima muito tenso nas negociações, no lugar do aumento de 70% pedido pelos sindicatos dos trabalhadores, as indústrias ofereceram 50% para quem ganhava até três salários mínimos, 48% aos que ganhavam entre três e seis salários mínimos, e o índice oficial de outubro de 43% aos demais; referente ao piso salarial, o proposto pelos patrões foi de 2.160,00 cruzeiros, valor que representava menos da metade do reivindicado pelos trabalhadores<sup>172</sup>. Em relação à formação de comissões de fábrica pleiteadas pelos metalúrgicos, os patrões não aprovaram a organização.

A imposição dos empresários em relação às propostas feitas pelos sindicatos dos metalúrgicos foi uma revelação que os patrões já estavam articulados e com estratégias para enfrentar e reprimir a paralisação operária. Nota-se ainda que ao negar o direito aos trabalhadores de formar a comissão de fábrica, os empresários reconheciam a força significativa que ela proporcionava à organização dos operários, portanto, deveria ser eliminada.

As contrapropostas dos empresários foram levadas pelos dirigentes sindicais aos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, sendo recebidas pelos trabalhadores com vaias nas assembléias. Esse gesto dos trabalhadores confirmava as desconfianças em relação

---

<sup>170</sup> ACO. Manifesto. **Na Brown Boveri de Osasco, patrões estrangeiros desrespeitam as leis do Brasil.** CEDIC, 1978.

<sup>171</sup> Revista *Veja*. **14 anos depois: Em São Paulo, a primeira negociação coletiva**, 25 out. 1978, p.142.

<sup>172</sup> Revista *Veja*. **Não, Não e Não**, 25 out. 1978, p. 142.

aos empregadores e, ainda, dava indício aos dirigentes sindicais de que o movimento grevista aconteceria caso suas reivindicações não fossem aceitas pelos empresários.

Apesar da primeira contraproposta dos empresários ter provocado uma agitação entre os trabalhadores, a mesma decisão seria ainda mantida pelos representantes de 22 sindicatos patronais.

Com o esvaziamento das negociações entre empresários e dirigentes sindicais, o movimento grevista intensificou suas articulações e estratégias.

Em Osasco, com a sede do sindicato lotada, Henos Amorina apresentou na assembléia a contraproposta dos empresários. A contraproposta patronal de 56% para quem ganhava até três salários mínimos descontando o que havia sido ganho nas greves anteriores; os primeiros oradores falavam na intransigência dos empresários que ofereciam índices que não atendiam nem um pouco às necessidades da categoria<sup>173</sup>.

É interessante notar que a contraproposta patronal, além de mostrar aos trabalhadores que os empresários já estavam preparados para sufocar a ação grevista, ainda assim, revelava uma ação punitiva aos grevistas do primeiro semestre de 1978, haja vista que os reajustes conseguidos com a paralisação de maio e junho seriam compensados no acordo, o que indicava ser também uma manobra empresarial tentando esvaziar qualquer paralisação operária.

Na assembléia, o levante de uma greve metalúrgica ficou mais forte com a intervenção de José Pedro. Acentuando a necessidade de organização operária e a criação de estratégias de luta e resistência, José Pedro propôs em plenário a formação de uma comissão de greve por fábrica e de um comando geral de greve que deveria se reunir após a assembléia. Ainda em sua fala, José Pedro cobrou a responsabilidade dos elementos que integrassem essas comissões em relação à necessidade de contato com os companheiros de greve para que as decisões fossem de todos<sup>174</sup>.

A posição tomada por José Pedro era o que afirmavam alguns dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, garantindo que a diretoria da entidade estaria nas empresas, junto às bases, picando o cartão de ponto e cruzando os braços na frente das máquinas. O ponto decisivo da assembléia aconteceu com Henos Amorina, que tomou o microfone para transmitir ao plenário a decisão de greve em São Paulo e Guarulhos.

A proposta de José Pedro em criar uma comissão de greve veio acelerar entre os sacerdotes progressistas a constituição do fundo de greve em auxílio aos trabalhadores

---

<sup>173</sup> Jornal *Em Tempo*. **Sem organização, greve não sai**, edição extra de 1 nov. 1978, p. 6.

<sup>174</sup> Jornal *Em Tempo*. **O momento decisivo**, edição extra de 1 nov. 1978, p. 6

parados. O fundo de greve teve como sede a Igreja Santo Antônio em Osasco, onde foram centralizadas as arrecadações de dinheiro e alimentos de todas as paróquias do município<sup>175</sup>.

A participação da oposição sindical nas assembleias convocadas pelo sindicato, a ação da diretoria junto às bases nas fábricas e a construção de um fundo de greve foram estratégias nascidas das articulações entre os membros da oposição, dirigentes sindicais e padres progressistas visando fortalecer ainda mais a ação grevista.

Assim, Osasco também decretava oficialmente seu movimento de paralisação. Logo em seguida, grupos de operários por empresa formavam-se, elegiam-se os representantes, muitos deles membros da oposição sindical e trabalhadores que militavam na ACO, PO e FNT, para a formação de uma comissão coordenadora ou comando geral de greve que passava a discutir como seria dentro das fábricas.

A paralisação começou efetivamente na madrugada, com a entrada em serviço das primeiras turmas de operários. A princípio, a paralisação dos metalúrgicos começou timidamente, mas às 9 horas e 30 minutos, segundo informativo do sindicato, 14.910 operários havia cruzado os braços, número este que chegou a 22 mil por volta de 15 horas<sup>176</sup>. Logo pela manhã, após receberem o boletim que foi distribuído aos milhares pelos membros da comissão geral de greve, os operários batiam o ponto e iam se postar de braços cruzados defronte às máquinas. Na Cobrasma e na Ford, no departamento de fundição, os grevistas levaram ao pé da letra a data para a deflagração do movimento, como é reportado pelo *Em Tempo*:

(...) Na Cobrasma e na Ford, departamento de fundição, os grevistas levaram ao pé da letra a data para deflagração do movimento: “os companheiros da noite iniciaram a greve a partir da meia-noite, o que foi um grande incentivo para a gente”; segundo informações de alguns operários daquelas empresas<sup>177</sup>.

A deflagração da greve acabou envolvendo setores da sociedade de Osasco, como grupo de atores, clube de mães, professores, padres e trabalhadores da construção civil. Aproximadamente duas mil pessoas participaram no domingo, dia 29 de outubro, um dia antes da greve, do ato público denominado “Luta operária de solidariedade”, sendo o manifesto promovido por várias entidades sociais – Oposição Sindical de Osasco e São Paulo, Direitos Humanos, Comitê pela Anistia, Sindicato da Construção Civil – em solidariedade ao movimento grevista dos metalúrgicos.

---

<sup>175</sup> Jornal *A Região*. **Reunião para apoiar movimento grevista**, 31 out. 1978, p. 1.

<sup>176</sup> Jornal *A Região*. **Metalúrgicos em greve reivindicam 70 por cento**, 31 out. 1978, p. 1.

<sup>177</sup> Jornal *Em Tempo*. **Meia noite em Osasco. As máquinas silenciam**, 6 nov. 1978 a 12 nov. 1978, p.5.

Sob comando de líderes das oposições sindicais, de padres e leigos progressistas, a concentração aconteceu no salão paroquial Santo Antônio, ao lado da Matriz de Osasco, onde participaram oficialmente representantes das pastorais da Igreja Católica, Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco e São Paulo, Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Sindicato da Construção Civil, Comitê Brasileiro pela Anistia e Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Os diversos oradores acusavam os empresários de estar demitindo operários somente para não conceder as reivindicações salariais, uma forma clara de pressão contra o operariado. Além da defesa do direito da greve, foi pedida a anistia política, liberdades democráticas e sindicais e retorno aos seus locais de trabalho para os operários afastados por motivos políticos e trabalhistas<sup>178</sup>.

Ainda na reunião, foram denunciadas as prisões de vários integrantes do MCV da região de Osasco, quando distribuía convites no bairro do Novo Osasco, pedindo a participação popular naquele movimento. Segundo oradores do MCV, por causa das prisões não foi realizada a manifestação das panelas vazias na região<sup>179</sup>.

As entidades que participaram da reunião “Luta operária de solidariedade” organizaram um fundo de greve. O fundo de greve teve como objetivo arrecadar dinheiro e alimentos, buscando suprir as possíveis dificuldades financeiras que os metalúrgicos viessem a sofrer durante as paralisações<sup>180</sup>.

Embora em nota oficial distribuída pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco ao jornal *A Região*, em que garantia que 60 empresas da sua base territorial estavam paradas em decorrência da greve deflagrada<sup>181</sup>, o que dava a entender que o saldo da paralisação, além de forte, era também positivo, o momento ainda teve por revelar o contra-ataque dos empresários.

O ataque dos empresários é percebido pela avaliação que os dirigentes sindicais fizeram sobre o segundo dia de greve. Para o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o segundo dia de greve seria marcado com intensa atividade no Departamento Jurídico, diante do elevado número de reclamações de operários que foram pressionados pelas empresas a retornar ao trabalho.

Como estratégia dos empresários para sufocar a ação grevista, na maioria das empresas de Osasco, os trabalhadores passaram a receber cartas de suspensão, com a determinação de voltarem ao trabalho somente na segunda-feira; era o caso da Ford e da

---

<sup>178</sup> Jornal *A Região*. **Reunião para apoiar movimento grevista**, 31 out. 1978, p. 1.

<sup>179</sup> Jornal *Em Tempo*. **Osasco**, 6 nov. 1978 a 12 nov. 1978, p.6.

<sup>180</sup> Jornal *Em Tempo*. **Formado o fundo de greve**, Edição extra de 1 nov. 1978, p.6.

Indústria Polivox, sendo que essa última suspendeu todas as suas atividades operárias por dois dias<sup>182</sup>.

Além da carta de suspensão que as empresas usavam como estratégia para pressionar os trabalhadores, foram retirados os cartões de ponto da máquina que marcava a entrada e a saída, também como forma de represália.

Embora a retirada dos cartões de ponto da chapeira e a carta de suspensão já significassem uma represália dos empresários para sufocar o movimento grevista, a fábrica Meridional S/A realizou uma manobra mais forte ainda para pressionar seus trabalhadores. A direção da empresa, em especial o diretor conhecido como gringo Werner, ordenava a apreensão de material informativo do sindicato, e após a demissão de dois operários acusados

que o comunicado teve como objetivo divulgar uma versão operária dos acontecimentos que estavam envolvendo os trabalhadores grevistas e fortalecer ainda mais a arrecadação do fundo de greve para atender as famílias de metalúrgicos parados e os operários posteriormente demitidos pelos empresários.

Para os membros da PO e da ACO de Osasco, o que estava em jogo era o reconhecimento da vontade dos trabalhadores de quebrar com a perseguição e a exploração, portanto, como cristãos, deveriam: manter-se atentos e solidários; entender que a greve era o último recurso; que toda luta exigia sacrifício; que a lei era feita para o homem e não o homem para a lei; que essa era uma luta de irmãos t

sacerdotes progressistas dos diferentes municípios apoiavam-se, visando desenvolver uma ação unificada e possibilitar o fortalecimento dos movimentos.

Cabe ressaltar ainda que os procedimentos católicos em ação, como podemos perceber nos outros documentos citados por eles, estavam embasados no evangelho, tendo nos seus manifestos o discurso de plenos valores éticos e morais que propunham instaurar a igualdade e a justiça social por meio da fraternidade e solidariedade entre os homens.

Essa postura dos militantes das pastorais católicas, embora ajudasse a fortalecer o movimento grevista, não pode ser interpretada como uma garantia de vitória nas reivindicações, visto que as manobras dos empresários contavam ainda com o apoio das autoridades governamentais que visavam à permanência da política instituída.

Com os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos negociando com empresários, o movimento grevista de Osasco passou a ter uma breve duração, isto porque a força da greve estava na união dos movimentos operários dessas cidades. “Ficamos órfãos de pai e mãe”, concluiu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, ao saber que os colegas de São Paulo e Guarulhos haviam aceitado a proposta patronal feita no dia 1º de novembro, quarta-feira<sup>187</sup>.

O acordo assinado pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos só era favorável para os trabalhadores que não participaram das negociações do meio do ano de 1978.

Para os trabalhadores que haviam feito greve e alcançado o que reivindicavam no primeiro semestre, o acordo foi um retrocesso, pois previa a compensação de todos os aumentos conseguidos no meio do ano. Afinal, a proposta teve como efeito anular as conquistas e o risco que os trabalhadores viveram ao deflagrar as greves nos meses de maio e junho de 1978. Além disso, os empresários ainda descartaram as comissões de fábrica, por meio das quais os sindicatos possivelmente pretendiam reforçar e ampliar a sua organização dentro das empresas e; também, conseguiram incluir uma cláusula prevendo a extinção dos aumentos extra-oficiais, ou seja, além do índice, se ocorrer greve geral da categoria no período de vigência<sup>188</sup>.

Apesar dos movimentos grevistas chegarem ao fim em São Paulo e Guarulhos, em Osasco, os trabalhadores insistiram juntamente com a comissão geral de greve em manter sua posição em relação às suas reivindicações.

---

<sup>187</sup> Revista *Veja*. **Os motivos que Osasco deu para dizer não**, 8 nov. 1978, p. 114.

<sup>188</sup> Revista *Veja*. **A greve terminou em São Paulo e Guarulhos, mas operários e empresários já esperam por novos problemas nos próximos meses**, 8 nov. 1978, p. 114.

Das três cidades onde os metalúrgicos estiveram em greve, Osasco apresentou um desdobramento singular. Embora o Tribunal Regional do Trabalho tenha exigido junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco a realização de um escrutínio secreto em urna, de acordo com a legislação trabalhista, para deliberar sobre a aceitação da contraproposta patronal da continuidade da greve<sup>189</sup>, o movimento manteve-se firme.

Com esta posição mostrada na votação que aconteceu em Osasco, na manhã de segunda-feira, os trabalhadores persistiram na greve. Acompanhando a posição dos trabalhadores em greve, leigos da ACO, PO e FNT – que não estavam na greve como trabalhadores – e padres das paróquias operárias mantiveram suas posições de passar informações aos moradores sobre o andamento da greve e participar da arrecadação de dinheiro e alimentos para o fundo de greve.

Sentindo a força do movimento grevista de Osasco, que contestava seu direito na divisão da riqueza produzida no país, o governo usou da manobra repressiva e agiu ameaçadoramente para desarticular as paralisações desse município. Lançando advertências ao sindicato, acenando com as ameaças de prisões, o delegado regional do trabalho de São Paulo, Vinícius Ferraz Torres, convocou toda a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco para uma reunião, em que pôde prever o término iminente do movimento grevista do município<sup>190</sup>.

Num clima muito tenso, gerado pelas pressões da DRT, na assembléia, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco denunciou a manobra dos empresários e autoridades do governo para sufocar o movimento. Segundo Henos Amorina, embora o movimento de paralisação fosse justo, todavia, a partir da segunda-feira, os trabalhadores começariam a ser demitidos por justa causa e, assim, restava apenas promover a eleição sobre o final da greve somente com os associados do sindicato, conforme determinava o delegado da DRT<sup>191</sup>.

É interessante notar que para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, a aceitação do acordo com os empresários deveria ser encarada por todos os envolvidos na greve como um recuo, pois o mais importante seria evitar que os trabalhadores fossem demitidos e o sindicato fechado.

Com a falta de quorum na assembléia e, também, pela vigilância dos inspetores da DRT, o presidente do sindicato dirigiu-se aos operários que aguardavam o resultado da votação e pediu que todos retornassem às fábricas no dia seguinte e informou ainda que teria

---

<sup>189</sup> *Jornal Em Tempo*. **Em Osasco, governo força passo atrás**, 13 nov.1978 a 19 nov. 1978, p. 10.

<sup>190</sup> *Revista Veja*. **Operários de Osasco e São Paulo voltaram ao trabalho e já está pronta a nova lei de greve**, 15 nov. 1978, p. 111.

uma reunião na DRT em São Paulo para aceitar o aumento de 58% proposto pelos empresários e negociar as punições aos grevistas<sup>192</sup>.

Embora a greve tenha chegado ao seu fim, empresários e governo não deixaram suas estratégias na tentativa de desarticular a organização dos trabalhadores que saíram em dois momentos em ações grevistas no ano de 1978 e que mostravam sinais de que a luta não havia encerrado.

Entre demissões de trabalhadores em greve e reposição de dias parados, as manobras dos empresários e autoridades do governo buscando o esvaziamento da organização dos operários continuaram com a criação de uma lista negra e uma nova lei de greve. Na lista negra estavam nomes de metalúrgicos que participaram das greves e que supostamente representavam algum tipo de liderança no movimento grevista<sup>193</sup>. A Justiça do Trabalho, além de ter declarado a greve ilegal, colocou em funcionamento uma nova lei de greve que conservava o mesmo ritual da lei 4.330, porém, os prazos para a convocação de uma greve seriam de 20 dias, tempo usado para as negociações entre trabalhadores e empresários, sendo que no final desse período a Justiça decidiria sobre a greve ser legal ou não.

Percebe-se que a mudança na lei de greve era uma tentativa de conhecer a articulação do movimento dos trabalhadores e suas estratégias e, com isso, estabelecer medidas que impossibilitassem qualquer articulação no sentido de que um levante inesperado dos operários acontecesse novamente.

Enquanto empresários e governo articularam-se no sentido de desenvolverem estratégias buscando uma desarticulação do movimento operário, sacerdotes e leigos progressistas ligados a ACO e PO mantiveram sua postura de luta conjunta com moradores dos bairros e com trabalhadores, sendo que essa relação seria novamente sentida nas greves dos trabalhadores que vieram a acontecer no ano seguinte.

Conforme o documento da PO *Fé e Política* – datado dos dias 15 e 16 de dezembro de 1979 –, os militantes continuaram presentes o tempo todo, seja nas fábricas, nos comandos dos trabalhadores, nas assembléias ou piquetes que aconteceram depois das greves de 1978 e nas paralisações operárias que vieram a surgir<sup>194</sup>. A participação dos agentes da ACO e PO junto aos trabalhadores permaneceu com trabalho de infra-estrutura, participando de piquetes,

---

<sup>191</sup> Jornal *Em Tempo*. **No fio da navalha**, 13 nov. 1978 a 19 nov. 1978, p. 10.

<sup>192</sup> Jornal *A Região*. **Terminou a greve operária em Osasco**, 7 nov. 1978, p. 1.

<sup>193</sup> Segundo o autor, a lista negra foi a relação de nomes de operários distribuída entre os empresários, tendo como objetivo controlar as admissões de trabalhadores que estivessem envolvidos com os movimentos grevistas e que expressassem alguma liderança entre os operários, o que colocava em risco o poder disciplinar e de produção das empresas.

<sup>194</sup> Pasta da PO. Comissão Pastoral Operária. **Seminário Fé e Política**. CEDIC, 15 e 16 dez. 1979.

distribuindo boletins nas paróquias sobre o esclarecimento das lutas dos trabalhadores e moradores por melhores condições de vida, práticas realizadas que já vinham acontecendo antes mesmo das greves de 1978.

Apesar dos trabalhadores não terem alcançado as suas reivindicações e os patrões e governo realizarem manobras na tentativa de esvaziamento da organização dos trabalhadores e de uma nova onda de paralisação, a greve foi vitoriosa porque permitiu ao operário, em última instância, sentir-se novamente cidadão que luta por seus direitos.

A greve, em particular, foi o momento da configuração de uma relação entre trabalhadores muito mais ampla, tanto no interior das fábricas quanto no exterior, mas torna-se inevitável notar que nesta ação grevista em que Abramo percebe que o trabalhador “recupera” sua dignidade, os operários católicos, sacerdotes e leigos progressistas ligados a JOC, ACO e PO estiveram envolvidos, o que leva a entender que eles também contribuíram para que os operários desenvolvessem estratégias de luta e resistência operária contra a opressão dos empresários e a repressão das forças policiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve dos metalúrgicos de Osasco de 1978 chegou ao seu final, entretanto, a luta operária por justiça não foi sufocada com a nova lei de greve ou com a lista negra, estratégias desenvolvidas por empresários e autoridades do governo para reprimir os movimentos operários.

Se por um lado, a greve de 1968 representou a cassação das lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, da oposição sindical, da comissão de fábrica e o aumento da opressão e repressão imposta aos trabalhadores, por outro lado, as greves de 1978 foram os momentos que proporcionaram aos operários a recuperação do respeito enquanto trabalhador; como aponta Abramo, representaram viver com dignidade.

A ferida profunda aberta pela opressão empresarial, pela repressão, pela experiência de injustiça durante o governo militar foi reparada pela ação grevista que nasceu pela organização operária silenciosamente realizada nas fábricas e nos bairros no interior dos movimentos populares no final da década de 1960.

Nesses espaços, configuraram-se diferentes possibilidades, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo alguns princípios comuns que os unia. Nas fábricas, as diferentes expressões configuraram-se na oposição sindical em que a valorização da organização da luta operária se deu pela base, e pelo sindicalismo que recuperou o seu valor como espaço público operário. Nos bairros, os trabalhadores estiveram envolvidos nos clubes de mães, nas comissões de saúde, na luta para obter creches, asfalto, entre outros, suas práticas expressaram a valorização das conquistas obtidas nos espaços dos serviços públicos, na afirmação de cidadão que deve pleitear benefícios de infra-estrutura, como luz, escola, lazer, que possam garantir uma vida digna.

A luta por benefícios no bairro estava sintonizada com as lutas operárias de quem desejava vida saudável, reconhecimento pelo esforço do trabalho.

Percebe-se que nesses espaços, as formas de expressão eram as mais variadas, o que enriqueceu a organização dos trabalhadores de Osasco que se manteve firme após o término da greve de 1968 e durante os anos posteriores.

A trajetória da organização operária em Osasco contou com a participação de operários e sacerdotes ligados a JOC, ACO, PO e FNT que, articulados, desenvolveram estratégias de luta, como, por exemplo, a realização da comissão de fábrica da Cobrasma, que se tornou uma oposição sindical que assumiu a entidade com a proposta de organizar a luta a

partir da base operária, característica assumida pelo novo sindicalismo que surgiu no ABCD no final da década de 1970.

A análise realizada nesta pesquisa mostrou que o caminho percorrido pelo movimento operário de Osasco esteve intimamente ligado aos trabalhadores e sacerdotes progressistas, tendo estes militantes católicos transformado as ações operárias e, também, aprendido com suas ações, já que a princípio estavam excessivamente ligados aos aspectos sacramentais e

sindicalismo surgiu da organização dos trabalhadores de Osasco que já no final da década de 1960 possuía toda uma mobilização operária e sindical.

Essa base fundante do novo sindicalismo que surgiu em Osasco manteve-se nos anos posteriores às greves de 1978, sendo que a articulação entre operários, oposição sindical, diretores sindicais e agentes e sacerdotes progressistas ligados a JOC, ACO, PO e FNT continuou no desenvolvimento de novas estratégias de luta e resistência operária, como podemos observar abaixo:

Programação para o futuro: reorganizar a oposição sindical; levar o trabalho para dentro das fábricas; rever o programa das eleições e pôr em prática; ter clara sua atuação e qual é seu papel; formar novos militantes; mesmo ganhando o sindicato, continuar a oposição a estrutura sindical; organizar os trabalhadores no local de trabalho, comissão de fábrica, delegado sindical e lutar pela estabilidade, cipeiros etc.

Participação da Pastoral Operária de Osasco na greve de 1979: foi feito um boletim de esclarecimento e orientação de como se comportar nas greves e dando dois endereços para o fundo de greve. Atuação direta dos companheiros nos piquetes e nos comandos. Foi organizada uma missa de 7º dia pelo companheiro Santo, distribuindo 20.000 convites explicando o motivo do assassinato e pedir a colaboração para o fundo de greve. O único movimento que está organizado em Osasco é a campanha de Solidariedade aos desempregados e fazendo distribuição de mantimentos e dinheiro<sup>195</sup>.

Mais uma vez parece ficar claro que as múltiplas contendas entre trabalhadores católicos ou não, sacerdotes progressistas, oposição sindical e dirigentes sindicais considerados pelegos pelos operários deram um significado às formas cotidianas de resistência e luta operária, seja nos espaços sindicais, nas fábricas ou nos bairros. Nota-se que o processo de criação de estratégias de luta e resistência operária, como a formação de comissão de fábrica e da oposição sindical, revelou ter continuado nas fábricas e nos bairros, onde trabalhadores, sacerdotes e leigos progressistas estavam articulados nos movimentos populares.

Essa articulação com os movimentos populares proporcionou a criação de novas estratégias de resistência e luta operária, como, por exemplo, a criação do jornal *Batente*, que, como vamos observar no trecho abaixo, contou com a participação de sindicatos, movimentos populares, ACO, PO, FNT, entre outros, onde os trabalhadores estavam inseridos e organizados.

(...) O jornal *Batente* é outra interessante experiência comunitária de Osasco. Fundado em outubro de 1978 pelo jornalista Fernando Moraes – hoje deputado estadual do PMDB – e fechado em agosto do ano passado, ele foi, talvez, o primeiro

---

<sup>195</sup> Pasta da PO. Comissão Pastoral Operária. **Seminário Fé e Política**. CEDIC, 15 e 16 dez. 1979.

órgão da imprensa no qual as sugestões de matérias nasciam de discussões nas organizações comunitárias.

(...) A cada quinze dias, membros de associações de bairros, clubes de jovens, comunidades eclesiais de base e organismos sindicais, reuniam-se na sede do jornal para escolher os assuntos que merecessem publicação.

(...) Em novembro de 1978, com a eleição de Fernando Moraes, uma assembléia comunitária escolheu nova diretoria para o jornal e decidiu que mais dois jornalistas deveriam participar.

(...) Assim, foi formada a nova equipe, que editou o jornal até o ano passado: jornalista Antonio Espinosa (da Editora Abril), Jorge Batista (da France Press), Fátima Barbosa (da France Press), Luiz Egito, Ricardo Rosado e José Ramos (diagramador da Editora Abril). O diretor presidente era Marcos Lopes Martins, do Sindicato dos Bancários de Osasco. Os demais colaboradores participavam de diversas associações, como da Pastoral Operária, Ação Católica Operária e Frente Nacional do Trabalho<sup>196</sup>.

Percebe-se que este jornal *Batente*, além de ser um espaço estratégico para a organização operária, também propiciou a criação do Conselho Popular das Comunidades de Osasco, o qual teve entre os objetivos pretendidos: estudar os programas de administração pública de Osasco e discutir a situação dos trabalhadores e a necessidade de aumentos salariais e diminuição do desemprego<sup>197</sup>.

Embora a criação do jornal *Batente* e do Conselho Popular das Comunidades de Osasco sejam algumas das muitas estratégias de luta e resistência operária, não resta dúvida que elas sugerem que a organização operária de Osasco manteve-se dinâmica na construção de táticas visando conseguir melhores condições de vida e de trabalho.

Neste sentido, a participação de operários católicos e sacerdotes progressistas pertencentes a JOC, ACO, PO e FNT foi importante para as várias redefinições que envolveram a organização dos trabalhadores de Osasco a partir da década de 1960. De toda forma, é possível afirmar que se a consolidação da comissão de fábrica, da formação da oposição sindical e do novo sindicalismo advêm da organização operária de Osasco já na década de 1960, isso se mostrou possível devido às ligações dos trabalhadores com os movimentos populares que estavam organizados nos bairros e, também, pelo convívio com operários e sacerdotes progressistas envolvidos com a JOC, ACO, PO e FNT, os quais contribuíram para que o movimento operário redefinisse as suas práticas de luta e resistência operária.

---

<sup>196</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Comunitário voltará a circular**, 7 fev. 1981, p. 9.

<sup>197</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*. **Entidades se reúnem hoje em Osasco para definir participação**, 27 fev. 1981, p. 10.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Unicamp, 1986.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Vozes, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. São Paulo: Edusc, 1999.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre a revolução**. São Paulo: Moraes, 1987.

ARNS, Dom Paulo Evaristo e organizadores. **Brasil: nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BALANDIER, Georges. **O contorno: poder e modernidade**. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARBÉ, Domingos. **Teologia da pastoral: experiência de Osasco**. São Paulo: Vozes, 1983.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II: de Medellín a Santo Domingo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

BLASS, Leila M. da Silva. **Estamos em greve!** São Paulo: Hucitec, 1992.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Coleção Fórum da História. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOFF, Leonardo e organizadores. **A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

BOITO, Armando Jr. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época da transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CADERNOS do presente. **A economia política brasileira em questão - 1964-1975**. São Paulo: Aparte, 1978.

CAMARGO, Cândido Procópio et. alli. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1981.

CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

CHIRALDELLI, Paulo Jr. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

COELHO, Maria Inês Zampolim. **Osasco: geografia, violência e segurança pública**. São Paulo: FITO, 2001.

COLEÇÃO Brasil dos trabalhadores – 1. **Perspectivas do novo sindicalismo**. São Paulo: Loyola–CEDAC, 1980.

COLEÇÃO Ceris. **Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2002.

COMBLIN, José. **O espírito e sua missão**. São Paulo: Paulinas, 1983.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência**. São Paulo: PUC, 2003.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa**. Tradução de Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1979.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ESPINOSA, Antônio Roberto. **Abraços que sufocam**. São Paulo: Viramundo, 2000.

FENELON, Dea Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário 1964-1984**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

GIANNOTTI, Vito. **A liberdade sindical no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Os trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- IANNI, Octavio. **Revolução e cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.
- IBRAHIM, José. **O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica**. Cadernos de educação política. Série trabalho e capital. São Paulo: Global, 1986.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru (1964-1986)**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lutas sociais na América Latina**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1989.
- KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Paraíba: Universitária, 2002.
- KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L & PM - CEDEC, 1986.
- KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A operária metalúrgica**. São Paulo: Cortez, 1984.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. São Paulo: Papirus, 1987.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Subúrbio**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude Operária Católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NASCIMENTO, Cláudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.

PEDREIRA FILHO, Valdemar Santos. **Comissões de fábrica: um claro enigma**. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

REVISTA **Projeto História** do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. *História & linguagem*, n. 8/9, 1992.

REVISTA **Projeto História** do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Dossiê: diálogos com E. P. Thompson, n. 12, 1995.

RIZEK, Cibele Saliba. **Osasco: 1968: a experiência de um movimento**. São Paulo: PUC, 1988.

RODRIGUES, Iram Jácome. **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALEM, Helena. **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Debates, 1981.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1966.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

VARUSSA, Rinaldo José. **Pastorais Operárias**: religiosidade, propostas e práticas políticas – São Paulo (1964-1975). São Paulo: PUC, 1995.

WEFFORT, Francisco Correa. **Conflito industrial**: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972.

## Fontes

### Fontes localizadas no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Cadernos de memória de Osasco. **Movimentos de trabalhadores**: debate realizado em outubro de 1983. SP, 1984.

Caderno de poesia. **Reminiscências tristes da ditadura**: revivendo a história com os companheiros de 1968. Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, 2003.

Visão Trabalhista. **Memória da luta**: 30 anos da greve de 68. SP. Informativo oficial dos Metalúrgicos de Osasco e região, 1998.

### Fontes localizadas no Centro Pastoral Vergueiro (CPV)

Pasta Oposição Sindical. **Comissão de Fábrica - Cobrasma**: Relatório 1978, CPV.

Pasta Oposição Sindical. Revista Unidade de luta. **Osasco**: as lições de uma greve, CPV, s/d.

Frente Nacional do Trabalho. **Custo de vida**. Cadernos de Formação. Série Debates, n. 1, 1977, CPV.

ACO. **História da ACO**: fidelidade e compromisso na classe operária. ACO, 1987. CPV.

Pasta da ACO. **Encontro regional de São Paulo**: industrialização e Igreja. CPV, 1977.

Pasta da ACO. **Estudo sobre a industrialização e Igreja**: realizado em São Paulo. CPV, 1977.

Pasta da ACO. **Relatório do encontro realizado em Sorocaba em 7/8 de setembro 1978**. CPV, 1978.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Relatório da reunião geral da pastoral operária arquidiocesana realizada em 12/11/1972**. CPV, 1972.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Comissão de bairro**. CPV, 1973.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Pastoral do mundo do trabalho**. CPV, 1976.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Objetivos da Pastoral Operária na diocese de São Paulo**. CPV, s/d.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Comunicado**. CPV, 1978.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Pastoral do Mundo do Trabalho**. CPV, 1979.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Pastoral Operária - Região Osasco: planejamento**. CPV, 1979.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Síntese das reflexões feitas pelos grupos**. CPV, 1991.

Pasta da PO da Arquidiocese de São Paulo. **Considerações iniciais sobre os questionários respondidos por 8 comunidades**. CPV, s/d.

Pasta da PO da Região Osasco. **Planejamento, avaliação do ano: plano 82**. CPV, 1981.

Pasta da PO Nacional. **Pastoral Operária: o que é?** CPV, s/d.

Pasta da PO Nacional. **Participação na missão da Igreja**. CPV, 1972.

Pasta da PO Nacional. **Planejamento da Pastoral Operária**. CPV, 1972.

Caderno de Informação n. 2 – ano 1978. **Relação Igreja - Estado no Brasil (1964 - 1974)**. SP, CPV.

Pasta do Movimento Contra Carestia. **1º encontro nacional contra a carestia**. CPV, 1979.

Pasta Economia Brasileira - Movimentos Populares. **Custo de vida e os salários**. CPV, 1976.

Pasta Movimentos Populares de São Paulo - Osasco. **Instituições políticas e entidades populares**. CPV, 1980

**Fontes localizadas no Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC) PUC-SP**

Fundo JOC. Brasil. Região Sul. Masculino - Eventos (1953-1967). **Programa de Atividades: por uma pastoral para o mundo operário**. CEDIC, 1964.

JOC. **Minha experiência missionária**. CEDIC, 1965.



Revista Vida Pastoral. **A fraternidade e os desempregados**. Mar.-abr. 1999.

**Série Concílio Vaticano II.**

**Fontes localizadas nas Igrejas Santo Antônio e Imaculada Conceição**

**Livro Tombo da Igreja Católica Santo Antônio (1960-1980).**

**Livro Tombo da Paróquia Católica Imaculada Conceição (1960-1980).**

**Registro de memória da Paróquia da Imaculada Conceição, 1998.**

Coleção Família Passionista. **Paixão pela vida**. s/d.

**Revistas e jornais**

Jornal **A Região**. 30 out. 1966 a 14 nov. 1978.

Jornal **da Tarde**. 16 jul. 1968 a 17 jul. 1968.

Jornal **do Brasil**. 17 jul. 1968 a 25 jul. 1968.

Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. **Osasco, 1968**: lições de uma greve, SP, 1985.

Jornal **Em Tempo**. Semanário de 22 dez. 1977 a 19 nov. 1978.

Jornal **Folha bancária**. SP, ago. 1968.

Jornal **Folha de S. Paulo**. 29 nov. 1967 a 16 jul. 1968.

Jornal **Movimento**. 17 nov. 1975.

Jornal **Movimento**. Suplementar de set. 1978.

Jornal **O Estado de S. Paulo**. 20 jul. 1968 a 30 jul. 1968.

Jornal **Primeira Hora**. 16 jul. 1968.

Jornal **Última Hora**. 17 jul. 1968 a 30 jul. 1968.

Revista **Veja**. Edições: 11 out. 1978; 25 out. 1978; 1º nov. 1978; 8 nov. 1978 e 15 nov. 1978.

Periódico: **Encontros com a civilização brasileira**. n. 21, v. III. RJ, Civilização Brasileira, 1980, PUC-SP.

Periódico: **Paz e Terra** - ecumênico e humanismo - encontro e diálogo. n. 1, SP, Paz e Terra, 1966, PUC-SP.

Revista de Sociologia da USP. **Tempo Social**. n. 2, v. 10, SP, USP, 1998, USP-SP.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)